



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 608

Quinta-feira - 04 de Novembro de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	2
Ascurra.....	3
Braço do Trombudo .....	4
Campo Alegre .....	21
Campos Novos .....	24
Canoinhas.....	27
Capinzal .....	28
Chapadão do Lageado .....	42
Concórdia .....	42
Cordilheira Alta .....	53
Ermo .....	54
Fraiburgo.....	55
Garopaba.....	56
Gaspar .....	60
Imbituba .....	61
Irineópolis .....	62
Itapoá .....	71
Lauro Muller .....	71
Luzerna .....	77
Massaranduba.....	77
Meleiro .....	79
Novo Horizonte .....	79
Pinheiro Preto .....	80
Porto União.....	81
Rio do Sul.....	82
São Lourenço do Oeste.....	98
Schroeder .....	98
Tunápolis.....	105
Videira.....	107

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 1.276, de 25 de Outubro de 2010.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas com pessoal;

Considerando a previsão legal estabelecida no art. 7º, I, da Lei Municipal nº 484, de 09 de dezembro de 2009;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 30.985,00 (Trinta mil, novecentos e oitenta e cinco reais), para a majoração de saldo na seguinte ação orçamentária:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e vice
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação e Supervisão da Gestão Municipal
04.122.0001.2.001	Ações de Coordenação da Gestão Governamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
R\$ 30.985,00	

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado em 30 de Setembro de 2010, exclusivamente no vínculo: 0.1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 25 de Outubro de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ALICE SCHWAMBACH  
Responsável pelas Publicações

**Decreto Nº 1277 de 03 de Novembro de 2010.**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

Considerando a solicitação da Gerencia de Saúde em substituição á servidora efetiva que está em licença para tratamento de Saúde.

Considerando a grande demanda de Municípios para serem atendidos, e por ser a única servidora efetiva no cargo no Município.

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeado o Sr. HONESTINO MALACARNE JUNIOR, para exercer o Cargo de ODONTÓLOGO-20 HORAS; em substituição á servidora efetiva JEANE CRISTNE TREVISOL, licenciada por problemas de saúde em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até perdurar o afastamento da servidora citada no artigo anterior ou até 31 de dezembro de 2010.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1241 de 04 de Agosto de 2010 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Novembro de 2010.  
SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Alice Schwambach  
Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1278 de 03 de Novembro de 2010.**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

Considerando a solicitação da Gerencia de Saúde em substituição á servidora efetiva que está em licença para tratamento de Saúde.

Considerando a grande demanda de Municípios para serem atendidos, e por ser a única servidora efetiva no cargo no Município.

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeado o Sr. SIDNEI CANCELLI, para exercer o Cargo de ODONTÓLOGO-20 HORAS; em substituição á servidora efetiva JEANE CRISTNE TREVISOL, licenciada por problemas de saúde em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no

Anexo I, da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até perdurar o afastamento da servidora citada no artigo anterior ou até 31 de dezembro de 2010.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 03 de Novembro de 2010.  
SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH  
Responsável Pelas Publicações

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Portaria N.º 389/2010**

PORTARIA N.º 389/2010

Nomeia comissão de avaliação conforme disposto no artigo 5º da Lei Municipal 1281/2010 e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e conforme estabelece o art. 5º da Lei Municipal nº 1281/2010,

RESOLVE:

Art. 1ª - Constituir e nomear os servidores, Mauro César da Silveira, Fábio Luiz Egert e Douglas Clasen para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de que trata o artigo 5º da Lei Municipal nº 1281/2010:

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de novembro de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de novembro de 2010.

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA  
Secretário da Administração e Finanças

**Portaria N.º 393/2010**

PORTARIA N.º 393/2010

Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidora ELMA PRIM SCHMITZ, ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 03 de Novembro de 2010, referente ao periodo aquisitivo de 01/08/2009 a 31/07/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 394/2010**

PORTARIA Nº 394/2010  
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidor JOSE SALESIO SCHMITZ, ocupante do Cargo de MOTORISTA, a partir de 03 de Novembro de 2010, referente ao periodo aquisitivo de 02/01/2009 a 01/01/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 395/2010**

PORTARIA Nº 395/2010  
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, GABRIEL MULLER, do Cargo Temporario de MOTORISTA, a partir de 03 de Novembro de 2010, pelo termino de sua Contratação.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 396/2010**

PORTARIA Nº 396/2010  
Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 006/2010,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, GABRIEL MULLER, para o Cargo Temporario de MOTORISTA, a partir de 04 de Novembro de 2010 a 03 de Novembro de 2011, e/ou até se faça Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Ascurra**

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Edital de Notificação 01/2010**

Prefeitura Municipal de Ascurra/SC  
Secretaria de Administração e Planejamento  
Setor de Tributos

Edital de Notificação 01/2010

Na forma do art 232, do Código Tributário do Município de Ascurra, Lei Complementar 043 de 10 de dezembro de 2003, ficam notificados através deste edital, os contribuintes abaixo relacionados, para que no prazo de 30 (trinta) dias (CTM § 1º Art. 110), compareçam no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Ascurra, para regularizar seus cadastros. O contribuinte que não comparecer até o prazo determinado, terá cancelado "ex-officio", com data em 31/12/2009, a inscrição no Cadastro de Contribuintes da Taxa de Licença para Funcionamento, Taxa de Alvará Sanitário e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, das Empresas e Profissionais Autônomos, e serão considerados inidôneos, para todos os efeitos, os documentos fiscais impressos em seu nome.

NOME DA EMPRESA	Cadastro Economico
NORBERTO BAUNER	11587
COMERCIO DE LUBRIFICANTES G e D LTDA	11719
ESPLENDOR - DBU CONFECÇÕES LTDA ME	11792
VANDERLEIA DE ANDRADE	11676
MARCIO JOSE CIRICO	11601

PAULISTA COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	11454
SIMONE ESPINDA ME	11509
BAR FEITICEIRA LTDA ME	11764
PERIMETRO URBANO IND E COM DE CONFECÇÃO LTDA	11723
LELA PRESENTES LTDA ME	11720
SONDA-CO INDUSTRIA DE CONFECÇÃO LTDA ME	11610
CESAR FERRARI ME	11632
COMERCIAL JMP LTDA EPP	11711
ROSELI ROSA ME	11698
COMERCIAL IRB LTDA	4045
JHONATAN CESARIO MELLO ME	11749
FABIANA ZEFERINO ME	11596
ANITA DALFOVO	4065
MATTOS TRANSPORTES E CONFECÇÕES LTDA	11793
SILVANA ESPINDA ME	11697

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 29 de Outubro de 2010.  
MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Pregão Presencial 53/2010

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 53/2010

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 horas do dia 18.11.2010, estará selecionando a melhor proposta para a Aquisição de Gêneros Alimentícios. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 03 de outubro de 2010.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Aditivo ao contrato 34/2010

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO 34/2010.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Rinnert & Cia Ltda.

CNPJ 05.572.506/0001-99, sito a Rua Dom Pedro I, 101.

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Prorroga a vigência do contrato até dia 31.12.2010.

Objeto: Aquisição de Combustível

Data da assinatura: 29.10.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Altera Valores Ata de Registro de Preço 1/2010

ALTERA VALORES ATA DE REGISTRO 1/2010 DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E A EMPRESA RINNERT & CIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de CONTRATANTE, representada pelo Sr. Prefeito Vilberto Muller Schovinder e a empresa RINNERT & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.506/0001-99, Pessoa Jurídica de Direito Privado representada pela Sra Gislaiane Prescila Pereira Rinnert, com sede a Rua Dom Pedro I, 101 - Bairro Centro, Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, na qualidade de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar a Ata de Registro 1/2010 Aquisição de Combustível, a partir de 03.11.2010, que passa a dispor o reajuste do seguinte item:

Gasolina Comum: R\$ 2,75 (dois reais, setenta e cinco centavos).

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 03 de novembro de 2010.

Prefeitura Municipal  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal  
CPF - 185.255.479-72

RINNERT & CIA LTDA  
GISLAINE PRESCILA PEREIRA RINNERT  
Representante Legal  
CPF - 016.421.739-83

Testemunhas  
DENISE SCHÜSSLER  
CPF - 022.538.329-28

DEIZI BAADE KNAPPMANN  
CPF - 037.164.409-73

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****Ata de Registro de Preço 2/2010 FMS**

Página: 1/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2010****Número do Registro de Preços: 2/2010****Data do Registro: 27/01/2010****Válido até: 27/01/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Levodopa+cloridrato de benserazida 200mg c/50 (1399)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK SHARPK DOLME	30,2000	1
2	Atorvastatina 10 mg c/30 (1401)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	PFIZER	67,0000	1
3	Sulfato de glicosamina + sulfato de condroetina c/30 (1403)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	58,5000	1
4	Sulfato de Glicosamina c/30 (1404)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	86,0000	1
5	Ácido acetilsalicílico tamponado 325 mg c/32 (1405)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SIGMA PHARMA	12,0000	1
6	Brometo de ipratrópio + bromidrato de fenoterol 15 ml (1406)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	PRATI DONADUZZI	22,0000	1
7	Teofilina 200 mg c/ 20 (1407)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NOVARTIS	10,5500	1
8	Levofloxacino 500 mg c/ 10 (1408)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	35,9000	1
9	Alendronato de Sódio 70 mg c/ 4 (1409)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	29,0000	1
10	Flunarizina 10 mg c/50 (1410)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	6,0000	1
11	Losartana potássica 50mg + hidroclorotiazida 12,5 mg c/30 (1411)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	24,7500	1
12	Prednisolona 3mg/ml 120 ml (1412)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONADUZZI	12,1500	1
13	Warfarina 5 mg c/30 (1413)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIÃO QUIMICA	10,2000	1
14	Atenolol 50 mg+ clortalidona 12,5 mg c/30 (1414)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	12,3000	1
15	Espironolactona 25 mg c/30 (1415)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GERMED	8,0000	1
16	Cloridrato de hidralazina 50 mg c/ 30 (1416)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NOVARTIS	4,1000	1
17	Succinato de metoprolol 25 mg c/20 (1417)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	8,0000	1
18	Succinato de metoprolol 50 mg c/20 (1418)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRAZENECA	14,9500	1
19	Cloridrato de Oxibutenina 5 mg c/ 30 (1419)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UCI FARMA	11,0000	1
20	Lumiracoxibe 400mg c/7 (1420)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	36,5000	1
21	Cloridrato de Sotalol 160 mg c/ 20 (1421)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK	25,3000	1
22	Pantoprazol 40 mg c/28 (1422)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LEGRAND	30,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2010****Número do Registro de Preços: 2/2010      Data do Registro: 27/01/2010      Válido até: 27/01/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
23	Domperidona 1mg/ml 100ml (1423)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	15,0000	1
24	Deflazacort 30 mg c/10 (1424)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MEDLEY	43,6000	1
25	Cloridrato de diltiazem 60 mg c/50 (1425)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	11,8000	1
26	Acetato de tocoferol 400 mg c/ 30 (1426)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	13,0000	1
27	Cilostazol 100 mg c/60 unid (1529)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	72,2000	1
28	Tioconazol + tinidazol (creme vaginal) (1530)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	24,5000	1
29	Cetoconazol xampu (1531)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONADUZZI	19,5000	1
30	Budesomida 32 mcg c/120 doses (1532)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	WYTHALL	18,5000	1

BRACO DO TROMBUDO , 27 de Janeiro de 2010.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**Ata de Registro de Preço 4/2010 FMS**

Página: 1/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

**Número do Registro de Preços: 4/2010**

**Data do Registro: 04/08/2010**

**Válido até: 04/08/2010**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LIQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	BENZOTOP		3,2900	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	BENZOTOP DFL		3,3000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	BENZOTOP		3,6000	3
2	Agulha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDGOLDMAN		6,1600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		8,7000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	INJECTA		10,8000	3
3	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1/2 (1625)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMIDROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILEFER		1,9200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
4	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1 (1626)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMIDROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILLEFER		1,9200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
5	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMDIROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILLEFER		1,9200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
6	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMIDROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILLEFER		1,9200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
7	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMIDROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILLEFER		1,9200	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
8	Broca Baixa rotação de aço esférica número 5 (1630)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	QUIMIDROL		1,3500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAILLEFER		1,9200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades ( abrasivo a base de óxido de alumínio e costato de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17ª mm de comprimento, granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira tem um centro neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MICRODONT		4,6300	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MICRODONT		4,7300	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		5,8000	3
67	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	INJECTA		4,7300	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		5,0800	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	INJECTA		5,8800	3
68	Tiras de lixa de aço 6mm c/ 12 unidades (1675)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	INJECTA		4,7300	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		5,0800	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	INJECTA		5,8800	3
69	Tricresol formalina liquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	BIODINÂMICA		4,3000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAQUIRA		5,0100	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	BIODINAMICA		5,4000	3
70	Verniz de fluoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	DUOFLUORIDE		9,4500	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FGM		11,2000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	FLUORNIZ		16,5300	3
71	Cabo para espelho clínico nº5 (1677)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	TRINKS		1,4000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		1,5400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	COOPERFLEX		2,0100	3
72	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
73	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
74	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3
75	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3
76	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MICRODONT		1,2200	3
77	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 FF (1789)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3
78	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 FF (1790)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3
79	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MICRODONT		1,2200	3
80	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 FF (1792)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9200	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Banda Matriz de aço inox nº5 (1793)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN		0,8600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		0,8700	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		0,8800	3
82	Banda Matriz de aço inox nº7 (1794)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	INJECTA		0,8500	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		0,9300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN		1,0300	3
83	ESPELHO CLÍNICO Nº 5 (1222)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PHARMAINOX		1,4000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	RE		1,6200	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	IODONTOSUL		1,6800	3
84	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 6 (974)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PRISMA		30,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PRISMA		30,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PRISMA		33,3800	3
85	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 4 (972)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PRISMA		30,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PRISMA		30,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PRISMA		33,3800	3
86	Gorro p/cabelo tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	SSPLUS		4,8000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	SS PLUS		4,9000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	SS PLUS		4,9300	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDIPLUS		6,0200	4
87	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTAL TEC		7,4000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	VILLEVIE		7,5000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTALTEC		7,6000	3
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	COLTOSOL		8,1000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	VIGODENT		19,0000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	ENHANCE		38,7700	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		42,0000	3
89	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de taça. (1798)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	VIGODENT		19,0000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	ENHANCE		38,7700	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		41,0000	3
90	PLACA DE VIDRO COM ESPESSURA DE 2 CM (1243)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	JON		2,6300	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MEDFIO		3,4800	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		5,2700	3
91	Sonda exploradora dupla nº 05 (1799)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	COOPERFLEX		2,8000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		2,8500	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	TRINKS		3,0600	3
92	Pote dappen de vidro (1800)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN		1,3000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PREVEN		1,3100	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		1,3500	3
93	Ponteira universal nº 5 (1801)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	DABI		170,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KAVO		217,0000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	KAVO		234,0000	3
94	Solução bucal de digluconato de clorexidine a 0,12% 250 ml (1803)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INODON		3,6500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PERIOLAK		7,2500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010****Número do Registro de Preços: 4/2010****Data do Registro: 04/08/2010****Válido até: 04/08/2010****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	INODON		7,5600	3

BRACO DO TROMBUDO , 4 de Agosto de 2010.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJECTA		2,3300	3
9	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 (1631)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9700	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		0,9900	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		1,1600	3
10	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 (1633)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9700	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
11	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 (1634)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0300	3
12	Broca Alta rotação de aço esférica número 1011 (1777)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
13	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 HL (haste longa) (1636)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
14	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 HL (1778)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0300	3
15	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 HL (1779)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9700	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG GRANA FINA KIT C/ 7 PONTAS (964)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		19,6000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		19,7000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MICRODONT		22,9500	3
17	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG ULTRAFINA KIT C/ 7 PONTAS (965)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		19,8000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MICRODONT		22,9500	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		24,6500	3
18	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3118 F (1637)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
19	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3168 F (1638)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		0,9500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MICRODONT		0,9600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA		1,0600	3
20	BROQUEIRO DE INOX AUTOCLAVÁVEL P/ BROCA DE ALTA ROTAÇÃO (968)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAQUIRA		9,4500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAQUIRA		10,0400	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FAVA		23,9400	3
21	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML). (1232)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTAL TEC		0,8600	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTALTEC		0,8700	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	ACID GEL		0,9200	3
22	Compositos (medicamentos) p/ cavidades c/ alveolite dentaria 20gr (1639)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	ALVEOLITEN		7,4000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL		10,1600	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	IODONTOSUL		10,9200	3
23	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PHARMAINOX		4,2000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL		8,4000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	IODONTOSUL		9,9900	3
24	Curativo endodôntico Intra-canal Polpa-viva, composto por sulfato de polimixina B 10.000UI, sulfato de neomicina 5mg, hidrocortisona 10mg, frasco c/ 10ml (1640)	FRS	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAQUIRA		8,9900	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FQM		9,0000	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	OTOSPORIN		9,1000	3
25	Escova Robson (1499)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PREVEN		0,6000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	INJECTA		0,6400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDFIO		0,7700	3
26	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	IODONTOSUL		2,6000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	GH		2,7500	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	IODONTOSUL		3,9200	3
27	Eugenol (material restaurador provisório) frasco c/20ml (1642)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	BIODINÂMICA		4,1000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	BIODINAMICA		4,9500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	IODONTOSUL		5,7400	3
28	FIO DENTAL PARA USO PROFFISIONAL DE 500 M (1502)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MEDFIO		4,1000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		4,8900	2
29	Fio dental de 25 m (1780)	UND	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MEDFIO		0,5300	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	MEDFIO		0,5400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDFIO		0,6500	3
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		0,9500	4
30	Fita matriz de aço 5mm (1645)	RL	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PREVEN		0,8000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		0,8600	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN		0,9700	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Fio sutura nº 4.0 c/ agulha 1.7cm odonto seda cx c/24 (1646)	CX	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PROCARE		16,2000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MED SUTURE		17,4000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDGOLDMAN		17,5000	3
32	FLUOR GEL SABOR MENTA 2% C/200 ML (1323)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL		2,5600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	DFL		2,6100	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	DFL		2,6100	3
33	Fluor liquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veiculo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL		3,9800	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	FLUORSUL		5,5100	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		7,0000	3
34	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	HYDICAL		7,2000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	VIGODENT		7,8800	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	LINER		9,4500	3
35	Hidróxido de cálcio pó (capeador pulpar) 10gr (1648)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IDONTOSUL		3,0100	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	BIODINÂMICA		3,1900	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	BIODINAMICA		3,6000	3
36	Ionômero de Vidro (pó ionômero de vidro restaurador - pote com 10gr e liquido ácido poliacrílico pote com 08gr) cor A2 (1649)	KIT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAXXION		12,4300	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	FGM		12,4400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FGM		15,6800	3
37	Kit com 120 discos 12,7mm (1/2 ) de diâmetro, discos de lixa Soflex Pop-on c/ mandril de encaixe (abrasivo a base de óxido de alumínio de varias granulações). Em um costato flexível de poliéster e de poliuretano, utilizados para acabamento de resina composta e cimento de ionômero de vidro, série laranja, granulação grossa, média, fina e superfina. (1650)	KIT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PRAXIS		90,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE		93,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M		228,8900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Lâmina de bisturi nº12 cx c/ 100 (1651)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	SOLIDOR		11,2000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	SOLIDOR		11,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SOLIDOR		12,8500	3
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	SOLIDOR		13,5000	4
39	LIMA DE ENDODONTIA SÉRIE ESPECIAL 10 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1326)	CX	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MILTEX		18,5500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MILTEX		18,6500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		28,9000	3
40	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SERIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1327)	CX	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MILTEX		18,5500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MILTEX		18,6500	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENSTPLY		28,9000	3
41	MÁSCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA C/ELÁSTICO (CX C/50 UNID) (1218)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	EMBRAMAC		4,2000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	EMBRAMAC		4,2300	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DESCARPACK		4,2400	3
42	MICROBRUSH (PINCÊIS APLICADORES DE SISTEMA ADESIVO) CX C/ 100 UNID. (1221)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MULTIBRUSH		5,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	VIGODENT		5,1000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	INJECTA		5,1500	3
43	Material restaurador temporário. Pó (óxido de zinco (91,5%), resina acrílica e fosfato de cálcio 40gr (1652)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INODON		5,5000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MRI		5,5300	2
44	Material restaurador temporário líquido - (eugenol e ácido acético glacial (0,27%) 15m) (1653)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INODON		5,5000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MRI		5,5300	2
45	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauril sulfato, carbonato de cálcio, pedra pomes e sabor menta. (1654)	UND	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	HERJOS		2,8700	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	VIGODENT		2,8800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2010      Data do Registro: 04/08/2010      Válido até: 04/08/2010</b> <b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Tubetes de cloridrato de mepivacaina com espinefrina com vaso constritor 1:100,000 (tubetes de vidro). Medivacaina 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	HERJOS		3,7700	3
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	ALPHACAÍNE		33,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DFL		45,0800	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MEPIADRE		48,6000	3
47	Cloridrato de mepivacaina 2% com levonordefrina cx c/50 (1782)	CX	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MEPILEVO		35,0000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DFL		37,0000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MEPILEVO		48,6000	3
48	Óculos p/ proteção acrílico (1657)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS		4,1600	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	DANNY		4,3500	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	DANNY		5,4000	3
49	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	PHARMAINOX		1,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAQUIRA		2,1400	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	BIODINAMICA		2,5200	3
50	Lima de endodontia lima 2ª série flexo file (cx c/6) (1783)	CX	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MILTEX		18,9000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MILTEX		19,0000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		29,4000	3
51	Pedra pomes em pó (1662)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAQUIRA		2,0300	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	IODONTOSUL		2,0400	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAQUIRA		2,7000	3
52	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE Z - 100		32,7000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 100		33,2000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

<b>Número do Registro de Preços: 4/2010      Data do Registro: 04/08/2010      Válido até: 04/08/2010</b> <b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	Z100		54,0000	3
53	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1305)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE Z - 100		32,7000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 100		33,2000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	Z100		54,0000	3
54	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1308)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE Z - 100		33,2000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 100		33,7000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	Z100		54,0000	3
55	RESINA COMPOSTA COR 3,5 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1663)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE Z - 100		33,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 100		33,5000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	Z100		54,0000	3
56	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1664)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M EPE Z - 250		43,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 250		72,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M		78,4000	3
57	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1665)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M EPE Z - 250		42,9000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 250		72,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M		78,4000	3
58	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1666)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M EPE Z - 250		44,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 250		72,5000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**

Número do Registro de Preços: 4/2010

Data do Registro: 04/08/2010

Válido até: 04/08/2010

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para atendimento aos pacientes das Unidades Sanitárias de Saúde do Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M		78,4000	3
59	Resina fotopolimerizável cor A3,5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1667)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M EPE Z - 250		44,0000	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	Z - 250		72,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M		78,4000	3
60	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	SSPLUS		0,7200	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	SS PLUS		0,7300	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	SS PLUS		1,0100	3
61	Revelador de placa bacteriana. Frasco c/500ml (1668)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL		5,7300	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	REPLASUL		5,8000	2
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	IODONTOSUL		8,3100	3
62	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	MAXCLEAN		1,8500	1
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	MAX CLEAN		2,0300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS		2,1700	3
63	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco. 08 gramas (1670)	UND	PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	3M ESPE		44,0000	1
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	FGM		44,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY		54,2300	3
64	Solução hemostática tópico 10ml (1671)	FRS	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	HEMOLIQ		11,1000	1
			PRHODENT COM E REPRES DE PROD HOSP E DENTARIOS LTD (6529)	DENTSPLY		11,3000	2
			OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	HEMOLIQ		12,0800	3
65	Tiras de Poliéster pct c/100und (1672)	PCT	OTRIALA COMERCIO ATACADISTA MEDICAM. PROD.MED.L (6099)	PREVEN		0,9500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AQUIRA		1,7100	2
			DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (6320)	K - DENT		1,7400	3

# Campo Alegre

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 6.255 de 29 de Outubro de 2010

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 6.255 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com à Srª. LUCIANA YARENHUK DA SILVA, Professor Educação Física, matrícula nº 954865, a partir de 29 de outubro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/09/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 7.594 de 27 de Outubro de 2010

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.594 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, matrícula nº 000178, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência D para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência E no valor de R\$ 361,10 (trezentos e sessenta e um reais, dez centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, será pago o valor de R\$ 46,81 (quarenta e seis reais oitenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2010, já descontado o valor de R\$ 5,79 (cinco reais e setenta e nove centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 11,58 (onze reais, cinquenta e oito centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 7.595 de 27 de Outubro de 2010

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.595 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Agente Operacional I - JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, matrícula nº 000383, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência D para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência E no valor de R\$ 604,84 (seiscentos e quatro reais, oitenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de junho de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, será pago o valor de R\$ 62,72 (sessenta e dois reais setenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2010, já descontado o valor de R\$ 7,76 (sete reais e setenta e seis centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 15,51 (quinze reais, cinquenta e um centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 7.596 de 27 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.596 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Agente Operacional I - MERCEDES DO RÓCIO GODOIS DOS SANTOS KOBUS, matrícula nº 000139, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência D para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência E no valor de R\$ 722,21 (setecentos e vinte e dois reais, vinte um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de agosto de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, será pago o valor de R\$ 37,45 (trinta e sete reais, quarenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2010, já descontado o valor de R\$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 9,26 (nove reais, vinte e seis centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.597 de 27 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.597 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Agente Administrativo I - ARICE WAGNER BERNARDES, matrícula nº 000094, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência D para Nível

3 Sub-Nível 32 Referência E no valor de R\$ 996,65 (novecentos e noventa e seis reais, sessenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 26 de julho de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, será pago o valor de R\$ 77,48 (setenta e sete reais, quarenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2010, já descontado o valor de R\$ 9,58 (nove reais e cinquenta e oito centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 19,16 (dezenove reais, dezesseis centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.598 de 27 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.598 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Agente Administrativo II - MARLÍ AUGUSTIN, matrícula nº 000379, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência C para Nível 4 Sub-Nível 41 Referência C no valor de R\$ 931,91 (novecentos e trinta e um reais, noventa e um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 26 de julho de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, será pago o valor de R\$ 72,46 (setenta e dois reais, quarenta e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2010, já descontado o valor de R\$ 8,96 (oito reais, noventa e seis centavos) referente a contribuição do servidor ao IPRECAL; e o valor de R\$ 17,92 (dezessete reais, noventa e dois centavos) o qual refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/10/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.599 de 29 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.599 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Administrativo III - GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula nº 000495, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2009 á 14 de janeiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias a partir de 03 de novembro de 2010 à 12 de novembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/10/2010

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.600 de 29 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.600 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar - ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, matrícula nº 000141, referente ao período aquisitivo: 05 de agosto de 2009 á 04 de agosto de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias a partir de 03 de novembro de 2010 à 12 de novembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/10/2010

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.601 de 29 de Outubro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.601 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Médico - EDUARDO ROCHA SBRISIA, matrícula nº 954792, referente ao período aquisitivo: 01 de dezembro de 2009 á 30 de novembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias a partir de 03 de novembro de 2010 à 12 de novembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 29 de outubro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/10/2010

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PREGÃO 108/2010 - PREF**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) Nº 108/2010

- Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão (chassi), zero quilômetro, e 01 (uma) caçamba basculante, nova (devidamente instalada no caminhão), destinado a ampliação da frota Municipal

Os equipamentos (marca e modelo, tanto do caminhão quanto da caçamba basculante) deverão conter o CÓDIGO DO "FINAME", estar credenciado na condição "FINAMIZÁVEL" para o financiamento no âmbito do "PROVIAS - Programa de Intervenções Viárias", do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Abaixo a especificação técnica do objeto, a quantidade e o valor máximo fixado (por item):

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor máximo Fixado(R\$)
01	01	Und.	CAMINHÃO NOVO (chassi), ANO 2010 ou 2011, MODELO 2010 ou 2011, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, NA COR BRANCA, COM TRAÇÃO 6X4 (TRAÇADO), DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR DIESEL DE 6 CILINDROS EM LINHA, REDUZIDO, TURBOALIMENTADO E INTERCULADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 270 CV, COM NO MÍNIMO DE 08 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COM DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE EIXOS DE 4.200MM, FREIO A AR TOTAL	224,000,00
01	01	Und.	CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 M³, COM FOMINHA PARA 12M³, COM TAMPA TRASEIRA BASCULANTE COM ABERTURA LATERAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DA CAIXA DE CARGA DE 6,35MM; ÂNGULO DE BASCULAMENTO DE NO MÍNIMO 45 GRAUS; ESTRUTURA POR CHASSI, COSTELAS E REFORÇO SUPERIOR CONFORMADOS EM "U", COM ESCADA FRONTAL, PINOS PASSA-CORDA, PARALAMAS EM AÇO, BARRICA D'ÁGUA, CAIXA DE FERRAMENTAS, SUPORTE PARA PÁ, PORTA ESTEPE, PARA-BARRO, DEVIDAMENTE INSTALADA NO CHASSI DE CAMINHÃO DESCRITO NO ITEM 01 (com tomada de força).	25.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 9h45min, do dia 17/11/2010, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 17/11/2010, às 14h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS:

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

- Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

- Unidade: 02 - Serviço de Transporte e Frota

- Proj/Ativ: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal

- Classificação: 4.4.90.52.00.00.00.00.0770.24 - Equipamentos e Material Permanente

- Código reduzido: 239.

Os Recursos são provenientes da Operação de Crédito BNDES - FINAME/PROVIAS.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 108/2010".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 03 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

## Campos Novos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Pregão Presencial 01/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 01/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 18/11/2010 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto, AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DE SETORES DO FUNREBON - FUNDO DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 13:15 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

Campos Novos, 04 de Novembro de 2010.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010 PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: 1000 MEDIC DISTRIBUIDORA IMP. E EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 10.050,80 (Dez mil e cinquenta reais e oitenta centavos).

DATA: 24/09/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

Contrato nº 52/2010

#### Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010 PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).

DATA: 24/09/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

Contrato nº 53/2010

#### Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010 PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 8.017,00 (Oito mil e dezessete reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 54/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS  
HOSPITALARES LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 5.277,10 (Cinco mil duzentos e setenta e sete reais e  
dez centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 55/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 56/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 10.396,00 (Dez mil trezentos e noventa e seis reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 57/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTI-  
COS LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 10.296,00 (Dez mil duzentos e noventa e seis reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 58/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: DIMACI MATERIAIS CIRURGICOS LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 32.245,50 (Trinta e dois mil duzentos e quarenta e  
cinco reais e cinquenta centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 59/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA-  
LARES LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 44.019,00 (Quarenta e quatro mil e dezenove reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 60/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 2.661,50 (Dois mil seiscentos e sessenta e um reais e  
cinquenta centavos).  
DATA: 24/09/2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 61/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 5.185,00 (Cinco mil cento e oitenta e cinco reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 62/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: GENESIO A. MENDES E CIA LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 1.178,00 (Hum mil cento e setenta e oito reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 63/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PROD-  
UTOS HOSPITALARES LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 1.647,20 (Hum mil seiscentos e quarenta e sete reais  
e vinte centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 64/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS  
FARMACEUTICOS LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS

SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 3.065,50 (Três mil e sessenta e cinco reais e cinquenta  
centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 65/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 4.512,00 (Quatro mil quinhentos e doze reais).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 66/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: PRODIET FARMACEUTICA LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 18.454,50 (Dezoito mil quatrocentos e cinquenta e  
quatro reais e cinquenta centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 67/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS  
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTI-  
NADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS  
SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 12.310,80 (Doze mil trezentos e dez reais e oitenta  
centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 68/2010

**Extrato de Contrato de Processo Licitação 21/2010**

EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO 21/2010  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 21/2010  
PP Nº 11/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NO-  
VOS



CONTRATADA: SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
OBJETO: - O CONTRATADO ENTREGARÁ MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 6.166,50 (Seis mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).  
DATA: 24/09/2010  
VIGÊNCIA: 31/12/2010  
Contrato nº 69/2010

## Canoinhas

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Editais de Tomada de Preços n.º 17/2010**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 119/2010  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 17/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22 de novembro de 2010, às 14:15 horas, contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a ampliação e reforma da E.B.M. Severo de Andrade, localizada no Bairro Campo da Água Verde. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Editais de Tomada de Preços n.º 18/2010**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 120/2010  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 18/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23 de novembro de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa ao conserto da cobertura e pintura do prédio da Prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Editais de Tomada de Preços n.º FMS 05/2010**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 36/2010  
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 05/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24 de novembro de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas relativas ao Processo Licitatório N.º FMS 36/2010, Tomada de Preços n.º FMS 05/2010, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras relativas a pintura e revisão geral da cobertura do prédio do Posto de Saúde, localizado no Bairro Campo da Água Verde. Informações

(47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

#### **Editais Nº 49/2010 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto No Edital Nº 002/2007.**

EDITAL Nº 49/2010  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### **RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no

período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de outubro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 49/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

QUADRO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CARGO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

FÁBIO RODOLFO DURAL

**Capinzal**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

## **Concorrência para Concessão de Serviço Público Nº 133/2010 - Estacionamento Rotativo**

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 133/2010.

OBJETO: Outorga onerosa de concessão para exploração do serviço público de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos do Município de Capinzal.

TIPO: Maior Lance ou Oferta

JULGAMENTO: Global

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 15/12/2010.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 04 de novembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

## **Classificação - Processo Seletivo 026/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

PROCESSO SELETIVO 026/2010

Abre inscrições para o Processo Seletivo de Provas para a contratação de Médico

para a Estratégia Saúde da Família (ESF), em caráter temporário, no Município de Capinzal.

### **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CARGO: MÉDICO ESF

N.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,9	002 - RAFAEL MOURA DA LUZ	1º LUGAR
6,4	001 - ANDRE LUIS CORREA REINHARDT	2º LUGAR

Registrado e publicado a presente Homologação na presente data. Joaçaba-SC, 03 de Novembro de 2010.

## **Edital 027.2010**

EDITAL N.º 027, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre inscrições e estabelece normas para o processo seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei n.º 2.178, de 23 de setembro de 1999, Lei Complementar n.º 045, de 12 de dezembro de 2000, Lei Complementar n.º 091, de 19 de abril de 2006, Lei Complementar 079 de 14 de abril de 2004 e Lei Complementar n.º 100, de 18 de abril de 2007, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público para provimento de vagas que surgirão durante o ano de 2011 em virtude de licença prêmio, licença para tratar de assuntos particulares, licença para tratamento de saúde, readaptações e desdobramento de turmas e substituições de funcionários designados em cargos de confiança e chefia no âmbito da administração direta e indireta do Município de Capinzal, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de Provas, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

### **I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O processo seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Georgeo Almeida ME (Aprender.com) inscrita no CNPJ sob o n.º 08.195.807/0001-39, Joaçaba (SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, durante o ano de 2011.

### **II – DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições serão realizadas no período compreendido entre

28 de outubro a 26 de novembro de 2010, em sala exclusiva no andar térreo do Centro Administrativo Municipal Prefeito Silvio Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Centro, Capinzal, de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição neste processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes no Anexo I deste Edital. A descrição das atribuições de cada cargo encontra-se no Anexo II do Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.4.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo/função, conforme o Anexo I;

2.4.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.4.4. Ser portador de CPF válido;

2.4.5. Gozar de boa saúde;

2.4.6. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.4.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.4.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao cargo que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.4.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos.

2.5. Será cobrada taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 para os cargos de nível de formação superior e no valor de R\$ 20,00 para os demais cargos.

2.6. O candidato deverá retirar o Documento de Arrecadação Municipal (DAM) junto ao Setor de Tributação no Centro Administrativo Municipal e efetuar o recolhimento nas agências da Caixa Econômica Federal, casas lotéricas ou correspondentes CAIXA aqui.

2.7. Será considerada cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem cobertura ou que cometer outra irregularidade que impossibilite o desconto do respectivo cheque ou que fizer agendamento de pagamento sem a devida provisão de fundos.

2.8. O candidato que comprovar residência no município de Capinzal e sua condição de desempregado, terá isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei municipal n.º 2.719, de 04 de outubro

de 2006.

2.8.1. Para comprovar a condição de desempregado, o candidato deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou certidão da Previdência Social.

2.8.2. Para comprovar residência no município de Capinzal, o candidato deverá apresentar comprovante de residência em seu nome ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato, assegurando a veracidade da declaração.

2.9. Caso seja aprovado e contratado, o candidato terá descontado o valor equivalente à taxa de inscrição em duas parcelas mensais, iguais e sucessivas de seus vencimentos, nos termos da Lei municipal n.º 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.10. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função descrito no Anexo I, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para contratação do candidato.

2.11. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.12. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.14. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.15. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do processo seletivo por conveniência da Administração Pública.

2.16. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.17. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal;

### III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste processo seletivo.

3.2. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99.

3.3. Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante do Requerimento de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo



ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.6. O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no Centro Administrativo Municipal, até às 17h30min do dia 26 de novembro de 2010, impreterivelmente.

3.6.1. Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.6.2. O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Capinzal, que verificará a existência da deficiência declarada no Requerimento de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.7. O candidato portador de necessidades especiais participará deste processo seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.9. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.10. A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.11. Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

#### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e na internet, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

#### V – DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste processo seletivo serão contratados em caráter temporário, no ano de 2011, conforme dispõe a Lei n.º 2.178, de 23 de dezembro de 1999.

5.1.1. Os candidatos classificados e contratados para os cargos da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes serão contratados em caráter temporário, conforme o calendário escolar estabelecido

pela Secretaria Municipal de Educação.

5.2. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### VI – DAS PROVAS

6.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará do seguinte:

a) prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos;

b) prova objetiva de conhecimentos e teste prático para os seguintes cargos: Motorista; Operador de Máquinas Pesadas; Operador de Máquinas Leves; Pedreiro e Carpinteiro.

6.2. Todos os candidatos de cada cargo deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme o cronograma constante do Anexo IV deste Edital. Não podendo ser realizadas individualmente ou em data, horário e local que não seja o especificado neste Edital nem em alterações posteriores.

6.3. As provas escritas serão realizadas na Escola Municipal Viver e Conhecer, sito à Rua Grácia Gramazzio Pereira de Lima, Capinzal (SC), dia 12 de dezembro de 2010:

a) com início às 9:00 horas, para os cargos de Professor, Auxiliar de Professor, Instrutor Técnico – CECON, Técnico em Atividades Desportivas e Secretário de Escola;

b) com início às 14:00 horas, para os demais cargos;

6.4. As provas escritas serão realizadas em etapa única de três (3) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.5. As provas práticas para os cargos referidos no item 6.1, letra "b", serão realizadas no dia 17/12/2010, na Secretaria de Infra – Estrutura, sito ao Acesso Cidade Alta, 1909, Capinzal (SC), com início às 8:00 horas.

6.6. Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma.

6.7. É vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.8. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.8.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.8.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.8.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista

(modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.8.4. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.8.5. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.9. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.10. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no processo seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.11. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.12. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma (1) hora de seu início.

6.13. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão – resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

6.14. Todos os cartões respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.15. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital.

6.17. Não será permitido o uso de aparelhos celulares no local das provas bem como é vedado ao candidato entrar no pátio com o mesmo ligado ou desligado. A não obediência implicará na desclassificação e na remoção do candidato.

## VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo III, parte integrante deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de trinta (30) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

7.3.1. Para todos os cargos será:

TABELA A

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,2	2,00
Conhecimentos específicos	20	0,4	8,00
Total	30		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro).

7.9. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9:00h do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural do Centro Administrativo Municipal.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.10.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do processo seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

7.11. Toda questão que venha ser anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

## VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a quatro (4,0) em cada uma das etapas (prova objetiva e prática).

8.2. A nota final será calculada da seguinte maneira:

8.2.1. Para os cargos com somente prova objetiva obter-se-á a nota final através da soma dos acertos conforme tabela A.

8.2.2. Para os cargos que requerem prova objetiva e prova prática far-se-á a soma dos acertos da prova objetiva, conforme tabela

A, com a nota da prova prática e divide-se por dois (2), obtendo uma média final.

8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de língua portuguesa;
- c) o de menor idade.

#### IX – DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do processo seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Centro Administrativo Municipal, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação, juntamente com a equipe técnica da Georgeo Almeida ME – (Aprender.com).

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

9.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

9.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.8. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.9. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.10. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

#### X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

#### XI – DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;
- e) Cópia dos seguintes documentos:
  - 1. Documento de Identidade (RG);
  - 2. Cadastro de Pessoa Física;
  - 3. Certidão de Casamento;
  - 4. Certidão de Nascimento de Filhos;
  - 5. Carteira de Trabalho;
  - 6. uma (01) foto 3x4;
  - 7. Atestado de boa conduta; e
  - 8. demais documentos, conforme especificação do cargo, descrito no Anexo I deste Edital.

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

11.4. As convocações iniciarão após a publicação da homologação do Processo Seletivo no jornal oficial do município e poderão ocorrer a partir de janeiro de 2011.

#### XII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência à Georgeo Almeida ME – (Aprender.com) para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e prática;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

#### XIII – DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. Este processo seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2011.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, conforme a necessidade, a conveniência, oportunidade e o

limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4. O candidato classificado no processo seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

14.5. A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6. Será excluído do certame, por ato da Georgeo Almeida ME – (Aprender.com) o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.9. O gabarito da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e no Mural Público do Centro Administrativo Municipal.

14.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Georgeo Almeida ME – (Aprender.com) e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Capinzal.

14.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Dos Cargos, Salários e Habilitações Mínimas;  
ANEXO II – Das Atribuições do Cargo;  
ANEXO III – Do Conteúdo Programático;  
ANEXO IV – Do Cronograma Previsto.

15.12. Será publicado o presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e no endereço eletrônico [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br), a partir do dia 28 de outubro de 2010.

Capinzal, 27 de outubro de 2010.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

## ANEXO I DOS CARGOS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES

CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Agente de Serviços Gerais- Secretaria de Infra – Estrutura.	40h	R\$ 510,00	Alfabetizado
Agente de Serviços Gerais – Secretarias da Saúde e Desenvolvimento Social; Educação, Cultura e Esportes; Agricultura e Meio Ambiente e Administração e Finanças.	40h	R\$ 510,00	Alfabetizado
Motorista	40h	R\$ 598,57	Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação, com no mínimo, categoria "D" e certificado de conclusão do Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Escolar e Condutor de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros atualizado.
Escrivário	40h	R\$ 786,50	Ensino médio completo
Farmacêutico Bioquímico	40h	R\$ 1.593,25	Ensino Superior completo e registro no CRF
Fonoaudiólogo	40h	R\$ 1.593,25	Ensino Superior completo e registro no CRFA
Psicólogo	40h	R\$ 1.593,25	Ensino Superior completo e registro no CRP
Assistente Social	40h	R\$ 1.593,25	Ensino Superior completo e registro no CRESS
Auxiliar de Enfermagem	40h	R\$ 594,23	Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN
Carpinteiro	40h	R\$ 598,57	Alfabetizado, com comprovação de tempo de serviço em carteira
Pedreiro	40h	R\$ 598,57	Alfabetizado, com comprovação de tempo de serviço em carteira
Operador de Máquina Pesada	40h	R\$ 666,51	Ensino Fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação na categoria "C"
Operador de Máquina Leve	40h	R\$ 565,32	Ensino Fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação na categoria "C"
Auxiliar de Professor	40h	R\$ 786,50	Cursando Ensino Médio Magistério a partir da 3ª série ou cursando Ensino Superior na área da educação.
Secretário de Escola	40h	R\$ 1.022,16	Ensino Médio Magistério ou Ensino Superior na área de Secretariado ou Licenciatura na área da Educação e no mínimo 180 horas de curso de informática
Professor de Informática	40h	R\$ 1.147,94	Ensino superior completo na área de Informática
Professor de Educação Física	VENCIMENTO R\$ 689,63**		Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida



Professor de Geografia	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de História	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Artes	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Língua Portuguesa	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Língua Inglesa	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Ciências	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Matemática	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Pedagogia - Séries Iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério
Professor de Pedagogia - Educação Infantil	R\$ 689,63**	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério

**CECON – INSTRUTORES TÉCNICOS**

Artes Cênicas	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Dança	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Bijuteria	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Arte Aplicada	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Canto	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Customização	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Culinária	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Informática	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Reciclagem	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Recreação	R\$ 474,25*	Ensino Médio completo ou cursando Educação Física e cursos específicos na área

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME  
TÉCNICOS DE ATIVIDADES DESPORTIVAS**

Futsal Treinamento	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Futsal Escolinha	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Handebol Escolinha	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Voleibol Escolinha	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física

Futebol Escolinha	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Haecon – Do Escolinha	R\$ 536,57***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade
Bocha Escolinha	R\$ 536,57***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade
Xadrez Escolinha	R\$ 689,63***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Bolão Escolinha	R\$ 536,57***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade

\* O valor dos vencimentos deste anexo corresponde a uma carga horária de 20 horas/semanais, para Instrutores do Projeto CECON; as vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal.

\*\* O valor dos vencimentos constantes deste Anexo é proporcional à carga horária de 20 horas/semanais para o cargo de Professor Nível 1 (Ensino Superior completo). Para o Professor Nível Especial 1 (Ensino Superior incompleto ou apenas com Magistério), o valor é de R\$ 566,03 para 20 horas/semanais. As vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal.

\*\*\*O valor dos vencimentos deste anexo corresponde a uma carga horária de 20 horas semanais; as vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal (FME).

**ANEXO II  
DAS ATRIBUIÇÕES A TODOS OS CARGOS:**

São atribuições funcionais obrigatórias a todos os cargos: ser responsável, assíduo, flexível e comprometer-se com a proposta da instituição que escolheu; cumprir o horário estipulado pelo responsável pelo estabelecimento; comunicar com antecedência às faltas que porventura esteja sujeito; avisar a instituição com antecedência se precisar se ausentar do serviço e apresentar atestado médico no prazo de 24 horas; zelar pela conservação dos equipamentos e materiais da instituição primando pela economia; respeitar a hierarquia da repartição; zelar pelo nome do estabelecimento dentro e fora dele; comunicar ao chefe imediato qualquer ocorrência considerada anormal (psicológica, moral e física); manter um bom clima de trabalho e colaboração com toda a equipe tratando a todos com respeito; apresentar-se utilizando vestimenta adequada à sua função e quando for o caso utilizar uniforme solicitado; participar e auxiliar na realização de atividades, promoções e festividades previstas e organizadas pelo respectivo setor e também o que estiver previsto em calendário e/ou estatuto dos Servidores Públicos; não fazer uso de celulares para tratar de questões pessoais em horário de trabalho.

**DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS AO CARGO:****01 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (DEMAIS SECRETARIAS)**

a) àqueles que realizarão a limpeza dos estabelecimentos: manter a limpeza e higiene do estabelecimento realizando-a sempre que necessário e conforme o combinado com a coordenação/direção; zelar pela conservação e limpeza do prédio, dos utensílios, dos móveis e equipamentos (colchões, berços, carrinhos, cadeiras, armários, lixeiras, portas, vidros, limpeza do chão das salas de aula com pano e cera, etc.); participar das reuniões, palestras, Atos Cívicos e outros quando convocado, ainda que em horários diferentes do seu trabalho; auxiliar nas festividades escolares, promoções,

atividades extras e, de acordo com o calendário pré-estabelecido; lavar e passar as roupas conforme orientação; lavar e escovar os banheiros diariamente quantas vezes forem necessárias; realizar junto à coordenação o controle dos materiais de limpeza; quando necessário manter limpo o jardim e a horta; zelar pela economia de água, luz e materiais de limpeza; auxiliar no atendimento das crianças, quando houver necessidade e solicitação (no horário de recreio, chegada e saída dos alunos, etc.), usar vestuário adequado à função e EPI's fornecidos pelo município.

b) àqueles que realizarão serviços de copa e cozinha: deverão apresentar carteira de saúde; manter rigorosa higiene pessoal, com unhas curtas e sem esmalte, além de dispensar o uso de anéis e similares; usar touca, avental ou jaleco sempre limpos; usar calçado fechado; controlar o estoque e compras mensais e semanais; seguir o cardápio conforme instrução da nutricionista e manter constante contato com a mesma acatando suas decisões; preparar e ajudar a servir refeições, segundo normas de higiene; ferver e fazer a desinfecção das mamadeiras e outros toda semana; armazenar os alimentos conforme orientação da nutricionista; manter a limpeza e higiene da cozinha, dos armários, fornos e fogões, geladeira e freezer. Quando necessário limpar o refeitório; participar das reuniões, palestras, Atos Cívicos e outros quando convocado, ainda que em horários diferentes do seu trabalho; realizar junto à coordenação/direção o controle dos alimentos e materiais de limpeza; manter a porta da cozinha fechada e não permitir a entrada de outras pessoas não autorizadas.

#### 02 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE INFRA – ESTRUTURA

a) àqueles que realizarão serviços à Secretaria da Infra-Estrutura (incluindo a fábrica de tubos): realizar a limpeza (varrição e coleta de entulhos) dos estabelecimentos públicos, quando solicitado, atendendo as orientações dos superiores; participar das reuniões, palestras e outros, quando convocado, ainda que em horários diferentes do seu trabalho; realizar a manutenção de estradas do interior, atendendo orientações dos superiores; realizar roçadas e manutenção dos jardins, quando solicitado; realizar pequenos reparos quando necessário, realizar carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; realizar o carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; saber utilizar carriolas e similares; proceder a abertura de valas com utilização de ferramentas manuais; realizar a limpeza de veículos e máquinas; fazer o carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários; desempenhar outras atividades diretamente ligadas à Secretaria, atendendo prontamente ao que for solicitado pelos superiores; zelar pela economia de água, luz e materiais de limpeza e pela conservação dos equipamentos e ferramentas que fizer uso, usar vestuário adequado a função e EPI's fornecidos pelo município.

#### 03 – MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais, pessoas e equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saídas e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e atenção; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo.

#### 04 – OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Operar motoniveladoras, tratores de esteira, carregadeiras e similares; efetuar serviços de manutenção, limpeza e conservação dos equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; executar atividades

correlatas.

#### 05 – OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

Operar máquinas e equipamentos leves; efetuar serviços de manutenção, limpeza e conservação dos equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; executar outras atividades correlatas.

#### 06 – CARPINTEIRO

Planejar trabalhos de carpintaria e preparar canteiro de obras; executar serviços de carpintaria em geral, tais como aplainagem de madeira bruta, bitolamento de tábuas, sarrafos e ripas, montagem e nivelamento de formas de concreto, confecção de estrados de madeira, construção de armação em madeira para telhados e parede; Construir andaimes e proteção de madeira; montar portas e esquadrias; finalizar serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de materiais reutilizáveis; seleção, limpeza e armazenamento de peças e equipamentos; outras atividades afins.

#### 07 – PEDREIRO

Efetuar a locação de pequenas obras; fazer muros de arrimo, trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; auxiliar na confecção e reparação de bueiros e pisos de cimento; realizar ou orientar a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes; assentar marcos de portas e janelas; colocar telhas, azulejos e ladrilhos; fazer consertos em obras de alvenaria; instalar aparelhos sanitários; assentar e recolocar tijolos, telhas, tacos, lambris e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; operar com instrumentos de controle de medidas, pelo prumo e nível, cortar pedras; orientar e examinar serviços executados pelos ajudantes e outros auxiliares sob sua direção; organizar pedidos de material; executar tarefas afins.

#### 08 – FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

Planejar, orientar, coordenar, controlar, supervisionar e executar atividades técnicas específicas da profissão; realizar análises clínicas de exsudatos e transudatos humanos, como sangue, urina, saliva e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; supervisionar o pessoal envolvido em atividades laboratoriais; interperar e emitir resultados dos exames realizados em bioquímica, imunologia, parasitologia, microbiologia e hematologia; executar atividades de desinfecção e esterilização; zelar pela limpeza e ordem dos materiais e equipamentos; exercer outras atividades correlatas.

#### 09 – FONOAUDIÓLOGO

Assessorar, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa; realizar atendimento ambulatorial; participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias e da Secretaria Municipal de Educação; realizar consulta e/ou atendimento individual; promover atendimento de fisioterapia em patologia neurológica, processos diatróficos, paralisia cerebral e retardo do desenvolvimento motor; realizar atendimento de fisioterapia em patologias vasculares periférica como disfunções decorrentes de distúrbios circulatórios artéreo-venoso e linfáticos; realizar atendimento de fisioterapia em patologias respiratórias como assistência em pré e pós-operatório com uso ou não de equipamento, reeducação ventilatória em doenças pulmonares; realizar atendimento de fisioterapia em patologia traumáticas e ortopédicas; realizar atendimento de fisioterapia em patologias reumáticas como disfunções decorrentes de alterações de ordem reumática degenerativa ou inflamatória de membros ou coluna vertebral; participar de grupo de trabalhos médicos que orientem a população; realizar outras tarefas atinentes à função.

#### 10 – PSICÓLOGO

Assessorar, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa; realizar atendimento ambulatorial; participar das

atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias e da Secretaria Municipal de Educação; planejar, coordenar, controlar, avaliar e aplicar programas e projetos na área da Psicologia aplicada a indivíduos, grupos e comunidades; elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde e educação; emitir pareceres e laudos, quando solicitado; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades.

#### 11 – ASSISTENTE SOCIAL

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; elaborar e/ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família; fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais; diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde; desenvolver atividades que visem a promoção, a proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais; mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população; prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários à realização de atividade na área do Serviço Social; participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde e escolar; participar de ações que visem a promoção dos servidores da instituição, visitar famílias de escolares; desenvolvendo trabalho em conjunto com psicólogos, terapeutas e coordenadores pedagógicos; orientação à criança e ao adolescente em questões sociais.

#### 12 – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Exercer atividades de nível médio, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão do Enfermeiro; preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; executar tratamentos prescritos, ou de rotina; administrar medicamentos via oral e parenteral; realizar controle hídrico; aplicar oxigenioterapia; nebulização, enterocisma, enema e calor ou frio; executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; efetuar controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; colher material para exames laboratoriais; executar atividades de desinfecção e esterilização; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança; alimentar ou auxiliar o paciente na alimentação; zelar pela limpeza e ordem do material, equipamento e das dependências da unidade de saúde; orientar os pacientes quanto ao cumprimento das prescrições médicas e de enfermagem; auxiliar o enfermeiro na execução dos programas de educação para a saúde; executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes; realizar a pesagem, medidas e desenvolver projetos à saúde da criança; cumprir normas e regulamentos disciplinares da unidade de saúde em que está inserido.

#### 13 – INSTRUTORES TÉCNICOS DO PROJETO CECON

Transmitir conhecimentos acerca das atividades de acordo com a função escolhida, ser capaz de trabalhar coletivamente, planejar, orientar, controlar e supervisionar a realização das atividades. Desenvolvendo um trabalho de caráter sócio-educativo, respeitando a individualidade, promovendo a auto regulação e desenvolvendo

habilidades com vistas para o equilíbrio emocional, a valorização pessoal e a sustentabilidade econômica familiar.

#### 14 – TÉCNICO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

Desenvolver atividades desportivas, disciplina esportiva, recreação esportiva e eventos esportivos; desenvolver e elaborar projetos esportivos e outras tarefas correlatas ao seu cargo.

#### 15 – PROFESSOR

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimentos conforme PPP; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

#### 16 – SECRETÁRIO DE ESCOLA

Ter domínio das formas de comunicação oral e escrita e conhecimento tecnológico; ser receptivo, comunicativo, tratando a todos sem discriminação; cuidar da conservação e distribuição dos equipamentos e materiais conforme combinado com a equipe gestora; participar de todos os eventos promovidos pela entidade; conhecer e participar da elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas; manter atualizados registros e informações sobre alunos e materiais; organizar o serviço de secretaria de modo a concentrar toda a escrituração escolar; organizar o arquivo, de modo que assegure a verificação da identidade de cada aluno e a regularidade de sua vida escolar, para poder atender prontamente qualquer informação ou esclarecimentos; cumprir a legislação vigente; manter atualizado a coleção de leis, regulamentos, instruções, resoluções, despachos, circulares e outros, que dizem respeito às atividades de cada entidade/setor; expedir correspondência de sua competência; elaborar relatórios e preparar processos; manter atualizados livros, fichas e demais documentos relativos à vida escolar dos alunos; rubricar e manter atualizados livros de sua responsabilidade; assinar as documentações dos alunos com o Diretor; preparar e expedir documentos referentes à vida escolar do aluno; fazer levantamento para preenchimento do censo escolar; exercer outras atividades de sua competência; organizar e manter organizada a classificação, catalogação, fichário e inventário do acervo. Manter a biblioteca em condições de atender às necessidades da escola quando for o caso, orientar os alunos na utilização correta dos livros, catálogos e fichários, quando for o caso, manter em ordem a sala da biblioteca e cuidar da conservação dos livros e do mobiliário existente, ser responsável pela cobrança da devolução de livros por parte dos usuários, quando necessário, envolver-se na atividade de contar histórias infantis.

#### 17 – ESCRITURÁRIO

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; elaborar minutas de contratos em geral; auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas; fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral; colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão; executar atividades em geral, de natureza burocrática dos vários órgãos e entidades da administração; auxiliar na



elaboração de processos administrativos internos; executar outras tarefas pertinentes.

#### 18 – AUXILIAR DE PROFESSOR

a) São atribuições àqueles que exercerão atividades nas creches, centro de educação infantil e escolas: cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; manter junto às crianças e ao grupo uma disciplina participativa; comparecer à reuniões de pais, palestras, encontro de estudos, nas atividades de caráter cívico, cultural, recreativo e outros para os quais forem convocados em horários diferentes de seu trabalho e datas previstas em calendário escolar próprio da instituição e da Secretaria da Educação; estar disponível para atender o chamado da coordenação para prestar serviços emergenciais; auxiliar o professor na realização de todas as atividades que envolvam a criança desde a higiene, alimentação e orientação pedagógica com carinho, afetividade e bom humor, transmitindo segurança. Desenvolver trabalho sob a orientação da equipe gestora da escola. Ao término do seu turno deixar a sala organizada e limpa; não trazer para o local de trabalho materiais alheios àqueles necessários para o desenvolvimento do seu trabalho; participar e se envolver no planejamento das aulas e na elaboração dos projetos e materiais didáticos com as crianças; não utilizar aparelho celular no horário de trabalho; manter os pertences da criança sempre organizados em sua sacola para serem encaminhados para casa; colaborar com o professor no registro da rotina da criança nas agendas escolares; receber e entregar as crianças aos pais sempre que necessário; manter a coordenação/direção informada sobre tudo que considerar anormal a rotina da criança na sua saúde física e emocional; auxiliar e participar da elaboração e execução da proposta pedagógica das instituições atendendo os anseios da comunidade em geral.

b) são atribuições a aqueles que exercerão atividades no abrigo "Casa Lar": além das anteriormente citadas, as de um cuidador social, que terá que executar atividades de orientação, organização, estímulo e recreação infantil, com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, que exigem ações maternas: colo, administração de alimentação, troca de fraldas, cuidados especiais com aprendizagem na locomoção, desenvolvimento da linguagem, higiene pessoal, coordenação motora, entre outras atribuições. As condições de trabalho serão de 40 horas semanais, sendo que o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados; sujeito a trabalho externo, desabrigado, bem como o uso de uniforme.

#### ANEXO III

##### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CARGOS:

#### 01 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DEMAIS SECRETARIAS

a) Língua Portuguesa: alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Noções de limpeza e higiene. Lixo Orgânico e Reciclagem. Classificação dos Resíduos sólidos. Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia. Cuidados no preparo e distribuição de refeições. Conhecimentos sobre desinfecção de utensílios e ambientes. Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem. Limpeza Pública.

#### 02 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INFRA ESTRUTURA

a) Língua Portuguesa: alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos

sanitários, azulejos, etc...; Conhecimentos e uso dos utensílios de trabalho braçal; Noções de Hierarquia; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros. Conhecimentos sobre a conservação de ferramentas diversas. Conhecimentos básicos de hidráulica e eletricidade. Jardinagem; Limpeza pública. Noções de calceteiro.

#### 03 - MOTORISTA

a) Língua Portuguesa: alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção defensiva; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Cidadania; Noções de mecânica básica de autos; Condução de veículos da espécie; Manobras; Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção do veículo; Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos, Decreto nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto nº 2.327 de 23/09/97.

#### 04 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

a) Língua Portuguesa: ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção defensiva; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Cidadania; Noções de mecânica básica de autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos, Decreto nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto nº 2.327 de 23/09/97. Condução de veículos da espécie; Manobras; Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; Manutenção do veículo; Direção e operação veicular de máquinas pesadas motorizadas e não motorizadas.

#### 05 - OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

a) Língua Portuguesa: ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção defensiva; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Cidadania; Noções de mecânica básica de autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos, Decreto nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto nº 2.327 de 23/09/97. Condução de veículos da espécie; Manobras; Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; Manutenção do veículo; Direção e operação veicular de máquinas leves motorizadas e não motorizadas.

#### 06 - CARPINTEIRO

a) Língua Portuguesa: ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: noções básicas sobre atividades relacionadas com a construção, reforma, demolição, conservação e manutenção de edificações, obras e prédios públicos, compreendendo dentre outros os serviços de carpintaria, armações de madeira; processos e ferramentas adequadas para compor armações de telhado, andaimes e elementos afins; instalação e ajustamento de esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias, forro e guarnições; construção de formas de madeira para concretagem; afiação de ferramentas de corte; consertos necessários à conservação dos bens e instalações; noções sobre equipamentos de proteção Individual (EPI's),

noções de relacionamento pessoal com as autoridades municipais, com os servidores públicos e com os munícipes; Noções de segurança e higiene do trabalho.

#### 07- PEDREIRO

a) Língua Portuguesa: ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Conhecimentos Específicos: Conhecimentos das ferramentas; Conhecimentos da Função; Normas de segurança; Conhecimentos do sistema de metragem linear; Cubicagem; Conhecimentos dos materiais; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos, cerâmicas e utilização de EPI's.

#### 08- FARMACÊUTICO - BIOQUÍMICO

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

b) Conhecimentos Específicos: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Tipos de medicamentos; Acondicionamento de formas farmacêuticas; Vias de administração; Classificação das formas farmacêuticas; Matérias primas farmacêuticas; Pós, granulados e comprimidos; Tecnologia das formas farmacêuticas revestidas, líquidas, não estéreis e oriundas de vegetais; Esterilização e conservação dos produtos farmacêuticos; Manipulação de produtos farmacêuticos; Padronização de medicamentos; Dispensa de medicamentos; Aspectos legais e éticos no aviamento de prescrições médicas; Técnicas de preparo de fórmulas magistrais; Análises clínicas: hematológicas, citológicas, bacteriológicas, micológicas, parasitológicas, imunológicas; Pesquisa e determinação bioquímicas mais usuais procedidos em meios biológicos; Análises bioquímicas em sangue, urina e outros meios biológicos; Compostos nitrogenados não protéicos; Proteínas e seu fracionamento; Lipídeos e seu fracionamento; Glicídios; Exame físico, Bioquímico e do sedimento urinário. Noções básicas de Informática.

#### 09 - FONOAUDIÓLOGO

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

b) Conhecimentos Específicos: Audição: anatomia e fisiologia da audição; Desenvolvimento normal da audição e da linguagem; Avaliação auditiva no adulto e na criança: Inspeção do meato acústico externo, audiometria, imitância acústica (fundamentos, técnicas, interpretação de resultados, patologias, conduta e discussão de casos); triagem auditiva em escolares; avaliação eletro fisiológica – EOA, BERA; processamento auditivo central; Aparelhos auditivos: Princípios gerais na indicação, seleção e adaptação de aparelhos auditivos. Voz: Anatomia e fisiologia dos órgãos envolvidos na fonação; Desenvolvimento da fonação; Avaliação perceptual e acústica da voz; Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais; Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade; Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas; Atuação fonoaudiológica nas sequelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Linguagem: Desenvolvimento da linguagem oral na criança; Desenvolvimento da linguagem escrita; Percepção auditiva e de fala; Fundamentos da lingüística; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de linguagem escrita; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados ao crescimento e desenvolvimento; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados às lesões cerebrais. Motricidade Oral: Crescimento maxilofacial; Amadurecimento das

funções orofaciais; Sistema estomatognático: aleitamento materno no desenvolvimento da motricidade oral; Acompanhamento fonoaudiológico em pacientes portadores de fissura lábio palatal; Disfagia – avaliação e tratamento. Código de Ética da profissão. Noções básicas de Informática.

#### 10 - PSICÓLOGO

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

b) Conhecimentos Específicos: Histórico da Psicologia; Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005); Resolução CFP nº 001/2009; Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento; Teoria e pensamentos referentes à Piaget, Freud, Bandura; Métodos da Psicologia; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Social; Psicologia da Gestalt; Psicologia Organizacional; Psicologia Comportamental – Behaviorismo; Psicoterapia Breve; Psicoterapia de Grupos; Testes psicológicos; Psicomotricidade; Noções de LDB e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Noções básicas de Informática.

#### 11 - ASSISTENTE SOCIAL

a) Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen conforme acordo ortográfico.

b) Conhecimentos Específicos: SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Lei Orgânica de Assistência Social 8742/1993; Nobsuas/2005 – Norma Operacional Básica do SUAS; o Serviço Social e interdisciplinaridade; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aportes teóricos e metodológicos do serviço social; Gestão de políticas públicas; Política nacional de assistência social; Estatuto do Idoso Lei 10741 de 1º de outubro de 2003; Tipificação nacional dos serviços sócios assistenciais; Código de Ética do Assistente Social resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993; Código de Ética do Assistente Social resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993; Regulamentação da profissão Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Noções básicas de Informática.

#### 12 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

b) Conhecimentos Específicos: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Noções básicas de Informática.

#### 13 – INTRUTOR TÉCNICO PROJETO CECON PARA TODOS OS CARGOS DE INSTRUTORES

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica,

separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

### 13.1 - INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

a) Conhecimentos Específicos: Conceitos gerais da área. Sistemas Operacionais; Windows XP/Vista/Seven; Noções de Hardware. Instalação e Desinstalação de componentes e programas; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, Office 2003 e 2007, Internet e Correio Eletrônico. Noções básicas de MS-DOS.

### 13.2 - INSTRUTOR DE RECREAÇÃO

a) Conhecimentos Específicos: Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas, xadrez, danças entre outros, Conhecimentos do ECA, Direitos Humanos, Lei 9394/96 – LDB.

### 13.3 - INSTRUTOR DE BIJUTERIA

a) Conhecimentos Específicos: Técnicas de elaboração, criação e fabricação de bijuterias; instrumentos e materiais; conservação dos materiais utilizados na fabricação de bijuterias; espécies de bijuterias. Relacionamento pessoal com as autoridades municipais, com os servidores públicos e com os munícipes; Outros conhecimentos inerentes à função, noções do ECA, noções de LDB e Direitos Humanos.

### 13.4 - INSTRUTOR DE CULINÁRIA

a) Conhecimentos Específicos: A Gastronomia no Brasil e sua História. Noções de preparo de alimentos, conhecimento da higienização e desinfecção de utensílios e do local de trabalho, noções de armazenamento de gêneros alimentícios, nutrição e reaproveitamento de alimentos. Noções de limpeza e higiene. Lixo Orgânico e Reciclagem; Noções básicas de Informática.

### 13.5 - INSTRUTOR DE CUSTOMIZAÇÃO

a) Conhecimentos Específicos: Conhecimentos Básicos e manuseio de máquina de costura, tipos de Tecidos, Linhas, Modelos, Tipos de Roupas, conhecimentos básicos de moldes, noções fundamentais sobre os materiais a utilizar, características e, desenho de moldes para confecção e de aplicação de moldes sobre tecidos e customização, patch work, pontos básicos de costura manual e noções do ECA e Direitos Humanos.

### 13.6 - INSTRUTOR DE ARTE APLICADA

a) Conhecimentos Específicos: Conhecimento de técnicas e materiais utilizadas para o trabalho com: biscuit, pintura em tecido, cerâmica, madeira, vidro, gesso, tela, cesta rias, metais, decoração em vela, EVA, mosaicos, trabalhos com sisal, artes decorativas e noções do ECA e Direitos Humanos.

### 13.7 - INSTRUTOR DE RECICLAGEM

a) Conhecimentos Específicos: Técnicas de reciclagem de materiais; o que se recicla; coleta seletiva; manuseio de recicláveis; impacto ambiental do lixo reciclável; destinação adequada de materiais recicláveis e noções do ECA e Direitos Humanos.

### 13.8 - INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS

a) Conhecimentos Específicos: História da arte cênica, comédia e drama, importância da dicção para oratória, oratória, improvisação livre, estilos de dança, conhecimento dos fundamentos técnicos e teóricos da dança, concepções básicas da dança moderna e contemporânea, trabalho corpóreo da técnica da dança moderna e contemporânea, noções espaço cênico, cenografia, iluminação, adereços, figurino, peça teatral, coreografia e noções do ECA e

Direitos Humanos.

### 13.9 - INSTRUTOR DE CANTO

a) Conhecimentos Específicos: História da música, Partituras, Notas e Compassos, técnicas básicas de canto, prática de canto individual e canto, formação e preparação de um coro, leitura musical em conjunto, afinação e percepção rítmica, conhecimento sobre obras eruditas, folclóricas e populares, nacionais e internacionais em diferentes períodos da música. Tipos de Instrumentos e funcionalidades. Comunicações e seus componentes.

### 13.10 - INSTRUTOR DANÇA

a) Conhecimentos Específicos: História da arte da dança, importância da dança, estilos de dança, conhecimento dos fundamentos técnicos e teóricos da dança, concepções básicas da dança moderna e contemporânea, trabalho corpóreo da técnica da dança moderna e contemporânea, noções do ECA e Direitos Humanos.

### 14 – TÉCNICO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS PARA TODOS OS CARGOS

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

### 14.1 - INSTRUTOR DE FUTSAL - TREINAMENTO

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL DE SALÃO: Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

### 14.2 - INSTRUTOR DE FUTSAL - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL DE SALÃO: Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

### 14.3 - INSTRUTOR DE HANDEBOL - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; Conteúdos e metodologias; avaliação, e regras de Handebol. LDB e PCN de educação física. Noções básicas de Informática.

### 14.4 - INSTRUTOR DE VOLEIBOL - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física. VOLEIBOL: Regras, Sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. Noções básicas de Informática.

### 14.5 - INSTRUTOR DE HAECON - DO - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Histórico, filosofia, regras, Técnicas de defesa pessoal. LDB e PCN de educação física. Noções básicas de



## Informática.

### 14.6 - INSTRUTOR DE BOCHA - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; BOCHA: Origem, História, Bocha no Brasil, Regras Oficiais Sulamericana e Paulista: normas e instruções de jogo, modalidades, dimensões da quadra, tipos de jogadas, marcação, jogadores, categorias e histórico.

### 14. 7 - INSTRUTOR DE FUTEBOL - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

### 14. 8 - INSTRUTOR DE BOLÃO - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; BOLÃO: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos.

### 14. 9 - INSTRUTOR DE XADREZ - ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; XADREZ: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Noções básicas de informática. Noções básicas de Informática.

## 15 – PROFESSOR

### PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.

### 15.1 – PROFESSOR DE ARTE

a) Conhecimentos Específicos: História do Ensino da Arte no Brasil; História da Arte Medieval, História da Arte Moderna, Arte na Educação, Arte Catarinense, Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional, Ensino da Arte e Tecnologia, Artes Gráficas, e noções do ECA, Direitos Humanos e PCN – Artes.

### 15.2 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; Conteúdos e metodologias; Dança, música, avaliação; LDB E PCN de educação física. Noções básicas de Informática.

### 15.3 – PROFESSOR DE GEOGRAFIA

a) Conhecimentos Específicos: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio-espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia.

### 15.4 – PROFESSOR DE HISTÓRIA

a) Conhecimentos Específicos: História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; LDB, PCN de história.

### 15.5 – PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

a) Conhecimentos Específicos: Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo – Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura; LDB, PCN de língua portuguesa.

### 15.6 – PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

a) Conhecimentos Específicos: Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude; Gênero do Discurso, Texto/Discurso/Condições de Produção; Concepções de Linguagem; O uso da Língua Estrangeira na Escola; Concepção de Conteúdos; Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira; O Ensino de Língua para a Comunicação; Dimensões Comunicativas no Ensino de Inglês; Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira; A linguagem Oral do Inglês; Aspectos Gramaticais da Língua Inglesa; LDB, PCN de língua inglesa.

### 15.7 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS

a) Conhecimentos Específicos: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas – moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental; LDB, PCN de ciências, avaliação de planejamento de ensino, interdisciplinaridade no trabalho pedagógico.

### 15.8 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA

a) Conhecimentos Específicos: A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, binômios de Newton, análise combinatória, estatísticas e probabilidades, geometria analítica e números complexos; LDB, PCN de matemática.

### 15.09 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) Conhecimentos Específicos: Conteúdos de Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série, de acordo com os Parâmetros Curriculares

Nacionais: Português, Matemática, História, Geografia e Temas Transversais. Planejamento do Ensino, Interdisciplinaridade no Trabalho Pedagógico. Avaliação de Ensino. A relação Ensino – Aprendizagem numa Visão Construtivista Sócio – Interacionista e LDB.

#### 15.10 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

a) Conhecimentos Específicos: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil.

#### 15.11 – PROFESSOR DE INFORMÁTICA

a) Conhecimentos Específicos: Conceitos gerais da área. Sistemas Operacionais; Windows XP/Vista/Seven; Noções de Hardware. Instalação e Desinstalação de componentes e programas; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, Office 2003 e 2007, Internet e Correio Eletrônico. Noções básicas de MS-DOS. Noções de linguagem de programação: Delphi, Java.

#### 16 – SECRETÁRIO DE ESCOLA

a) Língua Portuguesa: Sílabas; Encontros Vocálicos; Encontros Consonantais; Dígrafos; Divisão silábica; as regras básicas segundo o acordo ortográfico. O uso do hífen; O uso da Crase; Emprego dos Sinais de Pontuação; Interpretação e análise de textos.  
b) Conhecimentos Específicos: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96; Atendimento e recepção ao público, de ligações telefônicas e de mensagens via fax. Classificação, encaminhamento e despacho de documentos e correspondências. Escrituração Escolar: Matrícula; Diário de Classe; Frequência; Histórico Escolar. Expedição de: - Diplomas. - Certificado de Conclusão de séries e de cursos. Preparação de documentos para Registro no MEC. Preparo de: - Quadros e horários de aula. - Controle de cumprimento de Carga Horária Anual. - Termo de visita. Manutenção de Registros: - Processo de Avaliação e Promoção. - Dados Estatísticos. - Informações Educacionais. Transferência. Adaptação. Grades Curriculares. Normas Gerais de Secretariado; Recebimento e remessa de correspondência oficial. Redação de memorandos, circulares, cartas, comunicados, editais, relatórios, ofícios simples e demais correspondências. Computadores e periféricos. Equipamentos e materiais relativos à área de Informática. Noções de informática.

#### 17 – ESCRITURÁRIO

a) Língua Portuguesa: Sílabas; Encontros Vocálicos; Encontros Consonantais; Dígrafos; Divisão silábica; as regras básicas segundo o acordo ortográfico. O uso do hífen; O uso da Crase; Emprego dos Sinais de Pontuação; Interpretação e análise de textos.  
b) Conhecimentos Específicos: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Atas - Ofícios - Memorandos - Cartas - Certidões - Atestados - Declarações - Procuração - Recebimento e remessa de correspondência oficial - Hierarquia - Impostos e Taxas - Conhecimentos Básicos em Informática (História, Ambiente, Periféricos, Office 2003, Internet e Intranet, Outlook Express) - Requerimento - Circulares - Siglas dos Estados da Federação - Formas de tratamento em correspondências oficiais - Tipos de correspondência - Atendimento ao Público - Portarias - Editais - Noções de protocolo e arquivo - Assiduidade - Disciplina na execução dos trabalhos - Relações humanas no trabalho - Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Fluxograma - Lei Orgânica Municipal - Leis Ordinárias e Complementares - Conceitos de tecnologias e ferramentas multimídia.

Ferramentas da Qualidade.Noções básicas de Informática.

#### 18 – AUXILIAR DE PROFESSOR

a) Língua Portuguesa: leitura, análise e compreensão de texto, significado contextual de palavras e expressões, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, crase, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen segundo acordo ortográfico.  
b) Conhecimentos Específicos: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96; PCN de língua portuguesa e matemática, RCNEI, planejamento e desenvolvimento infantil; Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Noções básicas de informática.

#### ANEXO IV DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	28/10/2010
Divulgação do Edital	28/10/2010
Período de Inscrições	28/10 a 26/11/2010
Divulgação da Homologação das Inscrições	29/11/2010
Recurso quanto às Inscrições	30/11 e 01/12/2010
Homologação Final das Inscrições (se houver)	02/12/2010
Realização das Provas Escritas	12/12/2010
Divulgação do Gabarito Provisório	13/12/2010
Recursos quanto ao Gabarito	13 e 14/12/2010
Divulgação dos aprovados para a 2ª fase – Teste Prático	15/12/2010
Realização das Provas Práticas	17/12/2010
Divulgação dos Aprovados	21/12/2010
Recurso quanto à Classificação	21 e 22/12/2010
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo (após recursos)	23/12/2010
Homologação do Processo Seletivo	23/12/2010

#### Termo de Retificação Edital 027.2010

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL N.º 027, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

Altera e inclui disposição do Edital nº 027, de 27 de outubro na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no item 14.1, das Disposições Gerais do Edital nº 027, de 27 de outubro de 2010, que dispõe sobre o PROCESSO SELETIVO, RESOLVE:

1. Ficam incluídos os itens 7.12 e 7.13 no Edital 027 de 27 de outubro de 2010 vigorando a seguinte redação:

7.12. DA TITULAÇÃO: Será considerada a seguinte pontuação para os cargos de Professor:

- a) Graduação: 1,00 - Um Ponto;
- b) Pós graduação: 1,00 - Um Ponto;

7.13. Para todos os cargos de professor de acordo com o item 7.12. letras "a" e "b" serão somados a nota da prova objetiva 01 (um) ponto para o candidato que apresentar certificado em curso superior de licenciatura pela na área a qual efetuou inscrição. Será também atribuído 01(um) ponto ao candidato que apresentar certificado de conclusão de pós-graduação na área da educação com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas aula. Somente será efetuado a somatória dos pontos por titulação ao candidato que obter nota igual ou superior a 4,0 (quatro) na prova escrita; Parágrafo único: No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar cópia autenticada da titulação para ter direito à pontuação

de títulos.

Capinzal, em 03 de novembro de 2010.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Termo na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

## SIMAE

### Nono Aditivo ao Convênio nº CAO/01/2001

EXTRATO DE CONVÊNIO  
TERMO DO NONO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº CAO/01/2001

DATA DA ASSINATURA: 11.08.2010  
CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.  
CONVENIENTE: CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAPINZAL E OURO.  
OBJETO: SEÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR ATIVIDADE NO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAPINZAL E OURO.  
VIGÊNCIA: 12/08/2010 A 11/08/2011  
SIDNEI PENSO GILMAR LUIZ DAVID  
DIRETOR - CONVENIADA COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 342/2010 de 03.11.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 342/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº 008, de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar VANDERLENE SOTELE, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo Efetivo de Oficial de Nível Médio 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, gozar as férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 04.11.2010 à 18.11.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de novembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 343/2010 de 03.011.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 343/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, em uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei

Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do servidor SERGIO INACIO, matrícula nº 1574/03 licença pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 23.10.2010, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23.10.2010.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de novembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 4.231, de 22 de Outubro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
LEI Nº 4.231, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.  
Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental		
Projeto/Atividade	12.361.0015.2015	Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	R\$	207.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil		
Projeto/Atividade	12.365.0017.2018	Ações de Educação Infantil		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	R\$	20.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO			R\$	227.000,00.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009, 4.125, de 26 de novembro de 2009 e 4.145, de 21 de dezembro de 2009, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.232, de 22 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.232, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.

Autoriza o Município de Concórdia celebrar convênio com o Município de Presidente Castello Branco.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a celebrar convênio com o Município de Presidente Castello Branco, inscrito do CNPJ sob nº 82.777.244/0001-40, objetivando a construção de ponte sobre o Rio Bonito, em Linha Laranjeiras, divisa entre os dois Municípios.

Art. 2º Para a consecução do objeto do convênio fica estabelecido:

I - o Município de Presidente Castello Branco participará com recursos próprios ou oriundos da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, na ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - o Município de Concórdia participará com os demais recursos e serviços necessários.

Parágrafo único. As ações e demais obrigações das partes serão fixadas no Termo de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 5.541, de 20 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.541, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.230, de 20 de outubro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde		
Projeto/Atividade	10.122.0048.2101	Manutenção das Atividades-Meio do FMS		
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências à União		
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$	32.000,00
Órgão	16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
Unidade Orçamentária	16.01	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
Projeto/Atividade	16.481.0062.2253	Ações das Habitações Urbanas		
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
TOTAL ANULADO			R\$	132.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde		
Projeto/Atividade	10.122.0048.2101	Manutenção das Atividades-Meio do FMS		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$	32.000,00
Órgão	15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária	15.01	Fundo Municipal de Assistência Social		
Projeto/Atividade	08.243.0060.2203	Ações de Assistência à Criança, ao Adolescente e à Família		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO			R\$	132.000,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:



Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS		
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras		
Projeto/Atividade	15.451.0032.1009	Modernização Urbanística		
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0045	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	211.000,00
Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde		
Projeto/Atividade	10.303.0050.2103	Ação de Média e Alta Complexidade - FMS		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$	450.000,00
Órgão	15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária	15.01	Fundo Municipal de Assistência Social		
Projeto/Atividade	08.243.0060.2203	Ações de Assistência à Criança, ao Adolescente e à Família		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	R\$	70.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO			R\$	731.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.542, de 21 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 5.542, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 10 da Lei nº 4.145, de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil		
Projeto/Atividade	12.365.0017.2019	Ação de Merenda para as Creches		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	R\$	1.435,75
TOTAL ANULADO			R\$	1.435,75.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil		
Projeto/Atividade	12.365.0017.2019	Ação de Merenda para as Creches		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0060	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$	1.435,75
TOTAL SUPLEMENTADO			R\$	1.435,75.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.543, de 22 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 5.543, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.231, de 22 de outubro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental		
Projeto/Atividade	12.361.0015.2015	Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	R\$	207.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil		
Projeto/Atividade	12.365.0017.2018	Ações de Educação Infantil		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	R\$	20.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO				R\$ 227.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.544, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.544, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "h" e "m", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 30.212,50m², necessária para implantação da Praça do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, caracterizada como: parte dos lotes rurais nºs. 863, 864, 876 e 877, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, situada em Linha São José, neste Município, de propriedade de

EDEVINO BARBIERI; GENTIL MIOTTO e sua mulher; LEDA MARIA BARBIERI MORÉS e seu marido e WALDEMAR DANILO BARBIERI e sua mulher, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.265, Livro nº 2 - "Q", com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 158,275m, com parte do lote rural nº 863, de propriedade de Hilário Oldoni; ao sul, na extensão de 102,33m, com parte do lote rural nº 864, de propriedade de Hilário Oldoni; ao leste, na extensão de 221,82m, com o lote desmembrado, designado como lote 01, de propriedade de Edevino Barbieri; Gentil Miotto e sua mulher; Leda Maria Barbieri Morés e seu marido e Waldemar Danilo Barbieri e sua mulher; ao oeste, na extensão de 173,60m, com parte do lote rural nº 877, de propriedade de Euclides Batista Bolsi e na extensão de 51,12m, com parte do lote rural nº 876, de propriedade de Valdir Oldoni.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 898/2010, de 15 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 898/2010, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GASPARINA MATTOS DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2010, à servidora GASPARINA MATTOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de março de 2003 a 8 de março de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 899/2010, de 15 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 899/2010, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação de direção equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, com dedicação exclusiva, a partir de 14 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 900/2010, de 15 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 900/2010, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora EDILA MARIA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2010, à servidora EDILA MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 875, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de julho de 2005 a 4 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 901/2010, de 15 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 901/2010, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 327 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Concórdia, no dia 1º de novembro de 2010, em virtude da comemoração do dia do servidor público, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados pelas Unidades abaixo relacionadas:

I - Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs;

III - Terminal Rodoviário;

IV - vigilância.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Escolares será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 902/2010, de 19 de Outubro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 902/2010, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SOELI DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2010, à servidora SOELI DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de abril de 2004 a 31 de março de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 903/2010, de 19 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 903/2010, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISETE LOURDES MARTINS MATTANA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora ELISETE LOURDES MARTINS MATTANA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2005 a 10 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 904/2010, de 19 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 904/2010, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MADALENA MODOLON FERRI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora MADALENA MODOLON FERRI, ocupante do cargo de Professor,

código 10.12, matrícula 3184, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 905/2010, de 22 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 905/2010, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010.  
Exonera, a pedido, a servidora TATIANE BLANK.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora TATIANE BLANK, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 25 de outubro de 2010.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 906/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 906/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.  
Concede gratificação pelo exercício de função de chefia, à servidora PATRICIA DA SILVA MECCA BARBOSA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002 e alteração.



**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida à servidora PATRICIA DA SILVA MECCA BARBOSA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de função de chefia do Posto de Saúde de Cachimbo, com dedicação exclusiva, no período de 22 de outubro de 2010 a 23 de fevereiro de 2011, em face do afastamento da titular, em auxílio-doença.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 906/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 906/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia, à servidora PATRICIA DA SILVA MECCA BARBOSA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002 e alteração.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida à servidora PATRICIA DA SILVA MECCA BARBOSA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de função de chefia do Posto de Saúde de Cachimbo, com dedicação exclusiva, no período de 22 de outubro de 2010 a 23 de fevereiro de 2011, em face do afastamento da titular, em auxílio-doença.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 907/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 907/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam averbados 8.130 dias, ou seja: 22 (vinte e dois) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARISTELA DE LOURDES GUEDES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 3663, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em 20 de julho de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 908/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 908/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LOURDES MARIA CELANT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 2010, à servidora LOURDES MARIA CELANT, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 28 de julho de 2002 a 27 de julho de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 908/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 908/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LOURDES MARIA CELANT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 2010, à servidora LOURDES MARIA CELANT, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 28 de julho de 2002 a 27 de julho de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 909/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 909/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora TERESINHA RUBERT ZOLETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 251, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de junho de 1995 a 8 de junho de 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 910/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 910/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARINES GIRARDI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora MARINES GIRARDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 227, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1994 a 31 dezembro de 1998.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 911/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 911/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VIVIANE BUSETI DAL PRA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro de 2010 a fevereiro de 2011, à servidora VIVIANE BUSETI DAL PRA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, o gozo de 4 (quatro) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo



de 3 de janeiro de 1995 a 2 de janeiro de 2000;

II - 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de janeiro de 2000 a 2 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 912/2010, de 25 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 912/2010, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.940, de 9 de setembro de 1996 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

a) titular: JOSE MODOLON DANDOLINI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 913/2010, de 26 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 913/2010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA MARIA CECCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora SANDRA MARIA CECCHI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 936, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 914/2010, de 26 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 914/2010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELISABETE DE BORTOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora ELISABETE DE BORTOLI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de junho de 2005 a 31 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 915/2010, de 26 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 915/2010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.  
Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no § 4º do art. 62 da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de avaliar a área de 396,01m2, objeto do solo criado, referente à ampliação do Condomínio Residencial Village.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

I - representante do Poder Executivo: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;  
II - representantes do setor imobiliário:

a) RAMON WALDIR BORCHE PEREIRA;  
b) WALDIR SANTOS DA ROSA;

III - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU: JAIME SAVOLDI;

IV - representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião - AECOM: GELNY ELIANE LOITEY.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2010.

### **Decreto Nº 916/2010, de 26 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 916/2010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.  
Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam averbados 615 dias, ou seja: 1 (um) ano, 8 (oito) meses e 10 (dez) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSELI APARECIDA LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 25 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 917/2010, de 28 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 917/2010, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VERA DA CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora VERA DA CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertida em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de maio de 2005 a 7 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 28 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 918/2010, de 28 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 918/2010, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.  
Concede licença-prêmio à servidora CLAUDIA CHIARELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora CLAUDIA CHIARELLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 4309, 1 (um) mês de licença-prêmio, para gozo e 1 (um) mês, convertido em pecúnia, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2004 a 1º de fevereiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 919/2010, de 28 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 919/2010, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLARICE SCHREIBER GRIESANG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora CLARICE SCHREIBER GRIESANG, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de setembro de 2005 a 31 de agosto de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 920/2010, de 28 de Outubro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 920/2010, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IDIONE MARIA PANSERA DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2010, à servidora IDIONE MARIA PANSERA DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 3640, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2003 a 16 fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de outubro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 130/2010 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 130/2010- PMC

Objeto: Aquisição, durante o exercício de 2011 de gêneros alimentícios para preparação de alimentação nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental e CMEIs.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 02/12/2010.

Abertura: dia 02/12/2010, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 28 de outubro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 19/2010 - FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2010 - FMAS**

Objeto: Contratação de empresas do ramo de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 18/11/2010.

Abertura: dia 18/11/2010, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 29 de outubro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de  
Preços Nº 26/2010 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2010 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, equipamentos e mão de obra) para execução de ponte sobre o Rio Bonito, Linha Laranjeiras, divisa dos Municípios de Concórdia e Presidente Castelo Branco, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA - ME e FORMATO ENGENHARIA LTDA. Já as licitantes: A. S. JUNIOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, DECC CONSTRUÇÕES LTDA e MIRANPEDRAS COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, foram julgadas inabilitadas com fulcro no subitem 7.4 do edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seu Envelope nº 02 - Proposta de Preço, no dia 16/11/2010, às 10:00 (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2010

RUTINEIA ROSSI

Presidente da C.P.L. em exercício

**Edital de Notificação Convênio -  
PCONCÓRDIAFMASPBFI/PAIF/CRAS  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a

liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/PAIF/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 01 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Nº 925/2010**

LEI Nº 925/2010

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES "VALE DO POR DO SOL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município,

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso, de bens móveis, Máquinas e Equipamentos Agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2012, à Associação de Agricultores "Vale do Por do Sol", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 12.200.961/0001-29, dos seguintes bens de propriedade do Município:

I - Distribuidor de adubo sólido e calcário, capacidade 2,50 m³, rodado também, caixa de transmissão em óleo, discos duplos com palhetas reguláveis e travessas, com registro patrimonial nº3016, avaliado em R\$ 16.970,00 (dezesesseis mil novecentos e setenta reais);

II - Distribuidor de adubo líquido, capacidade de 5.000 litros, 4 pneus, bomba vácuo, altura 1,90m, comprimento 5m, largura 2,25m, eixo reforçado, registro patrimonial nº3018, avaliado em R\$ 16.300,00 (dezesesseis mil e trezentos reais);

III - Carreta basculante hidráulica, capacidade de 6 toneladas, rododotagem, dimensões, registro patrimonial nº3020, avaliado em R\$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais);

IV - Arrado subsolador automático hidráulico laser asa H com 5 garras, molas para desarme largura 2 metros, peso 580 kg, registro patrimonial nº3704, avaliado em R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais);

V - Grade niveladora leve GNL, com 28 discos de 20' mancais de rolamento, com limpadores, registro patrimonial nº3705, avaliado em R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais);

VI - Colhedora de forragens, com 4 rolos alimentadores e 10 facas no rotor, com cardam reforçado e roda de apoio, registro patrimonial nº3706, avaliado em R\$ 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais).

VII - Trator Agrícola de pneus 4x4 da Marca Massey Ferguson, modelo MF 283/4, equipado com motor internacional diesel de 04 cilindros, 85 CV, caixa de câmbio Mod. Sincronizada com 12 velocidades a frente e 04 a ré, pesos dianteiros e traseiros, comando duplo pneus dianteiros 12.4x24, pneus traseiros 18.4x30, ano de fabricação 2010.

Art. 2º A manutenção, guarda, combustíveis e operadores decorrentes da utilização dos equipamentos serão de exclusiva responsabilidade da permissionária, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo.

Parágrafo Primeiro - Os funcionários contratados por essa Associação, não terá vínculo com a Prefeitura Municipal.



Parágrafo Segundo - Será de competência da Associação, fazer o seguro das máquinas e equipamentos.

Art. 3º A permissionária poderá cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região.

Art. 4º A restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujos bens deverão ser entregues em condições ideais de uso.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro, mediante assinatura de convênio, para aquisição de óleo diesel, e manutenção das ações da Associação de Agricultores Vale do Por do Sol, nos seguintes valores: 1º (primeiro) mês valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do 2º (segundo) e até o 6º sexto mês, o valor de R\$ 3.500,00 (três mil, e quinhentos reais), e a partir do 7º (sétimo) mês, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com vigência da data de assinatura do Convênio até 31 de dezembro de 2012.

Art.6º. Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art.7º. O respectivo Termo de Permissão de uso firmado regulará o uso dos bens de que trata esta Lei.

Art.8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 03 de Novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO,  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento  
Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto Nº 096/2010**

DECRETO Nº 096/2010

"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em que o cargo lhe confere em especial o Art. 32 - VI, da Lei Complementar nº18/2001;

RESOLVE:

Art. 1º Declara vacância de cargo público, apartir desta data, em virtude do falecimento do Servidor Público Municipal, Sr. ADRINEI FAVERO, matrícula sob nº 17950-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos apartir de 01 de novembro de 2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº390/2008 de 30/12/2008.

Cordilheira Alta - SC, 28 de outubro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### **Portaria N.º 359/2010**

PORTARIA N.º 359/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 29 de outubro de 2010, ao Servidor Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico - Geriatria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 29 de outubro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Ermo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº 070, de 03 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº 070, de 03 de novembro de 2010.

Estabelece Horário Especial de Expediente nas Repartições Públicas do Município de Ermo.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32 da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como horário especial de expediente externo das repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo, a partir do dia 08 de novembro de 2010 (segunda-feira), de Segunda a Sexta-feira, das 07:00 às 12:00 horas.

Art. 2º O horário das 12:00 às 13:00 horas fica estabelecido apenas para expediente interno.

Art. 3º A Secretaria de Saúde e Promoção Social fará horário das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de novembro de 2010.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretario de Administração e Finanças



**Portaria Nº 076, de 03 de novembro de 2010.**

PORTARIA Nº 076, de 03 de novembro de 2010.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de saúde do servidor João Carlos Costa que desenvolvia suas atividades como Vigia, e considerando a urgente necessidade na continuidade dos serviços e não havendo servidor disponível para substituí-lo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ANTÔNIO DE PAULA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Vigia, em substituição ao Servidor João Carlos Costa, iniciando a contratação em 03 de novembro de 2010 e encerrando-se em 01 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 03 de novembro de 2010.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças Interino

## Fraiburgo

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Portaria Nº 2528/2010**

PORTARIA Nº 2.528, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 004 de 06 de outubro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, JOÃO CARLOS MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 753.161.109-00, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, por 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2529/2010**

PORTARIA N.º 2.529 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EUNICE PEDROZO MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 744.239.249-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2530/2010**

PORTARIA Nº 2.530, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022, de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARILDA FATIMA DA ROSA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº. 898.663.989-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0126/2010 - PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0126/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de 01 (um) britador móvel, conforme especificações e detalhamentos constantes do ANEXO I do Edital em epígrafe. O objeto deste certame refere-se a contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Fraiburgo e o Banco do Brasil S/A, para aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - PROVIAS. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 22 de novembro de 2010. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por Item. Recursos: Os recursos para o financiamento do objeto deste edital, serão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, portanto é condição indispensável o credenciamento do fabricante e do produto no BNDES. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 29 de outubro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

## **Garopaba**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Portaria N.º 695/2010**

PORTARIA N.º 695, DE 06 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. INTERROMPER FÉRIAS, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do Servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, concedidas através da Portaria n.º 595/2010, a partir de 02/09/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Art.2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2010.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **Portaria N.º 704/2010**

PORTARIA N.º 704, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, em 01/10/2010, a gratificação de 70% sobre seus vencimentos fixos, para exercer atividade ESPECIAL, da Secretaria de Saúde, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, concedida a servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, matrícula funcional n.º 088.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **Portaria N.º 705/2010**

PORTARIA N.º 705, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, NERI JOELSO DA SILVA, matrícula funcional n.º 003, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/10/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **Portaria N.º 706/2010**

PORTARIA N.º 706, DE 18 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JOSIANE NUNES DO AMARAL, CPF n.º 034.841.369-60, para exercer o cargo de COORDENADORA DO MAC, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/10/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 708/2010**

PORTARIA N.º 708, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JOÃO BATISTA SOARES, Motorista, matrícula funcional n.º 0173, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 13/09/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 709/2010**

PORTARIA N.º 709, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JUCILDA DE SOUZA MACHADO, Merendeira, matrícula funcional n.º 761, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 28/09/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 710/2010.**

PORTARIA N.º 710, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VANILDA CARLSEM BOTELHO, professora, matrícula n.º 0744, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 16/09/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 711/2010**

PORTARIA N.º 711, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES RIBEIRO, Professora com Habilitação 20 horas, matrícula funcional n.º 0033, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 30/08/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 712/2010**

PORTARIA N.º 712, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)

servidor(a) ADRIANE DOS SANTOS, Secretária, matrícula n.º 0009, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 23/09/2010, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 713/2010**

PORTARIA N.º 713, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora SAMANA GROTKOWSKI, Técnica de Enfermagem - SAMU, matrícula funcional n.º 3659, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, a partir de 25/09/2010, sendo encaminhada após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 714/2010**

PORTARIA N.º 714, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/10/2010.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 715/2010**

PORTARIA N.º 715, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA APARECIDA DA SILVA LAURENTINO, professora, matrícula n.º 0808, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 14/10/2010.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 716/2010**

PORTARIA N.º 716, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VANIO ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0784, no período de 19/10/2010 à 17/11/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 716/2010**

PORTARIA N.º 716, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,



Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VANIO ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0784, no período de 19/10/2010 à 17/11/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 717/2010**

PORTARIA N.º 717, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA, Matrícula Funcional n.º 0039, no período de 03/11/2010 à 02/12/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 718/2010**

PORTARIA N.º 718, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSILENE PACHECO LIMA, matrícula funcional n.º 0736, referentes a 2001-2006, no período de 22/11/2010 à 21/12/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 719/2010**

PORTARIA N.º 719, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora VANILDA CARLSEM BOTELHO, Professora, matrícula funcional n.º 0744, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 19/10/2010.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 721/2010**

PORTARIA N.º 721, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a partir de 06/10/2010, pelo período de 10 (dez) dias, descanso de FÉRIAS, concedidas através das Portarias n.º 595/2010 e interrompidas através da Portaria n.º 695/2010, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 06/10/2010.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Outubro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 723/2010**

PORTARIA N.º 723, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,



RESOLVE,  
Art. 1º. EXONERAR, LUIZ ANTÔNIO DE CAMPOS, CPF n.º 771.993.409-15, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 31/10/2010.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Outubro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **Portaria N.º 724/2010**

PORTARIA N.º 724, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROV\\IDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,  
Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente, o cargo de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, da Prefeitura Municipal de Garopaba, do Senhor LUIZ ANTÔNIO DE CAMPOS, CPF n.º 771.993.409-15, em 31 de outubro de 2010.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Outubro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **Portaria N.º 725/2010**

PORTARIA N.º 725, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MICHELINE ARANHA DE ARAUJO, CPF n.º 023.699.059-48, para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 03/11/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Outubro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

# Gaspar

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 99/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2010

A Prefeitura Municipal de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a aquisição de relé fotoeletrônico para manutenção da iluminação pública municipal, que foram efetivadas alterações no Edital. Em face disto, fica redesignado o dia 17/11/2010, às 9h. para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como para a retirada do novo Edital, é o Depto. de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristília- no Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC.

Gaspar (SC), 3 de novembro de 2010.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## **SAMAE**

### **Portaria Nº 98/2010 - SAMAE**

PORTARIA Nº 98 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2010  
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR LUIZ CARLOS DA SILVA.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 01 de novembro de 2010, o servidor LUIZ CARLOS DA SILVA, portador do CPF nº. 019.986.249/43 e da CI nº. 3.626.928-0 do cargo de Chefe da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 01 de novembro de 2010.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor-Presidente

# Imbituba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria DGP/SEAGP N.º 330/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 330, de 01 de novembro de 2010.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 12986, de 06 de outubro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELI BARBOSA MELO, inscrita no CPF sob o n.º 003.791.379-41, Servente Merendeira, matrícula n.º 4891, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, a partir de 29 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de outubro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 01 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

# Irineópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato de contrato 17/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
CONTRATO Nº 17/2010

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços na área médica nº 05/2008 - FMS, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Procrifka Galvão & Cia Ltda.  
CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, § 2º, inciso II] da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sétima do Contrato n.º 05/2008-FMS, fica de comum acordo a partir desta data modificado o valor contratual em decorrência da diminuição de seu objeto - exclusão do item 01: Prestação de Serviços de Plantões Médicos junto ao Hospital Municipal Bom Jesus.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada, o valor total de R\$ 5.191,20 (cinco mil cento e noventa um reais e vinte centavos), conforme abaixo discriminado:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Mensal	Valor Total
02	12 meses	Atendimento médico hospitalar de laqueaduras a pacientes carentes autorizados pelo Serviço Social e Programa de Planejamento Familiar, 02 por mês e Responsabilidade Técnica (Diretor Clínico) Hospital Municipal Bom Jesus.	R\$ 2.595,60	R\$ 5.191,20

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 01 de novembro de 2010.

Fundo Municipal de Saúde

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Contratante

### Edital N.º 39/2010

EDITAL N.º 39/2010

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS E EMPREGO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que será realizado, na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, CONCURSO PÚBLICO para a seleção de servidores a serem admitidos em caráter efetivo, nos termos da Lei Complementar n.º 001/1997, de 30/12/1997, e admissão para emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 035/2007, de 19/12/2007, constituindo a regulamentação do Concurso o presente Edital e instruções que o integram.

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob responsabilidade da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV.

1.2 O Concurso Público, para todos os efeitos, terá validade de 2 (dois) anos, a partir da data da homologação, que será publicada na Imprensa Oficial do Município, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período.

1.3 O período de validade estabelecido para este Concurso Público não gera, para a Prefeitura Municipal de Irineópolis, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na nomeação, dependendo da sua classificação no Concurso.

1.4 Os candidatos aprovados em todas as fases e, nomeados, estarão sujeitos à Lei Orgânica e às Leis Complementares n.º 001/1997, n.º 035/2007, de 19/12/2007, suas respectivas alterações e demais legislações que disponham sobre a organização funcional de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

#### 2 DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1 O Concurso Público destina-se à seleção de servidores a serem admitidos em caráter efetivo, nos grupos ocupacionais: Grupo I - Atividades de Nível Superior; Grupo II - Atividades de Nível Médio; Grupo III - Atividades de Nível Fundamental; Grupo Magistério; e provimento de vaga para emprego público vinculado à Estratégia de Saúde da Família – ESF, Grupo I - Atividades de Nível Superior; Grupo II - Atividades de Nível Médio, na classe inicial do nível correspondente ao cargo, de acordo com o constante neste item, das vagas atualmente existentes e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso.

2.2 Os cargos e as vagas do quadro permanente de pessoal, objeto do presente Concurso Público, serão assim distribuídos e deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Grupo	Vagas	Cargo	Remuneração Inicial (em R\$)	Carga horária semanal	Requisitos para habilitação o cargo
I	1	Médico Ginecologista /Obstetra	3.455,14	44 h	Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior na área específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
	1	Fonoaudiólogo	1.799,96	44h	
II	1	Fiscal de Tributos	1.016,02	44 h	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.
	4	Motorista Socorrista	693,96	44 h	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio e CNH Categoria "D".
III	2	Operador de Equipamentos	693,96	44 h	Portador de certificado de conclusão do Ensino 1.ª a 4.ª (séries iniciais) e Carteira Nacional de Habilitação categoria C, D ou E.

Grupo	Vagas	Cargo	Remuneração Inicial (em R\$)	Carga horária semanal	Requisitos para habilitação o cargo
Magistério	2	Professor de Artes	1.251,30	40 h	Portador de Diploma de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na área de atuação.

2.2.1 Para os cargos de Professor a jornada de trabalho poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, de acordo com a necessidade para cada área específica, conforme a grade curricular.

2.3 A vaga de emprego público da Estratégia de Saúde da Família – ESF, objeto do presente Concurso Público deverá obedecer aos seguintes requisitos:

Grupo	Vagas	Cargo	Remuneração Inicial (em R\$)	Carga horária semanal	Requisitos para habilitação o cargo
I	2	Médico para ESF	8.283,10	40 h	Diploma de Curso Superior na área de atuação, com registro no respectivo Conselho da Classe no Estado de Santa Catarina.
II	1 vaga para residente em Poço Preto, Vila Nova, Campo do Meio, Serrinha, Serra Grande, Col Escada, Área Central do Município, Bairro Nossa Senhora Ap <sup>a</sup> , Bairro São Francisco, Vila Batatal (Olaria Brand), Colônia Nova, Loteamento Plugge, Loteamento Vicente Lech, Loteamento Kobus 1 vaga para residente em Área Central do Município, Bairro Nossa Senhora Ap <sup>a</sup> , Bairro São Francisco, Loteamento Plugge, Loteamento Vicente Lech, Loteamento Kobus 1 vaga para residente em São Pascoal, Col Litikoski, Rio Preto, Assentamentos, Km 04 ao 20, Aparecida dos Pardos, Serra Chata, Bom Retiro 1 vaga para residente em Bom Sossego 1 e 2, Boa Vista, Timbózinho, Rio Branco, Rio Vermelho, Pedra Branca, Tokaski, Santo Antonio 1 e 2, Pé da Serra. Campina dos Pintos, Col Franconia, São Roque	Agente Comunitário de Saúde	485,48 + abono salarial	40h	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.

\* Segundo o artigo 6.º da Lei Federal n.º 11.350, de 11 de outubro de 2006 o candidato a agente comunitário de saúde deve comprovar a residência na área da comunidade em que atuar.

2.4 Os empregos públicos da Prefeitura Municipal de Irineópolis são regidos pelo regime CLT conforme dispõe a Lei Complementar N.º 035/2007 de 19/12/2007 do Município de Irineópolis, amparada pela Lei Federal N.º 11.350 de 5/10/2006.

2.5 Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento), cujas necessidades sejam compatíveis com as funções exigidas no presente Edital.

2.6 No universo das vagas existentes para cada cargo, haverá o respeito pela proporção adequada para o chamamento dos portadores de necessidades especiais e demais candidatos. Dessa forma, a regra a ser aplicada conseguirá proporcionar razoavelmente a convocação dos dois tipos de candidatos, sem violar direitos ou causar discriminação.

2.7 O candidato portador de necessidades especiais deverá declarar, no ato da inscrição, o tipo de deficiência, bem como se necessita de condição especial para submeter-se à prova, comprovando, por meio de laudo médico pericial que comprove a deficiência, e se é compatível com o exercício do cargo. O laudo deve ser entregue na UniuV, até o dia 30 de novembro de 2010.

2.8 O candidato portador de necessidades especiais que, no ato da inscrição, não declarar sua condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

2.9 Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

2.10 O candidato portador de necessidades especiais poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, às vagas reservadas a deficientes, fazendo a sua opção no formulário de inscrição, vedada qualquer alteração posterior.

2.11 O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, se aprovado, antes da posse, à avaliação médica oficial que terá decisão terminativa sobre:

a) a qualificação do candidato como portador de necessidades especiais;

b) o grau de necessidade, capacidade ou não para o exercício do cargo pretendido, de acordo com as atribuições do cargo.

2.12 Caso o exame médico não reconheça a qualificação e a

compatibilidade de que trata o item anterior, o candidato será eliminado do Concurso.

2.13 O candidato portador de deficiência participará em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário, local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

2.14 As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, não preenchidas, reverterão aos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

### 3 DOS VENCIMENTOS, JORNADA DE TRABALHO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 A remuneração mensal de que trata o item 2.2 refere-se ao definido pela Lei N.º 07/2001, de 15 de outubro de 2001 e suas alterações posteriores.

3.2 A remuneração mensal de que trata o item 2.3 refere-se ao definido pela Lei N.º 035/2007, de 19 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores.

3.3 Os requisitos básicos exigidos no item 2.2 e 2.3 deverão ser comprovados, por ocasião da nomeação do candidato aprovado, ficando ele sujeito às penalidades cabíveis e à perda de sua classificação, em caso de falsidade.

### 4 DA INSCRIÇÃO

4.1 Os interessados em efetivar sua inscrição para o Concurso Público deverão realizá-la entre os dias 4 e 30 de novembro, no endereço eletrônico: [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br), seguindo as seguintes instruções:

a) Fazer a opção pelo Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis;

b) Informar o CPF e a vaga para qual deseja se inscrever;

c) Informar corretamente os dados cadastrais solicitados;

d) Confirmar os dados cadastrados e aceitar as condições deste Edital e do Concurso Público;

e) Imprimir boleto bancário referente à taxa de inscrição.

4.1.1 O boleto bancário terá vencimento para o dia seguinte da data da impressão. Caso o pagamento do boleto bancário não seja efetuado neste prazo, o candidato poderá fazer a reimpressão do boleto bancário, desde que esteja no prazo permitido para inscrição, ou seja, até 30 de novembro de 2010.

4.2 A efetivação da inscrição dar-se-á somente após o pagamento e a devida compensação do boleto bancário relativo à taxa de inscrição.



4.3 Não serão homologadas as inscrições com pagamentos incorretos ou com data de pagamento posterior ao dia 1.º de dezembro de 2010.

4.4 O candidato poderá inscrever-se somente para um cargo deste Concurso Público.

#### 5 INDEFERIMENTOS DA INSCRIÇÃO

5.1 As declarações com informações falsas, preenchidas pelo candidato, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, ficando o candidato sujeito às penalidades legais.

5.2 Serão indeferidas as inscrições pagas com valores incorretos e cujo pagamento não seja comprovado até o dia 1.º de dezembro de 2010.

5.3 O candidato que tiver sua inscrição INDEFERIDA, por não se enquadrar nas exigências estabelecidas neste Edital e quiser interpor recurso, poderá fazê-lo, em até 24 horas da divulgação da relação das inscrições dos candidatos devidamente deferidas.

#### 6 DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 A taxa de inscrição para o concurso será cobrada por boleto bancário emitido no endereço eletrônico [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br), de acordo com os seguintes valores:

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	VALOR DA INSCRIÇÃO
Médico Ginecologista / Obstetra	R\$ 100
Fonoaudiólogo	R\$ 100
Fiscal de Tributos	R\$ 50
Motorista Socorrista	R\$ 50
Operador de Equipamentos	R\$ 25
Professor de Artes	R\$ 70
Médico para ESF	R\$ 100
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 50

6.2 A efetivação da inscrição dar-se-á somente após o pagamento e a devida compensação do boleto bancário relativo à taxa de inscrição.

6.3 O pagamento do boleto bancário deverá ser realizado nas agências bancárias e lotéricas credenciadas.

#### 7 DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO: LOCAIS E HORÁRIOS

7.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, publicado na imprensa oficial do município e afixado na Secretaria da Uniuv e na sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2 Não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga pela inscrição do candidato.

7.3 Não será concedida, sob qualquer alegação, isenção da taxa de inscrição, salvo condições previstas na legislação.

7.4 As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo a UNIUV ou a Comissão nomeada pela Prefeitura Municipal de Irineópolis excluir do Concurso Público aquele que a efetivar com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

7.5 A inscrição somente poderá ser realizada na internet, conforme instruções estabelecidas no item 4, no endereço eletrônico: [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br).

7.6 O candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) Ler e aceitar os Termos do Edital e Anexos com as orientações disponíveis que regem o Concurso Público.

b) Preencher corretamente todos os campos do formulário de inscrição: nome, sexo, data do nascimento, número da Carteira de Identidade e do CPF, endereço completo, telefone, e-mail (se possuir), cargo pretendido e confirmar.

c) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme item 6.

d) É obrigatório o preenchimento de todos os campos do formulário de inscrição. O não preenchimento de qualquer dos campos implicará o indeferimento do pedido de inscrição, pois esse procedimento possui caráter eliminatório.

e) O candidato que necessitar de prova especial (ampliada), condição ou local especial (portadores de necessidades especiais, mulheres em período de amamentação, etc) deverá requerê-la no ato da inscrição, por escrito, no campo correspondente, comprovando com laudo médico sua necessidade - quando for o caso -, que deverá ser protocolado na secretaria da Uniuv até o dia 30 de novembro de 2010 ou encaminhado até esta data ao seguinte remetente:

À Comissão do Concurso Público da Uniuv

Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856

Bairro São Basílio Magno

União da Vitória – PR

CEP: 84.600-000

f) O candidato que não encaminhar o pedido de que trata o item anterior, até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, não terá prova especial preparada.

7.7 Se houver portador de deficiência inscrito no Concurso, este participará do exame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas.

7.8 O candidato é o responsável pela conferência dos dados da confirmação da inscrição.

7.9 A relação dos candidatos que tiveram suas inscrições DEFERIDAS, com o número efetivo da inscrição do candidato para o concurso será divulgado no endereço eletrônico [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br), na imprensa oficial do município de Irineópolis, no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis e da UNIUV até às 17 horas do dia 7 de dezembro de 2010, cabendo recurso no prazo de 24 horas.

7.10 Após o dia 7 de dezembro de 2010 o candidato deverá consultar o site [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br) para obter confirmação da sua inscrição e tomar conhecimento do local das provas.

#### 8 DAS ETAPAS DO CONCURSO

8.1 O Concurso Público, objeto deste Edital constará de etapas de caráter classificatório e eliminatório.

8.1.1 Prova Objetiva contendo 40 (quarenta) questões, de caráter classificatório e eliminatório, para todos os cargos, exceto para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos.

8.1.2 A Prova Prática será realizada somente para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos.

8.1.3 Prova de Títulos, de caráter classificatório, somente para o cargo de Professor de Artes.

#### 8.2 Da prova objetiva

8.2.1 A Prova Objetiva será realizada no dia 12 de dezembro de 2010, às 8h30 (oito horas e trinta minutos), nas dependências da EEB Horácio Nunes, situada na Rua Paraná, 749, município de Irineópolis – Santa Catarina.

8.2.2 A Prova Objetiva terá duração de 3 (três) horas, e será composta de 40 questões objetivas de múltipla escolha, subdivididas em alternativas de resposta, e dessas alternativas somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

8.2.3 A Prova Objetiva dos cargos relacionados no item 2.2 e 2.3 constará de:

CARGO PÚBLICO	
- Médico Ginecologista / Obstetra	- 40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área.
- Fonoaudiólogo	- 40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área.
- Fiscal de Tributos	- 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa; - 10 (dez) questões de Matemática; - 15 (quinze) questões de Conhecimentos Gerais e da Atualidade.
- Motorista Socorrista	- 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa; - 10 (dez) questões de Matemática; - 15 (quinze) questões de Conhecimentos Gerais e da Atualidade.

- Operador de Equipamentos	- 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa; - 10 (dez) questões de Matemática; - 15 (quinze) questões de Conhecimentos Gerais e da Atualidade.
- Professor de Artes	- 40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área.
- Médico para ESF	- 40 (quarenta) questões objetivas de conhecimentos específicos da área.
- Agente Comunitário de Saúde	- 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa; - 10 (dez) questões de Matemática; - 15 (quinze) questões de Conhecimentos Gerais e da Atualidade.

8.2.4 Os gabaritos e o conteúdo das Provas Objetivas estarão afixados no Mural da UNIUV e da Prefeitura Municipal de Irineópolis, e divulgados via Internet, no dia 13 de dezembro de 2010, às 17 horas.

8.2.5 A Comissão de Concurso Público da Uniuv reserva-se o direito de republicar os gabaritos quando identificados erros ou incorreções.

### 8.3 DA DOCUMENTAÇÃO, DO ACESSO E DO MATERIAL UTILIZADO NA PROVA OBJETIVA:

8.3.1 Somente será admitido para realizar a prova o candidato que estiver munido do Comprovante de Inscrição e do documento de identidade original (Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo), Cédula de Identidade para Estrangeiros (no prazo de validade), Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, Passaporte e Carteira de Trabalho;”).

8.3.2 Não serão aceitos como documento de identidade, para fins de participação e entrada no Concurso (por serem documentos destinados a outros fins): Boletim de Ocorrência Policial, Protocolos de segunda via, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (emitida anteriormente à Lei 9.503/97), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

8.3.3 Os documentos deverão estar em condições de permitir a identificação do candidato com clareza.

8.3.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva, munido de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta, lápis e borracha.

8.3.5 Quando da realização da prova objetiva, no dia 12 de dezembro de 2010, o candidato deverá chegar ao local das provas até às 8 (oito) horas, pois os portões de acesso à sala de prova serão fechados rigorosamente nesse horário. Não será admitido, sob qualquer hipótese, adentrar ao local da prova o candidato que se apresentar após o horário determinado.

8.3.6 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

8.3.7 Para realização da prova objetiva o candidato receberá o caderno de questões e o cartão-resposta.

8.3.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão-resposta de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituído, em caso de marcação errada ou rasura.

8.3.9 O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou cartão-resposta).

8.3.10 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e o cartão-resposta devidamente preenchido com caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

8.3.11 Não serão computadas as questões em branco, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas e as questões rasuradas. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou ao n.º de inscrição.

8.3.12 Durante a realização da prova objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

8.3.13 O candidato não poderá sair da sala de prova antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

8.3.14 A Prefeitura Municipal de Irineópolis e a UNIUV não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

### 9 DA CLASSIFICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1 A nota da prova objetiva variará de 0 (zero) a 10,0 (dez), e cada questão terá o mesmo valor, exceto para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos, em que o peso das questões será de 3 (três).

9.2 Serão considerados classificados na Prova Objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto para o cargo de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos, que deverão se submeter a prova prática, em que essa prova não é eliminatória.

9.2.1 Para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos, o não comparecimento em uma das provas eliminará o candidato.

9.3 Não haverá, em hipótese alguma, vista de prova.

9.4 Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

a) assinalada(s) no cartão de resposta, não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Concurso Público;

b) assinalada(s) no cartão de resposta, contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) contenha(m) mais de uma opção assinalada no cartão de resposta;

d) não estiver(em) assinalada(s) no cartão de resposta;

e) a(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão de respostas, ou seja, preenchida com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de tinta azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão de resposta.

9.5 Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, ela(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

### 10 DA PROVA PRÁTICA

10.1 Para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos será realizada prova prática, que será aplicada na tarde do dia 12 de dezembro de 2010, tendo início às 13 horas e 30 minutos.

10.2 A prova prática para os cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos será realizada no pátio da Secretaria de Infraestrutura (Garagem Municipal) do município de Irineópolis, situada na Rua Rio Grande do Sul, s/n.º, bairro Centro.

10.3 A Prefeitura Municipal de Irineópolis e a UNIUV não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova prática.

10.4 A prova prática constará de demonstração de habilidades práticas do candidato, necessárias ao desempenho de suas funções (Anexo I do Edital).

10.5 Todos os candidatos que realizaram a prova objetiva estarão aptos para fazer a prova prática nos cargos citados no item 8.1.2.

10.6 Quando da realização da prova prática, o candidato deverá chegar ao local das provas até às 13 horas, pois a lista de presença será assinada nesse horário. Não será admitida, sob qualquer hipótese, a realização da prova pelo candidato que se apresentar após o horário determinado.

10.7 O candidato que não realizar a prova prática estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

### 11 DA PROVA DE TÍTULOS

11.1 A Prova de Títulos somente será realizada para os candidatos

classificados ao cargo de Professor de Artes.

11.2 A listagem dos candidatos classificados na prova objetiva que estarão aptos para fazer a prova de títulos nos cargos citados no item 11.1 será divulgada no dia 15 de dezembro de 2010, a partir das 17 horas no endereço eletrônico [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br), nos murais da Prefeitura Municipal de Irineópolis e da Uniuv.

11.3 Na prova de títulos, de caráter classificatório, a valorização dos títulos far-se-á de acordo com o Anexo III do presente edital.

11.4 Na prova de títulos cada candidato receberá uma nota igual à somatória dos pontos obtidos.

11.5 O exame de títulos será realizado somente para os candidatos classificados, ou seja, que obtiverem nota igual ou superior a 5 (cinco) na Prova Objetiva.

11.6 A somatória dos pontos obtidos na prova de títulos será de no máximo 10 (dez) pontos.

11.7 A comprovação da titulação deverá ser feita da seguinte forma:

11.8 Os documentos dos candidatos classificados para a prova de títulos deverão ser entregues, juntamente com o curriculum vitae (modelo Anexo IV), entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2010, na Secretaria da UNIUV, situada em União da Vitória - PR, na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856, Bairro São Basílio Magno, nos horários das 9 às 12 horas, das 14 às 17 horas e das 19 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, mediante protocolo.

11.9 Os documentos deverão ser entregues em fotocópias autenticadas.

11.10 Para a comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em qualquer nível serão aceitas declarações ou atestados de conclusão de curso em que constem as disciplinas cursadas, frequência, avaliação e carga horária ou fotocópia do diploma/certificado, acompanhados de Histórico Escolar.

11.11 Para a comprovação de curso de pós-graduação, em nível de especialização, em curso, serão aceitos atestados comprovando tal situação.

11.12 Os diplomas de conclusão de cursos expedidos por instituições estrangeiras serão considerados se devidamente revalidados por instituição competente, na forma da legislação vigente.

11.13 Não será admitida, em hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos após o dia 17 de dezembro de 2010.

11.14 Receberá nota 0 (zero) na Prova de Títulos o candidato que não entregar os títulos na forma, prazo e local estipulados neste Edital.

11.15 A prova de títulos será avaliada com base nos títulos mencionados no curriculum vitae, conforme modelo fornecido pela Instituição (Anexo IV). Documentos não relacionados no curriculum vitae serão ignorados na prova de títulos.

## 12 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

12.1 Será eliminado do concurso o candidato que, além dos outros requisitos previstos neste Edital:

- apresentar-se após o horário estabelecido para a realização das provas;
- não comparecer à prova objetiva, seja qual for o motivo alegado;
- não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste Edital, para a realização das provas;
- ausentar-se da sala de prova, sem o acompanhamento do fiscal de corredor;
- ausentar-se do local de prova, antes de decorrido o prazo mínimo (item 8.3.13);
- for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (pagers, celulares, etc.);
- utilizar de meios ilícitos para a execução da prova;
- não devolver integralmente todo o material solicitado;
- perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

## 13 DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

13.1 A nota final (NF) dos candidatos classificados será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso

com 2 (duas) casas decimais.

13.2 A nota final (NF) dos candidatos classificados nos cargos de Motorista Socorrista e Operador de Equipamentos será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso com 2 (duas) casas decimais, sendo calculada pela média ponderada entre as notas da prova objetiva (NPO), que terá peso 3 (três) e a nota da prova prática (NPP) que terá o peso 7 (sete):

$$NF = \frac{(NPO \times 3) + (NPP \times 7)}{10}$$

13.3 A nota final (NF) dos candidatos classificados no cargo de Professor de Artes será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso com 2 (duas) casas decimais, sendo calculada pela média ponderada entre as notas do exame de títulos (NT), que terá peso 4 (quatro) e a nota da prova objetiva (NPO) que terá o peso 6 (seis):

$$NF = \frac{(NT \times 4) + (NPO \times 6)}{10}$$

13.4 A nota final (NF) dos candidatos classificados nos demais cargos não citados nos itens 13.2 e 13.3 será apresentada em ordem decrescente do total de pontos obtidos, expresso com 2 (duas) casas decimais, sendo a nota correspondente à nota da prova objetiva.

13.5 Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- for o mais idoso;
- obtiver maior nota na prova objetiva.

13.6 O resultado final do concurso público será divulgado no dia 22 de dezembro de 2010, publicado em ordem de classificação, consignando-se as notas finais dos candidatos, por meio de Edital afixado publicamente em quadro próprio da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV, da Prefeitura Municipal de Irineópolis e publicado na imprensa oficial do Município, cabendo recurso até as 17 horas do dia 23 de dezembro de 2010.

## 14 DOS RECURSOS

14.1 É admitido recurso quanto:

14.1.1 À Inscrição:

- ao indeferimento de inscrição;

\* O recurso relativo ao item 14.1.1. "a)" deverá ser interposto até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de divulgação das inscrições deferidas no concurso e deverá ser protocolado na Secretaria da UNIUV, no horário de seu atendimento das 9 às 12 horas, das 13h e 30min às 17h e das 19 às 21 horas e apresentado por escrito, conforme modelo (Anexo V), constando os seguintes dados: nome completo, número de inscrição, cargo, data, assinatura, nº de telefone, reclamação e justificativas, com as devidas alegações e comprovação de provas cabíveis para que, após análise criteriosa dos documentos apresentados, a Comissão Responsável pelo Concurso Público possa dar seu parecer final.

14.1.2 Às Provas:

- ao conteúdo e elaboração das questões objetivas;
- ao gabarito divulgado;
- ao resultado da prova objetiva;
- à homologação do resultado final.

14.2 Os recursos relativos ao item 14.1.2. "a)" e "b)" deverão ser interpostos até 24 (vinte e quatro) horas após a realização e ou divulgação do gabarito da prova objetiva, por escrito, a Comissão Responsável pelo Concurso Público, constando os seguintes dados do candidato: nome completo, número de inscrição, cargo, data, assinatura, reclamação e justificativa.

14.3 Os recursos relativos ao item 14.1.2. "c)" e "d)", deverão ser interpostos junto à secretaria da UNIUV, no horário de seu atendimento, até 24 (vinte e quatro) horas após a sua divulgação.

14.4 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão do julgamento do recurso, da correção e da avaliação das provas.

14.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os



justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo pretendido no Concurso Público e o endereço completo para correspondência.

14.6 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo observada para cômputo de prazo a data do respectivo protocolo.

14.7 As respostas aos recursos interpostos estarão disponíveis para retirada na secretaria da UniuV em 5 (cinco) dias úteis contados da data do protocolo do recebimento do recurso.

14.8 Poderão ser anuladas questões ou modificadas respostas divulgadas, em decorrência de conhecimento e provimento de recurso.

#### 15 DA NOMEAÇÃO

15.1 Os candidatos aprovados neste Concurso Público aguardarão, a critério da autoridade competente, nomeação em caráter de provimento efetivo e emprego público, atendendo o limite de vagas oferecidas.

15.2 Os candidatos classificados serão nomeados obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação decrescente no Concurso Público.

15.3 A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

15.4 A decisão de nomeação é de competência do Prefeito Municipal de Irineópolis, conforme o interesse e conveniência da Administração Pública, observados os critérios dispostos no item 16 deste Edital.

#### 16 DA POSSE

16.1 Por ocasião da posse, o candidato habilitado e nomeado deverá comprovar o cumprimento dos requisitos básicos constantes no item 2.2 do cargo que foi nomeado e do item 2.3 do emprego público, além de apresentar:

16.2 Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

16.3 Comprovação do nível de escolaridade exigido nos termos deste edital - autenticada;

16.4 Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição;

16.5 Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, por meio de laudos médicos e exames laboratoriais (custeados pelo candidato), necessários para o exercício do cargo;

16.6 Declaração negativa de antecedentes criminais - Estadual e Federal (atestado de antecedentes), achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

16.7 Comprovação de endereço residencial;

16.7.1 Comprovação de endereço residencial na área escolhida no ato da inscrição, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

16.8 Carteira de Identidade – original e fotocópia;

16.9 Cadastro da Pessoa Física – CPF – original e fotocópia;

16.10 PIS/PASEP – original e fotocópia;

16.11 Título de Eleitor com o comprovante da última votação – original e fotocópia;

16.12 Carteira Profissional – original e fotocópia (parte onde consta nº da carteira, qualificação civil e contratos de trabalho);

16.13 Certidão de Nascimento (quando solteiro/a) – original e fotocópia;

16.14 Certidão de Casamento e Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 (vinte e um) anos, – original e fotocópia);

16.15 Carteira de Reservista (para o sexo masculino) – original e fotocópia;

16.16 Uma (1) fotografia recente, tamanho 3 X 4;

16.17 Comprovação de Nacionalidade Brasileira (em caso de estrangeiro);

16.18 Comprovação de quitação com as obrigações militares;

16.19 Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 anos – original e fotocópia;

16.20 Comprovação da escolaridade exigida e, quando for o caso, do registro no Conselho de Classe conforme requisitos constantes no item 2.2 e 2.3.

16.21 Após a divulgação do edital de convocação o candidato terá o prazo de 30 dias consecutivos para apresentar a documentação constante no item 16.

16.22 A não apresentação dos documentos em conformidade com este Edital impedirá a formalização do ato de posse, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral do Concurso para tomar posse da vaga.

16.23 Somente após encerrado o período do Estágio Probatório, é que o servidor terá direito aos acréscimos salariais decorrentes da titulação.

16.24 Caso o candidato esteja impossibilitado de assumir de imediato a nomeação, deverá assinar termo de desistência, passando à última colocação da listagem do cargo, possibilitando a Prefeitura Municipal de Irineópolis convocar o próximo candidato por ordem de classificação, uma única vez, devendo nesta ocasião apresentar toda documentação exigida para o ingresso sob pena de desclassificação.

#### 17 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

17.1 Fica delegada competência à Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV para:

a) elaborar, coordenar a aplicação, julgar, corrigir e avaliar as provas objetiva e prática;

b) analisar e julgar os recursos deste Edital;

c) enviar à Prefeitura Municipal de Irineópolis os resultados de todas as etapas do concurso, para devida divulgação;

d) preparar Relatório Final do Concurso Público.

#### 18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Ao Prefeito Municipal de Irineópolis caberá a homologação do resultado final do Concurso Público, que será publicado, no Quadro Mural da UNIUV e da Prefeitura e na Imprensa Oficial do Município.

18.2 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da posse, acarretará a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

18.3 O candidato deverá manter atualizado seu endereço, após publicação do resultado final e durante o prazo de validade do concurso, desde que aprovado, mediante requerimento escrito, junto à Prefeitura Municipal de Irineópolis, não lhe cabendo qualquer reclamação, caso não seja possível à Administração Municipal informá-lo da nomeação, por falta da citada atualização.

18.4 O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do concurso, a qualquer tempo.

18.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este Concurso por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município, no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis e da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV.

18.6 Os casos omissos serão resolvidos, conjuntamente, pela Prefeitura Municipal de Irineópolis, pela Comissão do Concurso da Prefeitura nomeada para este fim e pela Comissão Responsável da UNIUV.

18.7 O presente edital será também afixado, juntamente com seus anexos, na sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, na UNIUV e estará disponível no endereço eletrônico da UNIUV, além de ter seu resumo publicado na Imprensa Oficial do Município.

19 Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, Santa Catarina, para dirimir qualquer questão relacionada com este Concurso Público.

União da Vitória, 4 de novembro de 2010.

ODELIR DILETO CACHOEIRA

Presidente da Comissão do Concurso Público – UNIUV



**GIOZANI REGINA CRESTANI**

Presidente da Comissão do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis

**ANEXO I - CONTEÚDO DAS PROVAS****MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA:**

Ginecologia: Anatomia e histologia dos órgãos genitais femininos; Embriologia e diferenciação sexual; Esteroidogênese; Fisiologia do ciclo menstrual; Resposta sexual humana; Semiologia ginecológica; Diagnóstico por imagem em ginecologia; Diferenciação sexual anormal intersexo e malformações; Dismenorréia; Dor pélvica crônica; Alterações de desenvolvimento sexual; Sangramento uterino disfuncional; Hirsutismo; Hiperprolactinemia; Anovulação crônica hiperandrogênica; Endometriose. Mastologia: Propedêutica em mastologia; Alteração inflamatória da mama e mastalgia; Doenças benignas da mama; Neoplasias Malignas da mama; Corrimentos vaginais; Infecções pelo HPV; Infecções Sexualmente transmissíveis; Doença inflamatória pélvica. Uroginecologia. Climatério. Neoplasia do trato genital: Neoplasia benigna do colo uterino e neoplasia intra-epitelial cervical; Doença de vulva e vagina; Câncer cervical invasivo; Neoplasia e outras alterações benignas do corpo uterino; Neoplasias malignas do ovário e das trompas; Quimioterapia e hormonoterapia nos tumores ginecológicos; Radioterapia nas neoplasias do trato genital e das mamas. Cirurgia ginecológica. Ginecologia e obstetrícia: As mulheres e a infecção pelo HIV: - aspectos ginecológicos da infecção pelo HIV; - aspectos perinatais da infecção pelo HIV; Genética em ginecologia e obstetrícia; Aspectos médico-legais e éticos em ginecologia e obstetrícia; Violência sexual; Abdome agudo em ginecologia e obstetrícia. Obstetrícia: Obstetrícia básica: Período implantacional e embriogênese; Fisiologia placentária; Placenta, membranas e cordão umbilical; Diagnóstico da gravidez; Modificações fisiológicas da gravidez; Assistência pré-natal; Drogas na gravidez e lactação. Parto. Puerpério. Patologias da gestação: Hiperemese gravídica; Hemorragias da primeira metade da gestação: Abortamentos; Gravidez ectópica; Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da segunda metade da gravidez: descolamento prematuro da placenta; placenta prévia; rotura uterina. Pré-eclâmpsia, eclâmpsia e síndrome de Hellp; Trabalho de parto pré-maturo; Rotura prematura pré-termo das membranas; Oligo e polidrâmnio; Mortalidade materna segura; Perda gestacional de repetição. Intercorrência clinicocirúrgicas: Hipertensão arterial crônica e gravidez; a diabetes e gravidez; Doenças da tireóide; Cardiopatias; Doenças tromboembólicas na gestação; Doenças no aparelho respiratório; Nefropatias e gravidez; Doenças gastrointestinais e hepáticas; Anemia e doenças hematológicas na gravidez; Doenças autoimunes e gravidez; Saúde mental da mulher na gravidez e no puerpério; Doenças neurológicas; Infecções genitais na gravidez; Infecção e litíase urinária na gestação; Trauma materno-fetal; Neoplasia benignas e malignas do trato genital na gravidez; Neoplasias malignas extragenitais e da mama na gravidez. Medicina fetal: Fisiologia fetal; Propedêutica da vitalidade fetal; Propedêutica das malformações fetais; Avaliação da maturidade pulmonar fetal; Gestação múltipla; Crescimento intra-uterino restrito anemias fetais e isoimunização materno-fetal; Infecção perinatais.

**FONOAUDIÓLOGO**

Lei 6965/81. Código de ética da Fonoaudiologia. Audiometria tonal liminar. Imitanciométrica. Classificação das perdas auditivas. Teste da orelhinha. Potencial auditivo de tronco encefálico. Prótese auditiva. Implante coclear. Programa de Saúde Auditiva. NASF e programa de saúde da família. Avaliação da voz. Disfonias. Voz ocupacional. Avaliação da linguagem oral. Desvio fonológico e fonêmico. Gagueira. Atraso de desenvolvimento da linguagem oral. Avaliação da linguagem escrita. Dislexia. Alterações de leitura e escrita. Avaliação do sistema motor oral. Fissuras.

**FISCAL DE TRIBUTOS:**

Língua Portuguesa: Redação Oficial e Administrativa. Interpretação de textos verbais e não verbais. Abreviaturas. Vocabulário.

Classes de palavras e suas flexões. Concordância verbal e nominal. Colocação dos pronomes átonos. Regência verbal e nominal. Dificuldades (ou erros comuns) da Língua Portuguesa. Matemática: Análise combinatória. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Equações e inequações. Funções. Geometria analítica: reta e circunferência. Geometria plana e espacial. Juros e porcentagem. Matrizes e determinantes. Polinômios. Progressão aritmética e geométrica. Seqüências. Sistemas de equações lineares. Teoria dos conjuntos. Trigonometria. Logaritmos. Conhecimentos da atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural.

**MOTORISTA SOCORRISTA:**

Prova objetiva: Língua Portuguesa: Redação Oficial e Administrativa. Interpretação de textos verbais e não verbais. Abreviaturas. Vocabulário. Classes de palavras e suas flexões. Concordância verbal e nominal. Colocação dos pronomes átonos. Regência verbal e nominal. Dificuldades (ou erros comuns) da Língua Portuguesa. Matemática: Análise combinatória. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Equações e inequações. Funções. Geometria analítica: reta e circunferência. Geometria plana e espacial. Juros e porcentagem. Matrizes e determinantes. Polinômios. Progressão aritmética e geométrica. Seqüências. Sistemas de equações lineares. Teoria dos conjuntos. Trigonometria. Logaritmos. Conhecimentos da atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural.

Prova prática: Executar manobras com o veículo, solicitadas pelo avaliador. Efetuar baliza, estacionar. Cuidados com o veículo. Normas de Trânsito e Segurança Brasileira. Atendimento de primeiros socorros.

**OPERADOR DE EQUIPAMENTOS:**

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Vocabulário. Variações lingüísticas conforme o contexto social. Classes de palavras e suas flexões. Ortografia. Abreviaturas e siglas mais comuns. Identificar comunicação completa e comunicação confusa e imprecisa. Reconhecer e interpretar os gêneros textuais: bilhete, aviso, provérbio, convite, propaganda, receita, lista de compras, carta. Interpretar textos verbais, não verbais ou mistos mais usados no dia-a-dia. Matemática: Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Conhecimentos da Atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural.

Prova prática: Executar as manobras em pá carregadeira solicitadas pelo avaliador. Cuidados com o veículo e sua manutenção. Conhecimento dos comandos da máquina. Normas de Trânsito e Segurança Brasileira.

**PROFESSOR DE ARTES:**

Artes Visuais: Arte da Pré-História na Europa e no Brasil, Arte Indígena, Arte Egípcia, Arte Grega, Arte Romana, Arte Bizantina, Arte Românica, Arte Gótica, Arte do Renascimento Europeu, Barroco Europeu e nos Países Baixos, Barroco Brasileiro, a Missão Artística Francesa, o Rococó, o Neoclassicismo, a pintura Acadêmica Brasileira e sua superação, o Romantismo e o Realismo, o movimento de Artes e Ofícios e o Art Nouveau, o Impressionismo, Pós impressionismo e os principais movimentos artísticos do século XX, o Movimento Modernista brasileiro, a Semana de Arte Moderna, artistas e movimentos após a Semana de Arte Moderna, Arte Contemporânea brasileira, arte catarinense. Fundamentos da linguagem visual, elementos da composição, teoria da cor. As linguagens artísticas: Desenho, Pintura, Escultura, Gravura e Fotografia. Leitura de imagem. Ensino das artes visuais. Música: O som e as propriedades do som, a música e a criança, instrumentos musicais, gêneros musicais, musicalização, música brasileira, apreciação musical. A música na sala de aula. Teatro: O contexto estético, histórico e social; elementos do teatro, a expressão e

a improvisação teatral, a representação, o espetáculo teatral, o texto teatral, teatro brasileiro. O teatro na escola.

#### MÉDICO PARA ESF:

Alergia e Imunologia Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças infecciosas, virais e parasitárias Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Reumatologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças pulmonares, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças endócrinas e metabólicas, diagnóstico, exames e tratamento. Cardiologia básica, diagnóstico, exames tratamento. Nefrologia, diagnóstico, exames, tratamento. Neurologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Dermatologia, diagnóstico, exames e tratamento. Hematologia, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças sexualmente transmissíveis, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças comunitárias, diagnóstico, exames, contatos, profilaxia e tratamento. Gastroenterologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Programas de Atenção a Saúde. Imunização, prevenção. Urgência/Emergência.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Língua Portuguesa: Interpretação de textos verbais e não verbais. Abreviaturas. Vocabulário. Classes de palavras e suas flexões. Concordância verbal e nominal. Colocação dos pronomes átonos. Regência verbal e nominal. Dificuldades (ou erros comuns) da Língua Portuguesa. Matemática: Análise combinatória. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Equações e inequações. Funções. Geometria analítica: reta e circunferência. Geometria plana e espacial. Juros e porcentagem. Matrizes e determinantes. Polinômios. Progressão aritmética e geométrica. Seqüências. Sistemas de equações lineares. Teoria dos conjuntos. Trigonometria. Logaritmos. Conhecimentos da atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural.

#### ANEXO II - ATRIBUIÇÕES

##### CARGOS PÚBLICOS

##### MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Realizar estudos e inquéritos sobre níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses do Departamento de Saúde Municipal.
- Proceder à notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local.
- Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, realizar outras formas de tratamento, fazer cirurgias, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, de acordo com a especialidade.

- Desempenhar outras atividades afins

##### FONOAUDIÓLOGO

- Execução de trabalhos relativos à utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas dos órgãos da fala, voz, audição e linguagem oral e escrita.
- Executar tarefas para a identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo, de dicção, empostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala.
- Realizar terapia fonoaudiológica das alterações da voz, fala e audição e linguagem realizar trabalhos de auxílio e apoio às dificuldades de aprendizagem junto ao professor e alunos atendimento individualizado; executar outras tarefas correlatas.

##### FISCAL DE TRIBUTOS

- Fiscalizar o cumprimento do código tributário municipal e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;

- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes;
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal;
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais;
- Atender consultas de caráter tributário;
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária;
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal;
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal;
- Desempenhar outras tarefas afins.

##### MOTORISTA SOCORRISTA

- Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
- Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica no mesmo;
- Estabelecer contato radiofônico ou telefônico com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- Conhecer a malha viária regional;
- Conhecer todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;
- Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
- Executar outras atividades afins.

##### OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

- Operar patrôas, tratores equipamentos em geral e máquinas de terraplanagem na abertura, conservação e limpeza de vias públicas, compactação de solo e abertura de valas.
- Dirigir veículos, obedecendo o Código Nacional de Trânsito, transportando pessoas e/ou materiais.
- Providenciar e auxiliar na manutenção, limpeza e abastecimento adequado do equipamento ou veículo sob sua responsabilidade, para que garantam as condições normais de trabalho.
- Auxiliar na observação das condições do equipamento ou veículo e comunicar as irregularidades verificadas.
- Efetuar pequenos reparos de socorro e manutenção, até o normal encaminhamento a oficina própria ou autorizada pela Prefeitura.
- Proceder ao controle freqüente do combustível, lubrificantes e manutenção em geral.
- Proceder ao mapeamento das viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada do veículo sob sua responsabilidade.
- Manter atualizada a sua Carteira Nacional de Habilitação e o documento do veículo.
- Recolher o equipamento ou veículo a garagem, assim que concluído o serviço do dia.
- Executar outras atividades afins.

##### PROFESSOR DE ARTES

- Realização de atividades no campo educativo, relacionando-as a sua área de atuação, interagindo com a realidade do processo ensino-aprendizagem em sala de aula;
- Desenvolvimento do planejamento e execução de atividades de ensino em determinadas áreas de conhecimento;
- Transmissão e mediação de conhecimentos da disciplina em sala de aula, aplicando métodos e técnicas de ensino adequadas ao conteúdo e à realidade escolar;
- Realização de avaliação, como instrumento diagnóstico e processual da ação docente;
- Interação com situações de trabalho em equipe e discussões em grupo que contribuam para uma reflexão crítica sobre as várias atividades propostas.

### EMPREGOS PÚBLICOS MÉDICO PARA ESF

- Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;
- Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Indicar internação hospitalar;
- Solicitar exames complementares;
- Verificar e atestar óbito.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Agente Comunitário de Saúde (ACS) mora na comunidade e está vinculado à USF que atende a comunidade. Ele faz parte do time da Saúde da Família!
- Quem é o agente comunitário? É alguém que se destaca na comunidade, pela capacidade de se comunicar com as pessoas, pela liderança natural que exerce. O ACS funciona como elo entre a comunidade. Está em contato permanente com as famílias, o que facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado por toda a equipe. É também um elo cultural, que dá mais força ao trabalho educativo, ao unir dois universos culturais distintos: o do saber científico e o do saber popular.

O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência. As atribuições específicas do ACS são as seguintes:

- Realizar mapeamento de sua área;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar área de risco;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas;
- Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

### ANEXO III - PROVA DE TÍTULOS

TÍTULO	VALOR PONTUAÇÃO
a) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado (título de doutor) na área da educação ou na área específica a que concorre.	Limitado a 3
b) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado (título de mestre) na área da educação ou na área específica a que concorre.	Limitado a 2,5
c) Certificado de curso de especialização, em nível de pós-graduação, com carga horária mínima de 360 horas, na área da educação ou na área específica a que concorre.	Limitado a 2,0
d) Outro certificado de curso de especialização, em nível de pós-graduação, com carga horária mínima de 360 horas, na área da educação ou na área específica a que concorre, que não o apresentado na letra c; ou declaração de curso de especialização, em nível de pós-graduação, em curso, na área da educação ou na área específica a que concorre.	Limitado a 1,0
e) Diploma de curso de Magistério (nível médio)	Limitado a 1,0
f) Certificado ou diploma de curso de atualização e aperfeiçoamento na área de Educação, desde que devidamente registrados pelo órgão expedidor, cujo somatório não seja inferior a 200 horas. Serão aceitos apenas os certificados ou diplomas datados a partir de janeiro de 2008.	Limitado a 0,5
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

### ANEXO IV - CURRÍCULUM VITAE

#### 1. DADOS PESSOAIS

NOME: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

TÍTULO ELEITORAL: \_\_\_\_\_ ZONA: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

QUITAÇÃO MILITAR: \_\_\_\_\_ REGIÃO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### 2. CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (não é necessário documentar por ocasião da prova de títulos).

GRAU: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO/UNIDADE/LOCALIDADE: \_\_\_\_\_

DATA DE CONCLUSÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 3. CURSOS RELEVANTES PARA O EXAME DE TÍTULOS (Preencher de acordo com cursos relacionados no Anexo III)

CURSO	TOTAL DE HORAS	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	DATA DA CONCLUSÃO



\* ANEXAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS COM FOTOCÓPIAS AUTENTICADAS PARA O EXAME DE TÍTULOS.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2010.

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### ANEXO V – MODELO DE RECURSO

Nome completo do candidato: \_\_\_\_\_

Número de inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Reclamação:

Justificativa:

**Itapoá**

#### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Ata de Sessão Publica - Pregão Nº 42/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 42/2010  
PROCESSO 108/2010

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dez, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl, conforme Decreto nº 1146/2010, e a membro "ad hoc" Francis Ledoux de Oliveira, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:40m.

Itapoá, 03 de novembro de 2010.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL

FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA  
MEMBRO "ad hoc"

ISABELA R.DUTRA POHL  
MEMBRO

#### Ata de Sessão Pública - Convite Nº 17/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	03/11/2010	Horário: 08h:30m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 17/2010
		PROC. Nº 072/2010

#### OBJETO:

Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para a aquisição e instalação de 200 luminárias e deslocamento de 30 postes na área urbana municipal, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010 com objetivo de abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas: ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07 e ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA-EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69, que ambas foi achada conforme. Chegando ao seguinte resultado classificatório foi vencedora a Empresa: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA- EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69 com o valor de R\$ 83.622,00 (oitenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais), e em segundo lugar a empresa ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07 com o valor de R\$ 94.357,83 (noventa e quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos). Neste ato foi observado pela CPL que o valor orçado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e estipulado em edital era de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
MEMBRO

**Lauro Muller**

#### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei nº 1.658/2010

LEI Nº 1.658/2010 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE O CONTROLE E A PROTEÇÃO DE POPULAÇÕES ANIMAIS, BEM COMO A PREVENÇÃO DE ZOONOSES, NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As ações do poder público objetivando o controle das populações animais, a prevenção e o controle das zoonoses no Município de Lauro Müller, serão reguladas por esta lei.

Art. 2º. A Secretaria de Saúde é a responsável em âmbito municipal pela execução das ações mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º. Para efeito desta lei, entende-se por:

I. ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa;  
II. FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: profissional com



qualificação técnica na área, que trabalhará sob a supervisão de um Médico Veterinário registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina e credenciado para a função de controle animal;

III. ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL: Setor de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde;

IV. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: os de valor afetivo, passíveis de conviver com o homem;

V. ANIMAIS DE INTERESSE ECONÔMICO: as espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas a produção econômica;

VI. ANIMAIS UNGULADOS: os mamíferos com os dedos ou pés revestidos por cascos;

VII. ANIMAIS SOLTOS: todo e qualquer animal errante, encontrado sem nenhum processo de contenção;

VIII. ANIMAIS APREENDIDOS: todo e qualquer animal capturado por servidores credenciados pelo Município, compreendendo desde o instante da captura, transporte, alojamentos nas dependências dos depósitos municipais de animais e destinação final;

IX. DEPÓSITOS MUNICIPAIS DE ANIMAIS: as dependências apropriadas do Setor de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, para alojamento e manutenção dos animais apreendidos;

X. CÃES MORDEDORES VICIOSOS: os causadores de mordeduras a pessoas e/ou outros animais, em logradouros públicos;

XI. MAUS TRATOS: toda e qualquer ação voltada contra os animais, e que implique em crueldade, especialmente na ausência de abrigo, cuidados veterinários, alimentação necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão a experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe o Decreto Federal nº 24.645, de 10 de Julho de 1.934, a Declaração universal dos Direitos dos Animais de 27 de Janeiro de 1978, a Lei de Crimes Ambientais 9605 de Fevereiro de 1998 e o Art. 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal;

XII. CONDIÇÕES INADEQUADAS: a manutenção de animais em contato direto ou indireto, com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua espécie ou porte, ou aqueles que permitam a proliferação de animais sinantrópicos;

XIII. ANIMAIS SELVAGENS: os pertencentes às espécies não domésticas;

XIV. FAUNA EXÓTICA: animais de espécies estrangeiras;

XV. ANIMAIS SINANTRÓPICOS: as espécies que, indesejavelmente, convivem com o homem, tais como os roedores, as baratas, as moscas, os pernilongos, as pulgas e outros;

XVI. COLEÇÕES LÍQUIDAS: qualquer quantidade de água parada;

XVII. ZONA RURAL: compreende imóveis situados no perímetro rural ou no campo, definido pelo Plano Diretor do Município;

XVIII. ZONA URBANA: compreende imóveis situados no perímetro urbano, definido no Plano Diretor do Município.

Art. 4º. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I. prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos dos animais, causados por doenças e maus tratos;

II. preservar a saúde da população, protegendo-a contra zoonoses, mediante o emprego de conhecimentos especializados e experiências em Saúde Pública.

Art. 5º. Constituem objetivos básicos das ações de controle das populações animais:

I. prevenir, reduzir e eliminar a mortalidade desnecessária e as causas de sofrimento dos animais;

II. preservar a saúde e o bem estar da população humana.

Art. 6º. É proibida a permanência, manutenção e trânsito dos

animais nos logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Parágrafo Único: Excetuam-se da proibição prevista neste artigo:

I. o estabelecimento legal e adequadamente instalado para criação, manutenção, venda, exposição, competição, tratamento e internação de animais e os abatedouros, quando licenciados pelo órgão competente.

II. a permanência e o trânsito de animais em logradouros públicos quando:

a. se tratar de cães ou gatos vacinados, com coleira e registro atualizado, conduzidos com guia pelo proprietário ou responsável quando necessário, com idade e força física suficientes para controlar os movimentos do animal;

b. se tratar de animais de tração, providos dos necessários equipamentos e meios de contenção e conduzidos pelo proprietário ou responsável, com idade, força física e habilidade para controlar os movimentos do animal;

c. se tratar de cães-guias, de pessoas deficientes visuais;

d. se tratar de animais utilizados pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros ou outra corporação de utilidade pública.

Art. 7º. Será apreendido todo e qualquer animal:

I. encontrado em desobediência ao estabelecido no artigos 6º desta Lei;

II. suspeito de raiva ou outras zoonoses;

III. submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto deste;

IV. mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V. cuja criação ou uso esteja em desacordo com a legislação vigente;

VI. mordedor vicioso, condição esta constatada pelo Fiscal de Vigilância Sanitária ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial;

VII. das raças Pit-Bull, Fila Brasileiro, Rottweiler, Pastor Alemão, Pastor Belga e Dobermann encontrados circulando sem focinheira, sem coleira com o respectivo registro e que não estejam conduzidos em corrente, por pessoa com idade, força física e habilidade suficientes para controlar seus movimentos.

Parágrafo Único - Os animais que forem apreendidos, em desobediência ao estabelecido nesta lei, serão:

a. mantidos em abrigo público, com todas as condições de alojamento, alimentação e cuidados veterinários, à disposição de seus proprietários por 20 dias;

b. animais com doenças ou lesões físicas graves e irreversíveis bem como sanitariamente comprometidos de forma a tornar inviável sua sobrevivência saudável, poderão sofrer processo de eutanásia de imediato, devendo o fiscal da Vigilância Sanitária, sob a supervisão de um médico veterinário, emitir laudo técnico consubstanciando a decisão;

§2º: A viabilidade de instalação do abrigo mencionado na alínea a do § 1º deste artigo dependerá de prévia análise orçamentária por parte do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. O Município de Lauro Müller não responde por indenização nos casos de:

I. dano ou óbito de animal apreendido;

II. eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal,

durante o ato de sua apreensão.

Art. 9º. Os animais apreendidos e não procurados pelos proprietários no prazo estabelecido no Art. 7, Parágrafo Único, poderão ter a seguinte destinação (não necessariamente nesta ordem), a critério do Órgão Sanitário responsável:

- I. Leilão em hasta pública
- II. Adoção
- III. Doação

§1º - Os cães e gatos que destinados à Adoção ou Doação, sofrerão obrigatoriamente, processo de castração no Canil Público Municipal.

§2º - Fica expressamente vedada a doação de cães e gatos para fins de experiências médicas, científicas, comerciais ou quaisquer outras, pois tal ato contraria o Art. 8º da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, a Lei 24.645/34 e o o Parágrafo VII do Art. 225 do Capítulo VI da Constituição Federal.

Art. 10º. O Ministério Público, as entidades de Proteção aos Animais e o CRMV/SC terão acesso às dependências dos alojamentos municipais de animais, bem como aos dados e relatórios referentes aos animais apreendidos e seu destino final.

Art. 11. Os atos danosos causados pelos animais são da inteira responsabilidade de seus proprietários, mesmo quando apreendidos pela Vigilância Sanitária..

Parágrafo Único - Quando o dano ocorrer sob a guarda de preposto, estender-se-á a este a responsabilidade a que alude o caput deste artigo.

Art. 12. É de responsabilidade dos proprietários, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes a remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 13. E proibido abandonar animais em qualquer área publica ou privada, sob pena de responsabilização civil e/ou criminal.

Art. 14. O proprietário é obrigado a permitir, sempre que necessário, o acesso do Fiscal de Vigilância Sanitária, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal para constatar maus tratos e/ou sua manutenção inadequada, suspeita de doenças, bem como acatar as determinações dele emanadas.

Art. 15. O proprietário, o detentor da posse ou o responsável por animais acometidos ou suspeitos de estarem acometidos de zoonoses, deverá submetê-los à observação, isolamento e cuidados, na forma determinada pela Vigilância Sanitária do Município.

Art. 16. Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, observando o período de imunidade, de acordo com a vacina utilizada

Parágrafo Único: A vacina anti-rábica será fornecida pelo município àqueles proprietários de animais isentos da taxa de registro prevista no Parágrafo Único do Art. 19 desta Lei.

Art. 17. Em caso de morte do animal, caberá ao proprietário dar destinação adequada ao cadáver, ou seu encaminhamento ao serviço municipal competente.

Art.18. Os animais das espécies caninas e felinas deverão ser registrados anualmente, sendo que:

- I. o registro de animais será regulamentado por decreto do Poder

Executivo do Município;

II. a taxa de registro será revertida para as Associações de Proteção aos Animais legalmente constituídas e em pleno funcionamento no município de Lauro Müller desenvolverem programas de Controle de natalidade, campanhas educativas, vacinação e assistência à animais de rua e das camadas carentes da população ou, em sua falta, para a Fundação Ambiental de Lauro Müller;

III. estarão isentos da taxa de registro os proprietários de animais:

- a) castrados, comprovado através de declaração do médico veterinário responsável;
- b) comprovadamente de baixa renda;
- c) que comprovarem ter adotado o animal posteriormente à instituição do sistema de registro, de entidade de Proteção aos Animais ou do próprio Canil Municipal.

Art. 19. Ao munícipe cabe a adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica.

Art. 20. É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros que propiciem a instalação e proliferação de roedores e outros animais sinantrópicos, sob pena de responsabilização civil.

Art. 21. Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos e plantas são obrigados a mantê-los permanentemente livres de coleções líquidas, de forma a evitar a proliferação de mosquitos.

Art. 22. Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 23. E proibida a criação e a manutenção de animais da espécie suína e ungulados, em zona urbana, sempre que houver risco à saúde humana, cujo diagnóstico caberá à Vigilância Sanitária Municipal ou à Fundação Ambiental de Lauro Müller.

Art. 24. E proibida no Município de Lauro Müller, salvo as exceções previstas nesta lei e as situações excepcionais, a juízo do Órgão Sanitário responsável, a criação, a manutenção e o alojamento de animais selvagens da fauna exótica.

Parágrafo Único - São adotadas as disposições pertinentes, contidas na Lei Federal nº 5197, de 03 de Janeiro de 1967, no que tange à fauna brasileira.

Art. 25. Fica vedada no município a utilização de animais em exposições artísticas ou espetáculos para divertimento.

Art. 26. Qualquer animal que esteja evidenciando sintomatologia clínica de raiva, constatada por Médico Veterinário, deverá ser prontamente isolado e/ou sacrificado e seu cérebro encaminhado a um laboratório oficial, para exame, se possível.

Art. 27. Não são permitidas, em residência particular, a criação, ou alojamento de animais que por sua espécie, número ou manutenção causem risco concreto à saúde e segurança da comunidade.

Art. 28. Os estabelecimentos de comercialização de animais vivos, com fins não alimentícios, ficam sujeitos à obtenção de laudo emitido pelo Órgão Sanitário responsável, renovado anualmente.

Art. 29. É proibido o uso de animais feridos, enfraquecidos ou doentes, em veículos de tração animal.

Parágrafo Único - E obrigatório o uso de sistema de frenagem, acionado especialmente quando de descidas de ladeiras, nos veículos de que trata este artigo.

Art. 30. Os serviços de educação do Município são obrigados a:

I. promover, periodicamente, campanhas para esclarecimento dos proprietários de animais (por meio da imprensa escrita e falada), dos meios corretos de manutenção e posse responsável dos mesmos, dos mecanismos para controle de sua reprodução, bem como da divulgação detalhada dos dispositivos desta Lei, principalmente durante o período de adaptação;

II. incluir no currículo das escolas municipais de ensino fundamental, matéria voltada para estimular nos alunos, noções de amor e respeito aos animais e ao meio ambiente como um todo.

Art. 31. Verificada a infração a qualquer dispositivo desta lei, os Fiscais de Vigilância Sanitária, independente de outras sanções cabíveis decorrentes da legislação federal e estadual, poderão aplicar as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. apreensão do animal;
- IV. interdição total, ou parcial, temporária ou permanente, de locais ou estabelecimentos.

Art. 32. As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio e classificam-se em:

- I. leve: aquela em que não se constatar lesão ao animal;
- II. grave: aquela em que existir lesão leve ao animal;
- III. gravíssima: aquela em que existir lesão grave ou morte do animal.

§1º. A pena de multa consiste no pagamento dos seguintes valores pecuniários:

- I. nas infrações leves: de 10% a 20% do salário mínimo vigente à época do fato;
- II. nas infrações graves: de 40% a 60% do salário mínimo vigente à época do fato;
- III. nas infrações gravíssimas: de 80% a 1 (um) salário mínimo vigente à época do fato.

§2º. Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Executivo Municipal caracterizará as infrações de acordo com sua gravidade.

§3º. Na reincidência, a multa será, sempre, aplicada em dobro.

§4º. A pena de multa não excluirá, conforme a natureza e a gravidade da infração, a aplicação de qualquer outra das penalidades previstas no artigo 32.

§5º. Independente do disposto no parágrafo anterior, a reiteração de infrações de mesma natureza autorizará, ainda, conforme o caso, a definitiva apreensão de animais, a interdição de locais ou estabelecimentos, ou a cassação de alvará de licença de funcionamento.

Art. 33. Os Fiscais de Vigilância Sanitária são competentes para aplicação das penalidades de que tratam os artigos 31 e 32.

Parágrafo Único - O desrespeito ou desacato ao Fiscal de Vigilância Sanitária, ou ainda, a obstaculização ao exercício de suas funções, sujeitarão o infrator a penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 34 Sem prejuízo das penalidades previstas no artigo 31, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transporte, de alimentação, assistência veterinária e outras.

Art. 35. O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará a execução desta Lei.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor a partir de 180 dias de sua publicação, período em que a municipalidade irá informar aos munícipes através de todos os meios possíveis, os dispositivos nela estabelecidos, seus objetivos, suas consequências à vida dos cidadãos e de seus animais, bem como os meios através dos quais deverão se adaptar à mesma.

Art. 37. Ficam revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

### **Decreto nº 033/2010**

DECRETO no 033/2010

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E SERVENTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de LAURO MÜLLER, SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.503/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo de Contratação de Professores e Serventes, em substituição de funcionários por prazo determinado, integrada pelos (as) Senhores (as):

PRESIDENTE:	SÍLVIA VARGAS NUNES
MEMBRO:	ROSEMERY LOURENÇO MADEIRA
MEMBRO:	VALNEIDE DA SILVA ANTUNES TAVARES
MEMBRO:	FABIANA DA SILVA SPINDOLA

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo elaborará o Edital de Processo Seletivo para Contratação de Professores e Serventes, em substituição de funcionários por prazo determinado, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER - SC., 03 de novembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e Publicado no Mural Público da Prefeitura na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Portaria nº 166/2010**

P O R T A R I A Nº 166/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SABRINA APARECIDA DELFINO ANTUNES, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Atendente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Portaria nº 167/2010**

P O R T A R I A Nº 167/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, AGNALDO MACEDO VELHO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura

Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Portaria nº 168/2010**

P O R T A R I A Nº 168/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ADAILTON JOSÉ DA LUZ, aprovado em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Portaria nº 169/2010**

P O R T A R I A Nº 169/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ADILSON JOSÉ AMANCIO, aprovado em 3º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### **Portaria nº 170/2010**

P O R T A R I A Nº 170/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, até 30 de setembro de 2010, os efeitos da Portaria nº 097/2010, de 01/07/10, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de VANDERLEIA BATISTA VELHO, para a função de Professor II, referência - MAG LP 1A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### **Portaria nº 171/2010**

P O R T A R I A Nº 171/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Demitir a pedido, MARI NEUSA GONÇALVES TOURNIER, Servente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
SEC. ADMINISTRACAO, FIN. PLANEJ.

### **Portaria nº 172/2010**

P O R T A R I A Nº 172/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CLEDJANE OLIVEIRA, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### **Portaria nº 173/2010**

P O R T A R I A Nº 173/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARI NEUSA GONÇALVES TOURNIER, aprovada em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura

Municipal na data supra.  
FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**Portaria nº 174/2010**

P O R T A R I A Nº 174/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA MACHADO, para a função de Professor I, referência - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Rio Capivaras Alto, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Daiane Redivo Mazon, que encontra-se em licença maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej

**Portaria nº 175/2010**

P O R T A R I A Nº 175/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2009 para admissão em caráter temporário - Resultado Final das Provas, Homologado em 26/10/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RENE DE OLIVEIRA, aprovado em 14º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 03/2009, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de setembro de 2010 a 01 de fevereiro de 2011, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/09/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Setembro de 2010.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

## Luzerna

**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato da Ata de Registro de Preços FMAS 0006/2010**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
FMAS 0006/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2010

Órgão Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais escolares destinados à manutenção das atividades da brinquedoteca itinerante conforme edital em anexo

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2010

Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgãos Participantes:

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) no link Licitações.

Luzerna(SC), 28 de outubro de 2010.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMAS

## Massaranduba

**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1238/2010**

LEI Nº 1238/2010

Altera classificação de cargos dispostos no anexo III e acrescenta o número de vagas nos anexos III, IV, V, VI, VII e VIII da Lei 751/2001.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os cargos de Assistente Social, Farmacêutico e Dentista, ambos integrante do Anexo III da Lei 751/2001, no grupo Atividades de Nível Superior, Código ANS, serão alterados, passando a vigorar com a seguinte classificação:

I - Categoria Funcional: Assistente Social

Grupo: Atividades de Nível Superior

Código: ANS

Classe: D, Nível 01

II - Categoria Funcional: Farmacêutico

Grupo: Atividades de Nível Superior

Código: ANS  
Classe: D, Nível 01

III - Categoria Funcional: Dentista  
Grupo: Atividades de Nível Superior  
Código: ANS  
Classe: M, Nível 01

Art. 2º Os demais cargos dispostos no respectivo anexo permanecem inalterados.

Art. 3º Altera-se o Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Massaranduba disposto nos anexos III, IV, V, VI, VII e VIII da Lei 751/2001, inserindo o quadro com número de vagas correspondente a cada cargo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 01 de Novembro de 2010.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 1239/2010

LEI Nº 1239/2010

Determina as agências bancárias e lotéricas do Município de Massaranduba (SC) a adotar o sistema de senha para organizar a vez no atendimento e regular o tempo no atendimento e o tempo de espera na fila.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º As agências bancárias e lotéricas deverão adotar sistema de senha para a organização das filas.

Art. 2º. As agências bancárias e lotéricas do município terão o prazo de 2 (dois) meses para se adequarem a esta lei.

§1. A agência bancária ou lotérica que não cumprir a lei, no prazo legal, será multada no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§2. A multa será destinada para o Corpo de Bombeiros de Massaranduba, APAE e CME, que terão proporção igual.

Art. 3º. O cliente não poderá aguardar mais que 25 (vinte e cinco) minutos na fila.

§1º. Nos dez primeiros dias e no último dia útil de cada mês, assim como nas segundas-feiras e nos dias seguintes aos feriados prolongados, esse tempo pode passar para até 35 minutos.

§2º. Aos sábados e nas quartas-feiras, somente nas Casas Lotéricas, não terá limite de tempo de espera na fila.

§3º. O cliente que ultrapassar o limite de tempo permitido na fila deverá provar tal fato, através de duas testemunhas que se encontravam no interior da agência ou lotérica.

§4º. A agência ou lotérica que descumprir o artigo 4º pagará multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por cliente, que tiver seu tempo excedido.

§5º. A multa será destinada para o Corpo de Bombeiros de

Massaranduba, APAE e CME, que terão proporção igual.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 01 de Novembro de 2010.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretaria de Administração e Finanças

### Decreto Nº. 2070 de 29 de Outubro de 2010

DECRETO Nº. 2070 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO	
0501.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física	
0501 - 44905100 - Obras e Instalações	
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação	
.....	R\$ 10.000,00
0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outros) .....	R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO	
0501.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física	
0501 - 33903000 - Material de Consumo	
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação	
.....	R\$ 5.000,00
0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outros) .....	R\$ 5.000,00
0501 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação	
.....	R\$ 5.000,00
0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outros) .....	R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Outubro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

## Meleiro

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria n.º 324/2010

PORTARIA n.º 324/2010

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1408/2009 edital Processo seletivo, RESOLVE:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Escadinha do Tempo em substituição à servidora KATIUCIA CARRADORE SQUIZATTO, em virtude de licença motivo doença da família, ate o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Novembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Novo Horizonte

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 1826/2010

DECRETO Nº 1.826, de 19 de Outubro de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - III, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 406/2009.

#### DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente em favor da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

10.00 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 - CÂMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001- Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.01-0000-000000 - Aplicações Diretas .. R\$ 33.200,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 33.200,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e total das seguintes dotações, no valor de R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais).

10.00 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 - CÂMARA DE VEREADORES

Atividade 2.001- Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.1.90.01-0000-000000 - Aplicações Diretas .. R\$ 24.000,00

Elemento de Despesa 3.3.50.01-0000-000000 - Transf. inst. Privadas s/fins lucrativos ..... R\$ 5.200,00

Elemento de Despesa 3.3..90.01-0000-000000 - Aplicações Diretas . R\$ 4.000,00

TOTAL ANULADO ..... R\$ 33.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 19 de Outubro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

#### Decreto 1827/2010

DECRETO Nº 1.827, de 26 de Outubro de 2010.

TRANSFERE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o ponto facultativo do dia 28 de Outubro, dia do Servidor Público, para o dia 1º de Novembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, SC

em 26 de Outubro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

#### Decreto 1828/2010

DECRETO Nº 1.828, de 26 de Outubro de 2010.

Dispõe Sobre a Nomeação e Homologação dos Membros para Compôr o Conselho Municipal De Assistência Social De Novo Horizonte - SC.

O Prefeito Municipal DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado nas disposições do artigo 3o da Lei Municipal nº 162 de 12/05/97, com a nova redação dada pela Lei Municipal nº 223/00 de 22/03/2000;

#### DECRETA:

Art. 1o - Ficam nomeados os membro abaixo relacionados para compôr o conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte, SC:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular - Silvani Zílio Moschen.

Suplente - Idinara Massucco Sandrini.



b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes:

Titular - Janete Raquel Cristani.  
Suplente - Ivonir Sanagiotto

c) Representantes da Secretaria de Saúde e Promoção Social:

Titular - Ivete Sanagiotto.  
Suplente - Fabiane Cuchi.

Art. 2º - Ficam homologados os nomes abaixo citados, como representantes dos usuários e prestadores de serviços, indicados pelas respectivas entidades:

a) Representantes da Associação do Desenvolvimento Comunitário - FUNDEC:

Titular - Vlademir Batisti.  
Suplente - Aimar Francisco Pavelecini.

b) Representantes do Grupo de Idosos:

Titular - Deniz Favetti.  
Suplente - Baselide Bosa.

c) Representantes do Clube de Mães:

Titular - Marilete Lurdes Trento.  
Suplente - Crélia Ferreira de Souza Carissimi.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, em 26 de Outubro de 2010.

SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

### Decreto 1829/2010

DECRETO Nº 1.829, de 26 de Outubro de 2010.

Dispõe Sobre a Nomeação e Homologação dos Membros para Compôr o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Novo Horizonte - SC.

O Prefeito Municipal DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado nas disposições do artigo 4º da Lei Municipal nº 199 de 12/05/97;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compôr o conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Novo Horizonte, SC:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
Diana de Almeida Sanagiotto - Titular  
Valdemar Pedro Gobi - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
Janete Raquel Cristani - Titular  
Merci Moschen de Macedo - Suplente

Representantes da Secretaria de Saúde e Promoção Social  
Fabiane Cuchi - Titular  
Ivete Sanagiotto - Suplente

Representantes da Câmara de Vereadores

Aimar Francisco Pavelecini - Titular  
Ivonir Sanagiotto - Suplente

Art. 2º - Ficam homologados os nomes abaixo citados, como representantes das organizações representativas:

Representantes das APPs das Escolas Situadas na Área Urbana no Município  
Vanderlei Sanagiotto - Titular  
Sinara Mônica Canever Sonda - Suplente

Representantes das APPs das Escolas Situadas na Área Rural do Município  
Adriana Reolon Bordignon - Titular  
Valmir Milan - Suplente

Representantes do Grupo de Idosos "Voltar a Viver"  
Agostinho Carletto - Titular  
Lourdes Carletto - Suplente

Representantes do Clube de Mães  
Perla Bottega Brum - Titular  
Clarice Cattani - Suplente

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, em 28 de Outubro de 2010.

SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 3.276, de 26 de Outubro de 2010.

DECRETO Nº 3.276, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de novembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação No Fundo Municipal de Assistência Social com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01001 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 08 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária  
Programa: 0022 - Assistência Social Geral  
Atividade: 2086 - Índice Benefício Bolsa Família  
Modalidade de Aplicação: 44900000  
Fonte: 0363 - Superávit Exercício Anterior - Recurso IGDBF ..... R\$ 7.000,00

Total Suplementado ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor o recurso de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) por conta do superávit financeiro do balanço do Fundo Municipal de Assistência Social de 2009, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0163 - Recurso IGDBF, exercício de 2009.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 26 de Outubro de 2010  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Aviso de de Licitação Nº 047/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 047/2010  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 18/11/2010, licitação modalidade Pregão Presencial n. 046/2010, visando à aquisição de 200 (duzentas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 18/11/2010, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 29 de Outubro de 2010  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Porto União**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Portaria Nº 078/2010**

PORTARIA Nº 078, de 29 de outubro de 2010.  
Nomeia Comissão de Processo Administrativo.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo e constituir a respectiva Comissão encarregada de apurar fato referente a Servidora Roseli Edeline Wilke, qual seja, averbação de tempo de serviço como regente de classe, quando efetivamente foi contratada como Bibliotecária.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:  
I- Roseli M. Costa Curta de Bona - Presidente;  
II- Maria Estela Flenik - Secretária; e  
III- Marilene Cotrim da S. Buch - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta)

dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 5º Revogam-se a Portaria nº 074, de 19 de outubro de 2010, e as demais disposições em contrário.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **Extrato de Chamada Pública 002/2010 Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 037/2010 Educação

Extrato de Chamada Publica 002/2010 Educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico aos interessados que fará realizar processo de chamada publica para aquisição de produtos da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para alimentação escolar, para atender o Programa de Alimentação Escolar PNAE. Recebimento e abertura dos envelopes será no dia 17 de novembro de 2010 as 10:00 horas na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 11 55, pelo e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 03 de novembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal.

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2010 Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 038/2010 Educação

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2010 Educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de equipamento de Video Conferencia para ser utilizado em cursos para professores da rede municipal de ensino. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 17 de novembro de 2010 na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 03 de novembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal.

# Rio do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar nº 210/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 210, de 03 de novembro de 2010.

“ALTERA O ARTIGO 5º E O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Complementar nº 174, de 14 de dezembro de 2.007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Aos ocupantes de emprego público criado por esta Lei Complementar, é assegurado revisão geral anual da remuneração, bem como pagamento mensal do auxílio alimentação em pecúnia, nos termos da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2.010.

Art. 2º O ANEXO I da Lei Complementar nº 174, de dezembro de 2.007, alterado pela Lei Complementar nº 202/2.010, passa a vigorar com a seguinte redação :

#### ANEXO I

#### EMPREGO PÚBLICO

nº de empregos	denominação	carga horária	vencimento
111	Agente Comunitário de saúde	40	R\$ 600,00 mensal
6	Agente de Combate às endemias	40	R\$ 665,00 mensal

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da presente Lei Complementar nº retroagem a partir de 1º de outubro de 2.010.

Art. 4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

03 de novembro de 2.010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.056/2010

LEI Nº 5.056, de 29 de outubro de 2010.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Rio do Sul, para o exercício

de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;
- II - a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

#### Demonstrativo I - Metas Anuais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;



Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração para o exercício financeiro de 2011 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2011 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

VIII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

IX - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá

os Poderes Legislativo e Executivo suas Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei 4.320/64);

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2, da Lei 4.320/64);

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64);

IV - Funções e Subfunções de Governo, (Anexo 5, da Lei nº 4.320/64);

V - Programa de Trabalho de Governo, (Anexo 6, da Lei nº 4.320/64);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamentos;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei



Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "\00\" - Ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o Anexo III.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, \a\", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12 - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das

metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 15 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - Os orçamentos para o exercício de 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, \b\" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de Dezembro de 2011, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, constantes do ANEXO I.10 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativas, assistenciais, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 22 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 24 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados

por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 26 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º - Havendo alterações de códigos de destinação de recursos, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 28 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art. 45 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

GABINETE DO Prefeito Municipal

29 de outubro de 2010.

MILTON HUBUS

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal nº 5.057/2010

LEI Nº 5.057, de 29 de outubro de 2010.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 4.387.387,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	64.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$	17.050,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	53.500,00
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	14.400,00
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Transito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	33.500,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
2.009	Manutenção do Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	41.500,00
05.03	Departamento de Urbanismo		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
05.05	Departamento de Projetos		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	32.500,00
05.06	Departamento de Meio Ambiente		
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	315.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete Secretário de Administração		
1.050	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicação Direta	R\$	15.000,00
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	65.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	128.000,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	105,00
06.03	Departamento de Recursos Humanos		

2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	R\$	250.000,00
06.04	Departamento de Suprimentos		
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	6.500,00
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	9.000,00
06.05	Departamento de Previdência		
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	23.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretario da Fazenda		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	51.500,00
2.022	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
3.2.90.00	Aplicações Diretas	R\$	185.000,00
07.06	Departamento de Protocolo		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	2.500,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
1.055	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Infantil		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicação Direta	R\$	10.000,00
1.056	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Fundamental		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicação Direta	R\$	10.000,00
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$	10.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	220.000,00
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	950.500,00
2.034	Transporte Escolar Educação Básica - Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	349.500,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		



3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$	7.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	215.500,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	456.000,00
08.03	Departamento de Apoio Administrativo		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretário do Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	7.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
2.044	Manutenção do Departamento Desenvolvimento Econômico Nacional		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	8.500,00
09.04	Departamento de Turismo		
2.046	Promoção e Realização de Eventos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.332,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.500,00
10.02	Departamento de Apoio Administrativo e Manutenção de Frotas		
2.037	Manutenção do Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Frotas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	45.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	78.000,00
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	48.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	210.000,00
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		

2.040	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	92.000,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicação Direta	R\$	220.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.500,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
12.03	Departamento de Habitação		
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
	TOTAL	R\$	4.387.387,00

Art.2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 4.387.387,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
1.048	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicação Direta	R\$	14.400,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
02.02	Departamento da Defesa Civil		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
02.07	Departamento do Procon		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	19.000,00
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Plan. Urb. e Meio Ambiente		
1.049	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	644,00
2.009	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Urbano e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
05.03	Departamento de Urbanismo		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
05.06	Departamento de Meio Ambiente		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.71.00	Transferências a Consórcios públicos	R\$	1.193,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.71.00	Transferências a Consórcios públicos	R\$	1.812,00
06.02	Departamento de Patrimônio		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	23.000,00
06.03	Departamento de Recursos Humanos		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	980.000,00
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	135.027,28
06.05	Departamento de Previdência		
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
1.051	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.120,00
2.010	Manutenção do Departamento de Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.000,00
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	14.000,00
2.022	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
4.6.90.00	Aplicações Diretas	R\$	795.000,00
07.02	Departamento de Fiscalização Tributária		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	160.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	200,00
07.03	Departamento Contábil		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.500,00
07.05	Departamento de Arrecadação		
2.026	Manutenção do Departamento de Arrecadação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	55.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
07.06	Divisão de Protocolo		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
1.052	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.217,65
09.04	Departamento de Turismo		
1.006	Ampliação e Reestruturação do Centro de Eventos Hermann Purnhagem - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.332,00
1.008	Portais Turísticos - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		

4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
1.010	Construção do Centro de Lazer e entretenimento (ARENA) - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	46.000,00
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.012	Pavimentação Estrada Lontras/Rio do Sul/ Agrônômica - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	529.410,00
1.016	Pavimentação Itoupava/Presidente Getúlio - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
1.018	Pavimentação Fundo Canoas - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	340.638,14
1.020	Pavimentação Bairro Santa Rita - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	140.487,73
1.025	Parques e Praças - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.071,20
1.065	Construção Galeria Drenagem Pluvial – Caixa Econômica Federal – Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
1.066	Construção Galeria Drenagem Pluvial – Contrapartida Estado		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
2.048	Obras de Saneamento e Reparos de Tubulação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.034,00
10.04	Departamento de Serviços Urbanos		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00

2.040	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
1.054	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	14.000,00
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	93.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
11.02	Departamento de Agricultura		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	82.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
2.062	Programa Compra Direta do Produtor Rural - Contrapartida		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
11.03	Departamento de Pecuária		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	Departamento de Assistência Social		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	34.000,00
12.03	Departamento de Habitação		
2.111	Manutenção do departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

29 de outubro de 2.010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.058/2010

LEI Nº 5.058, de 03 de novembro de 2010.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALTERAR SALÁRIO BASE DOS FUNCIONÁRIOS ESTABILIZADOS DO

HOSPITAL CRUZEIRO – AUTARQUIA EXTINTA PELA LEI Nº 3.241 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os funcionários estabilizados na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias vinculados originalmente ao Hospital Cruzeiro – Autarquia Municipal extinta através da Lei nº 3.241, de 16 de dezembro de 1997, atualmente em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, integram quadro isolado em extinção.

Art. 2º - Os salários base dos funcionários estabilizados mencionados no artigo anterior, passam a vigorar a partir de 1º de outubro de 2.010, com a expressão monetária identificada na tabela abaixo:

NOME	FUNÇ. ORIGINAL AUTARQUIA	VALOR R\$
Aldo Fronza	Tesoureiro	1200,00
Vera Lúcia Zimmermann	Auxiliar de Enfermagem	900,00
Neli Lehmkuhl Pereira	Atendente de Enfermagem (odontologia)	800,00
Euni Casas	Servente	800,00
Catarina Domingos	Atendente de Enfermagem	900,00

§ 1º. Ficam mantidas as demais parcelas nominalmente identificadas nos salários mensais dos funcionários identificados no caput deste artigo.

§ 2º. Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos do Município, promover a conversão do Adicional de Tempo de Serviço de Quinquênio para Anuênio incidente sobre o salário base, na forma prevista no Art. 54 da Lei Complementar nº 208, de setembro de 2.010.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Lei nº 4.838, de 24 de março de 2.009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

03 de novembro de 2.010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.059/2010

LEI Nº 5.059, de 03 de novembro de 2010.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALTERAR VENCIMENTO BASE DOS SEVIDORES ESTABILIZADOS VINCULADOS ORIGINALMENTE À ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DE RIO DO SUL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os servidores estabilizados na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias vinculados à Administração Direta do do Poder Executivo de Rio do Sul, atualmente em exercício em diversas áreas como: Procon Municipal, vinculado ao Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria

Municipal de Obras, integram quadro isolado em extinção.

Art. 2º - O vencimento base dos estabilizados mencionados no artigo anterior, passam a vigorar a partir de 1º de outubro de 2.010, com a expressão monetária identificada na tabela abaixo:

NOME	FUNÇÃO	VALOR RS
Maria Z.de ° Munzfell	Aux.Adm. Nível I	800,00
Neusa Maria da Silva	Aux Adm. Nível I	800,00
Honorato Galkowski	Aux Serv. Gerais masculino	600,00
Odilso Antonio Baldo	Aux. Serv.Gerais masculino	600,00
Moacir de Souza	Operador de Equipamentos	1200,00

§ 2º. Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos do Município, promover a conversão do Adicional de Tempo de Serviço de Triênio para Anuênio incidente sobre o salário base, na forma prevista no Art. 54 da Lei Complementar nº 208, de setembro de 2.010.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

03 de novembro de 2.010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.060/2010

LEI Nº 5.060, de 03 de novembro de 2010.

“ALTERA O § 1º DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 2.947 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994 COM SUAS SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 1º do artigo 34 da Lei nº 2.947, de 09 de dezembro de 1994, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 ( )

§ 1º. Fica estipulado que pelo exercício da função de Conselheiro Tutelar eleito, com jornada máxima de até 40 (quarenta) horas semanais, será pago uma gratificação mensal na ordem de R\$ 900,00 (novecentos) reais, cujo valor será majorado em índice equivalente ao da revisão geral anual, concedido aos servidores públicos municipais”.

Art. 2º - Os efeitos financeiros decorrentes da presente Lei, retroagem a partir de 1º de outubro de 2.010.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO Prefeito Municipal  
03 de novembro de 2.010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 0739/2010**  
PORTARIA Nº. 0739/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DINENSE LUCAS DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Patrimônio. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Jg

**Portaria Nº 1159/RH**  
PORTARIA Nº 1159/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0931/RH de 30/10/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração e, designar como membros: Jailson Roberto de Oliveira, matrícula 4030/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e designado ao cargo em comissão de Diretor de Departamento de Patrimônio, Jean Claudio de Oliveira, matrícula 14192/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Lino André Fidelis da Silva, matrícula 32360/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III e, seus respectivos suplentes: Sésio Vieira, matrícula 3409/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro e Marco Aurélio Ferrari, matrícula 18287/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação  
Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1160/RH**  
PORTARIA Nº 1160/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0389/RH de 06/07/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e, designar como membros: Tiago André de Souza, matrícula 29963/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e designado para exercer as funções do cargo de Chefe da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho, Maristela Regina Balbinot, matrícula 35229/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social e Vanessa Fey, matrícula 31194/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1161/RH**  
PORTARIA Nº 1161/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e, designar como membros: Jane Maria Ghizzo Schmidt, matrícula 34100/01, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Marilea Batista, matrícula 14249/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social e Arlindo Cesar Scoz, matrícula 450/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados na Secretaria supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 1168/RH de 11/07/2008.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1162/RH**

PORTARIA Nº 1162/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0681/RH de 16/07/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Conselho Tutelar, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e, designar como membros: Jane Maria Ghizzo Schmidt, matrícula 34100/01, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, Mariléa Batista, matrícula 14249/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social e Ilei Filippi, matrícula 1163/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria Nº 1163/RH**

PORTARIA Nº 1163/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0498/RH de 27/08/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Arrecadação, da Secretaria Municipal da Fazenda e, designar como membros: Telmo Roberto de Moraes, matrícula 1988/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Arrecadação, Gilberto Julio Vicente, matrícula 18252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e Ronaldo da Rocha, matrícula 28738/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria Nº 1164/RH**

PORTARIA Nº 1164/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0680/RH de 24/07/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Cadastro Multifinalitário, da Secretaria Municipal da Fazenda e, designar como membros: Sandro Renato Sofka, matrícula 13803/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e designado ao cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, Patrícia Soares, matrícula 29033/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Inês Zita Floriani, matrícula 15024/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e, designar como suplente: Ronaldo da Rocha, matrícula 28738/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria Nº 1165/RH**

PORTARIA Nº 1165/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0502/RH de 24/08/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Contábil, da Secretaria Municipal da Fazenda e, designar como membros: Clei Carlos Busnardo, matrícula 25674/01, designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento Contábil, Rúbia Cristina Mohr, matrícula 35191/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Contador e Liliana Regina May Ayroso, matrícula 29793/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria Nº 1166/RH**

PORTARIA Nº 1166/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Divisão de Protocolo, da Secretaria Municipal da Fazenda e, designar como membros: Telmo Roberto de Moraes, matrícula 1988/01, ocupante

do cargo de Agente Administrativo e designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Arrecadação, Leonice Witte, matrícula 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Inês Zita Floriani, matrícula 15024/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados na Divisão supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 1187/RH de 25/07/2008 e 0201/RH de 01/04/2010.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

#### **Portaria Nº 1168/RH**

PORTARIA Nº 1168/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0391/RH de 06/07/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e, designar como membros: Nilton Xavier, matrícula 94/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Calceteiro e designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, Odilson César Bachmann, matrícula 1260/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, Guimarães Gastão, matrícula 1562/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão e, designar como suplente: Carlos Conrado Berk, matrícula 4731/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

#### **Portaria Nº 1169/RH**

PORTARIA Nº 1169/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da

competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0153/RH de 01/03/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e, designar como membros: Marina Macedo Poleza, matrícula 35790/01, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Projetos, Franciane Giese, matrícula 26328/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto e Ieda Jaqueline Stofela, matrícula 2402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

#### **Portaria Nº 1170/RH**

PORTARIA Nº 1170/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Urbanismo, da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e, designar como membros: Alexandre José Woritovicz, matrícula 32328/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil e designado para exercer as funções do cargo de Diretor, Fábio de Campos Freire, matrícula 29866/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil e Horsti Rolf Zemke, matrícula 7404/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Serviços Públicos.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados no Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 0268/RH de 17/02/2008 e 1227/RH de 08/08/2009.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1171/RH**  
PORTARIA Nº 1171/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Procuradoria Jurídica e, designar como membros: Jaison Fernando de Souza, matrícula 752/02, designado para exercer as funções do cargo de Procurador Geral do Município, Tânia Regina de Moraes, matrícula 15792/03, designada para exercer as funções do cargo de Consultor Jurídico Administrativo e Adriano Pereira Martins, matrícula 32476/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados na Procuradoria Jurídica, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 1169/RH de 11/07/2008 e 1432/RH de 13/10/2008 e 0711/RH de 06/08/2009.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1172/RH**  
PORTARIA Nº 1172/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0974/RH de 17/11/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Fundação cultural e, designar como membros: Fábio Joceli Carara, matrícula 1406/01, Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, Isabel Cristina da Costa, matrícula 639/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e Marisa dos Santos, matrícula 779/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1173/RH**  
PORTARIA Nº 1173/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria n. 0975/RH de 30/11/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Histórico, Memorial e Documentação, da Fundação Cultural e, designar como membros: Fábio Joceli Carara, matrícula 1406/01, Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, Cátia Dagnoni, matrícula 680/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e Marisa dos Santos, matrícula 779/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0017/2010**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 17/2010  
O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, na(o) RUA GABRIEL MAUESKI, Bairro BOA VISTA, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores não aderentes da pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

**1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA**

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS da(o) RUA GABRIEL MAUESKI tem extensão de 127,65 metros e área a ser pavimentada de 622,45 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

**2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO**

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

**2.1**

A rede de drenagem será executada com tubos de 40cm de diâmetro numa extensão de 127,65m Também serão executadas caixas de captação e redução ao longo da rede. A pavimentação será executada com lajotas sextavadas em concreto de 8cm de espessura. A base será em colchão de areia com 10cm de espessura, Também serão executados meio fios em concreto pré-moldado totaliza

**3. DO ORÇAMENTO**

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM



PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 622,45 m<sup>2</sup> referidos neste edital é de R\$ 39.552,99 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 48,21 (quarenta e oito reais e vinte e um centavos) por m<sup>2</sup> de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

##### 4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ADEMILSON DE SOUZA	4124.6	14,96	37,40	1.803,05
ALBERTINA ELEUTERO	36232.8	6,21	15,53	748,46
DARCI NASCIMENTO	22406.5	17,23	43,08	2.076,65
EDDA GLATZ	36631.5	6,21	15,53	748,46
FLAVIO FULVIO GOMES	4122.0	14,76	36,90	1.778,95
IRTO LUCHTENBERG	22407.3	6,21	15,53	748,46
JOANA IGNACIO	42750.2	20,00	50,00	2.410,50
JOSE DE OLIVEIRA	4661.2	16,20	40,50	1.952,51
MANOEL SILVEIRA	30468.9	24,80	62,00	2.989,02
MARCO ANTONIO ALFEU JUNIOR E OUTRO	31747.0	20,58	51,45	2.480,40
NADINEL FIAMONCINI NARDELLI ROSSETTI	34742.6	2,47	6,18	297,70
OSMAR VIGNOLI	4665.5	11,99	29,98	1.445,09
OSMAR VIGNOLI	4663.9	10,36	25,90	1.248,64
PATRICIA REGINA PAWLAK	4125.4	13,11	32,78	1.580,08
ROGERIO MAUESKI	4123.8	15,03	37,58	1.811,49
RUTH VIGNOLI	42752.3	26,55	66,38	3.199,94
SERGIO ABREU	4170.0	2,46	6,15	296,49
VALBURGA HILDA SCHMITT COSTA	4126.2	13,56	33,90	1.634,32
VALDETE DIAS DA SILVA	36050.3	6,21	15,53	748,46
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				9.554,32
TOTAL GERAL =====>		248,90	622,25	39.552,99

##### 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

#### 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 03 de novembro de 2010

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0018/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 18/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, na(o) RUA GABRIEL MAUESKI, Bairro BOA VISTA, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores não aderentes da pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

#### 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS da(o) RUA GABRIEL MAUESKI tem extensão de 50,15 metros e área a ser pavimentada de 310,50 m<sup>2</sup>, atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

#### 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

##### 2.1

A rede de drenagem será executada com tubos de 40cm de diâmetro numa extensão de 50m. Também serão executadas caixas de captação e redução ao longo da rede. A pavimentação será executada com lajotas sextavadas em concreto de 8cm de espessura. A base será em colchão de areia com 10cm de espessura. Também serão executados meio fios em concreto pré-moldado totaliza

#### 3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 310,50 m<sup>2</sup> referidos neste edital é de R\$ 19.083,07 (dezenove mil, oitenta e três reais e sete centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos) por m<sup>2</sup> de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

##### 4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
DARCI NASCIMENTO	22406.5	9,55	28,65	1.155,45
ELOIR DA COSTA FERREIRA	22401.4	10,40	31,20	1.258,30
ISMAEL BENEDITO DAS NEVES	22403.0	7,98	23,94	965,50
MARIA BARBOSA	22402.2	7,19	21,57	869,92
PETRONILIA DO NASCIMENTO	22404.9	7,83	23,49	947,35
ROBSON DO AMARAL	22405.7	7,63	22,89	923,15
RUTH VIGNOLI	42752.3	25,11	75,33	3.038,06
RUTH VIGNOLI	4120.3	25,72	77,16	3.111,86
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				6.813,47
TOTAL GERAL =====>		101,41	304,23	19.083,07

##### 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

#### 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o

prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 03 de novembro de 2010  
JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO  
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI  
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0019/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 19/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, na(o) RUA VALDEMIRO DA SILVA, Bairro BARRA DO TROMBUDO, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores não aderentes da pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

#### 1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS da(o) RUA VALDEMIRO DA SILVA tem extensão de 350,00 metros e área a ser pavimentada de 2.951,65 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

#### 2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

##### 2.1

A rede de drenagem será executada com tubos de 40cm de diâmetro numa extensão de 350m Também serão executadas caixas de captação e redução ao longo da rede. A pavimentação será executada com lajotas sextavadas em concreto de 8cm de espessura. A base será em colchão de areia com 10cm de espessura, Também serão executados meio fios em concreto pré-moldado totaliza

#### 3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 2.951,65 m² referidos neste edital é de R\$ 178.078,97 (cento e setenta e oito mil, setenta e oito reais e noventa e sete centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 45,53 (quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

#### 4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ADELMO PETRY	12035.9	15,00	60,00	2.731,80
ANTONINHO MORETTI	11957.1	25,82	103,28	4.702,34
CLAUDIO FLORIANO	11990.3	25,82	103,28	4.702,34
EDITE TEREZINHA DE OLIVEIRA	11922.9	25,82	103,28	4.702,34

EVANDINA EDINHA KOENIG	11885.0	12,00	48,00	2.185,44
EVERALDO SCHIESTL	12037.5	15,00	60,00	2.731,80
IRONI CHISTER	12036.7	15,00	60,00	2.731,80
IVO BACK	34996.8	1,00	4,00	182,12
JULIANA ROSA MEIRELES	20321.1	25,82	103,28	4.702,34
LAURO PIRES DE MORAIS	12030.8	15,00	60,00	2.731,80
LINDOMAR DE SOUZA	12034.0	15,00	60,00	2.731,80
LIRIO ANTONIO GONCALVES	11884.2	25,82	103,28	4.702,34
LOURIVAL MACHADO	12039.1	14,76	59,04	2.688,09
LOURIVAL MACHADO	12040.5	15,00	60,00	2.731,80
LUCIANA SCHIESTL	12008.1	25,82	103,28	4.702,34
MAICON HANG	31267.3	13,00	52,00	2.367,56
MARCIO CHISTER	12038.3	15,00	60,00	2.731,80
NERI BORGES JUNIOR	11923.7	25,82	103,28	4.702,34
OSNIR ULLER	12028.6	15,00	60,00	2.731,80
OSNIR ULLER	12029.4	15,00	60,00	2.731,80
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	12020.0	120,00	480,00	21.854,40
RAINIVAL ENDER	12009.0	25,82	103,28	4.702,34
SOLEIDE APARECIDA ROSA	39519.0	28,28	113,12	5.150,35
SUELI DE SOUZA	12032.4	15,00	60,00	2.731,80
TEREZINHA MARTINS	23455.9	1,00	4,00	182,12
VALDEMIR RUSSI	12031.6	15,00	60,00	2.731,80
VANESSA GUILZ	11956.3	25,00	100,00	4.553,00
VICENTE SCHAFRANSKI	12033.2	15,00	60,00	2.731,80
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				68.515,58
TOTAL GERAL =====>		601,60	2.406,40	178.078,97

#### 4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

#### 6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 03 de novembro de 2010  
JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO  
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI  
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### CÂMARA DE VEREADORES

#### Resolução Nº 591

RESOLUÇÃO Nº 591, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010

Institui Comissão Legislativa Temporária Especial de verificação de cumprimento das leis

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara de Vereadores de Rio do Sul decretou e eu promulgo a seguinte



**Resolução**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Legislativo Riossulense, Comissão Legislativa Temporária Especial de verificação de cumprimento das leis, de conformidade com o Requerimento nº 018/10, aprovado em 20 de setembro de 2010, com o objetivo de, verificar o cumprimento das normas vigentes na municipalidade, sejam elas municipal, estadual ou federal.

Art. 2º Integrarão a presente comissão os seguintes vereadores:

- I - Diógenes Della Giustina;
- II - José Thomé;
- III - Jeferson Alexandre Vieira; e
- IV - Almir Cecílio da Costa

Art. 3º A Comissão Legislativa Temporária Especial escolherá dentre seus membros o Presidente, o Secretário e o Relator.

Art. 4º A Comissão funcionará pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Resolução, e apresentará um relatório escrito sobre os objetivos atingidos ao Plenário da Câmara, 30 dias após findado o prazo de seu funcionamento

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 03 de novembro de 2010.  
DIONÍSIO MAÇANEIRO  
Presidente da Mesa

**Resolução Nº 592**

RESOLUÇÃO Nº 592, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a Vereadores

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 1/2 (meia) diária aos vereadores Dionísio Maçaneiro e Roberto Schulze, no valor de R\$ 115,73 (cento e quinze reais e setenta e três centavos), para participarem, na cidade de Florianópolis / SC, de audiência com os Deputados Estaduais a fim de discutirem sobre a doação de terreno de propriedade do Estado de Santa Catarina à Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2010.  
DIONÍSIO MAÇANEIRO  
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL  
Vice Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE  
1º Secretário

CLÁUDIO CIMARDI  
2º Secretário

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Convocação****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado as alterações no Plano Plurianual - PPA 2010/2013, as metas e objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011 e a previsão da receita e fixação das despesas, em seus programas e ações na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2011 a ser realizada no dia 08 de novembro de 2010, às 9:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, prédio da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

São Lourenço do Oeste SC, 03 de novembro de 2010.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

**Schroeder****PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 28/2010 - FMS**

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2010 - FMS

PROCESSO Nº. 46/2010-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO do tipo menor preço POR ITEM nº. 28/2010 - FMS.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tiras para teste de glicemia para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de novembro de 2010 às 09h45min.  
Abertura do Processo: 22 de novembro de 2010 às 10h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.



Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 04 de novembro de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços Nº 94/2010 - PMS**

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 173/2010-PMS  
TIPO: POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte coletivo escolar para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2010 às 09h45min.  
Abertura do Processo: 19 de novembro de 2010 às 10h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 04 de novembro de 2010.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº. 225/2010-PMS**

Extrato de Contrato nº. 225/2010-PMS  
Processo de licitação nº. 160/2010 - PMS - Modalidade Carta Convite nº. 14/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Consiste na contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de adequação e ampliação da Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira, Jardim Infantil Chapeuzinho Vermelho, localizada na Rua 3 de Outubro, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 121,84m², de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante no instrumento convocatório

Valor do contrato: R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais).  
Data da Assinatura: 03/11/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 224/2010-PMS**

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 224/2010-PMS

Processo de licitação nº. 162/2010 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.993.902/0001-39, estabelecida na Rua Ivo Vicente Coelho, lote nº 20, quadra 02, Bairro Forquilhas, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.107-110.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalações de tachões refletivos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kgf. Devem ser de material organo-inorgânico á base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser embutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo amarelo/ amarelo: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência á abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, á base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos.	Unidade	1.500	16,63	24.945,00



02	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (ciclovía) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kg. Devem ser de material organo-inorgânico á base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser embutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo vermelho/vermelho: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência á abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, á base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos.	Unidade	1.500	16,63	24.945,00
VALOR R\$ TOTAL					49.890,00

Valor do contrato: R\$ 49.890,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 03/11/2010 - Vigência: 03/11/2011

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Notificação de Inscrição Em Dívida Ativa Da Fazenda Pública**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
PROCURADORIA MUNICIPAL

### **NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA**

O Município de Schroeder, pessoa jurídica de direito público, NOTIFICA, para fins de direito, que revendo os livros de Dívida Ativa, figura o nome de Antonio Vanderlei Floriano, CPF n.º 568.393.409-53, com as seguintes inscrições em dívida ativa: 1.332/2010. Publicação conforme Lei Complementar Municipal n.º 001/95 e Lei Federal n.º 5.172/66.

E para que surta todos os efeitos legais, publica-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Schroeder(SC), 3 de novembro de 2010.  
DANIEL DE MELLO MASSIMINO  
Procurador Municipal

OAB/SC n.º 27.807-B  
DENÍLSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Notificação de Rescisão Contratual**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Schroeder, pessoa jurídica de direito público, NOTIFICA, para fins de direito, que de acordo com o Contrato n.º 130/2009-PMS, Cláusula Quinta - II, fica rescindido o referido contrato de permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Schroeder, cujo permissionário é Antonio Vanderlei Floriano, CPF n.º 568.393.409-53. Publicação conforme Lei Complementar Municipal n.º 001/95 e Lei Federal n.º 5.172/66.

E para que surta todos os efeitos legais, publica-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Schroeder(SC), 3 de novembro de 2010.  
DANIEL DE MELLO MASSIMINO  
Procurador Municipal

OAB/SC n.º 27.807-B  
DENÍLSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

**DISPENSA Nº 11/2010-FAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 11/2010 - DL****Processo Nr.: 23/2010**  
**Data: 28/10/2010**

Folha: 1/2

**Fornecedor:** GRUPO DETALHE DE TEATRO E PRODUÇÕES ARTISITICAS

Código: 11924

Endereço: RUA BARILOCHE 413

Cidade: INDAIAL - SC

CNPJ: 09.370.752/0001-19

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de Grupo Teatral específico na elaboração de peças teatrais que através destas promovam o combate e prevenção do abuso, da agressão e da exploração sexual na infância e na adolescência.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de Grupo Teatral específico na elaboração de peças teatrais que através destas promovam o combate e prevenção do abuso, da agressão e da exploração sexual na infância e na adolescência.	UN	4.480,00	4.480,00

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inci artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas d mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**TEXTO**

A peça teatral propõe a conscientização de estudantes de escola públicas, municipais e estaduais do ensino fundamental ao ensino médio, profissionais da educação, assistência social, conselho tutelar, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e comunidade em geral sobre a importância de discutir o abuso, a agressão e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, a fim de realizar um trabalho de prevenção na prática. E ainda conscientizar o público infanto juvenil sobre a importância de confiar e conversar com um adulto no caso de sofrerem algum tipo de abuso, agressão e exploração sexual. Após as apresentações haverá um momento para debates com a equipe técnica do CREAS com a platéia e com o Grupo de Teatro.

SCHROEDER , 28 de Outubro de 2010

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 11/2010 - DL****Processo Nr.: 23/2010****Data: 28/10/2010**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 27 de Outubro de 2010

**Valor da Despesa:** 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE Nº 14/2010-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC	<b>CONVITE</b> <b>Nr.: 14/2010 - CV</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 160/2010 Data do Processo: 04/10/2010
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 160/2010  
b ) Licitação Nr.: 14/2010-CV  
c ) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 03/11/2010  
e ) Data da Adjudicação: 03/11/2010 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de adequação e ampliação da Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira, Jardim Infantil Chapeuzinho Vermelho, localizada na Rua 3 de Outubro, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 121,84m², de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante neste instrumento convocatório.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	(em Reais R\$) Total do Item
<b><u>ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA. (9892)</u></b>				
1 contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de adequação e ampliação da Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira, Jardim Infantil Chapeuzinho Vermelho, localizada na Rua 3 de Outubro, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 121,84m², de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante no instrumento convocatório	1,00	0,0000	97.000,00	97.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>				<b>97.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>97.000,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.010.4.4.90.51.00.00.00.00 (362) Saldo: 212.148,25

SCHROEDER, 3 de Novembro de 2010.

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

-----  
ORLANDO TECILLA  
Presidente da Comissão de Licitação



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO 83/2010-PMS**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2010**

**Número do Registro de Preços: 50/2010**

**Data do Registro: 03/11/2010**

**Válido até: 03/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição e instalações de tachões refletivos para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kg. Devem ser de material organo-inorgânico à base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser embutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo amarelo/amarelo: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência à abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, à base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos.	UN	MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)	MORE	0	16,6300	1
2	Aquisição e instalação de tachão amarelo bidirecional (ciclovía) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kg. Devem ser de material organo-inorgânico à base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser embutida no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento refletivo vermelho/vermelho: Deve ser constituído por elementos refletivos de vidro lapidado e espelhado, ou outro material com características de dureza, resistência à abrasão e retro-refletividade superior ao vidro lapidado. Cola: Deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, à base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos.	UN	MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)	MORE	0	16,6300	1

SCHROEDER, 3 de Novembro de 2010.

# Tunápolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº. 1.342/2010 de 01 de Novembro de 2.010.

DECRETO Nº. 1.342/2010 de 01 de Novembro de 2.010.  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 004/2010.

ENOI SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº. 004/2010.

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos abaixo relacionados, aptos a prestar as provas do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, os nomes estão de acordo com o documento de identidade apresentada no ato de inscrição, conforme segue:

INSTRUTOR DE DANÇA COREOGRÁFICA	
Nº da Insc.	Candidato
48	ELIANE POHLMANN

INSTRUTOR DE DANÇA DE SALÃO	
Nº da Insc.	Candidato
49	ELIANE POHLMANN
69	SONIA MATTE

INSTRUTOR DE MÚSICA	
Nº da Insc.	Candidato
58	AFONSO KRAEMER
85	ADRIANO DOS SANTOS APPELT

INSTRUTOR DE PATINAÇÃO	
Nº da Insc.	Candidato
77	LEILA CARLA RAUCH

PROF. DE EDUC. INFANTIL - NÃO HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
16	ALICE GRUETZMANN
57	DEBORA RASCH
1	JAQUELINE ORTH
7	LUCIA HEMSING
53	ROSILEI HECK LAUSCHNER
61	TATIANE THOMAS

PROF. DE ENS. FUND.- SÉRIE INICIAIS - HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
71	CRISTIANE ELISABETH CUPCHINSKI
76	DHANNI LAIDE MARCONATTO
3	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER
82	ELIZIANE APARECIDA PEREIRA FRANTZ

37	ETHEL BAMBERG OLIVEIRA
9	FABIANE KROETZ
45	ILONI FREY MANFROI
40	LUCELIA DORIGON BEAL
18	MARILENE OSWALD
70	MARIZETE FRANCESCON
46	MARLI NICODEM IMMIG
35	MARLISE SCHERER TREVIZAN
21	MÁRCIA RUSCHEINSKY
42	NEIDE KREISIG
23	REJANE INES SCHWENGBER GRAFF

PROF. DE ENS. FUND.- SÉRIE INICIAIS - NÃO HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
17	ALICE GRUETZMANN
55	DENISE SCHERER BUCHE
56	ELIZANDRA GIRARDI DOTTI
68	FRANCIELE DE LURDES SARZI
86	GABRIELA CASPERS
28	KERLI MARIA DE CARVALHO SPENGLER
5	LINNESSA POLIS
62	LISETE FREY STEFFEN
8	LUCIA HEMSING
54	ROSILEI HECK LAUSCHNER

PROF. DE LÍN. ESTR.- INGLÊS E OU ALEMÃO - NÃO HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
41	GRACIELA BERTOL
66	TAIZE AIMI

PROF. DE LÍNGUA ESTR. - INGLÊS E OU ALEMÃO - HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
29	DEOFANE STOFFEL BIEGER
84	ELAINE ANASTASIA HAMMES BAMBERG
19	LISETE ANA RASCH DALMAGRO
34	LOVANE INES DREBEL

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
30	CLARICE GIORDANO
60	DANIELA COLOMBO
6	JANICE TERESINHA RAMBO
63	JULIANE JANTSCH
11	NADIR BONET

PROFESSOR DE ARTES-NÃO HABILITADO	
Nº da Insc.	Candidato
12	CARLA SCHERER
65	ELISETE TURATTI

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO**

Nº da Insc.	Candidato
2	ADEMIR HECK
33	ANA PAULA VERGÜTZ
38	CLEITON KIST
67	DALILA BUSNELLO
32	LEANDRO CESAR VERGUTZ
10	MAICON BONET
31	PAULO RICARDO VERGUTZ
24	VANDERLEI BORTOLUZZI

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO**

Nº da Insc.	Candidato
52	EVERTON JOSÉ LAUSCHNER
43	FERNANDO REMPEL
83	MAIKON DOUGLAS LAWISCH
64	NAISSA CARMINE SCHAURICH
73	SINARA BIEGER

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO**

Nº da Insc.	Candidato
79	CARLISE DIELL
22	CLEDINES FATIMA VIVIAN
72	CRISTIANE ELISABETH CUPCHINSKI
15	CRISTIANE KAPPAUN
4	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER
74	INES STURMER PAULI
44	LISETE FREY STEFFEN
25	MARCIANE INES HAHN
47	MARLI NICODEM IMMIG
36	MARLISE SCHERER TREVIZAN
20	NEILISE BEATRIZ MULLER NYLAND
78	ROSANE BECKER VALK
26	VIVIANE STEFFEN JUCHEM

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO**

Nº da Insc.	Candidato
59	ANA BALENSIEFER
81	CARLINE INES MUELLER
39	CLAUDIO VARELLA MACIEL
14	CRISTIANE KAPPAUN
50	ELISANDRA MANFROI
13	EVANDRO LORENZET
51	LEILA BOTH
27	REGINA DE CASTRO

Art. 2º. Não foram homologadas as inscrições de Luana Heberle e Pollyanna Cristielli de Souza. As demais inscrições foram homologadas, pois preencheram os requisitos constantes no Edital do Processo Seletivo Nº 004/2010.

Tunápolis – SC., em 01 de Novembro de 2.010.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Controle Interno

**Processo de Licitação Nº 106/2010**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2010  
Edital de Pregão Presencial nº 46/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, objeto para a aquisição de gêneros alimentícios, e Materiais a serem utilizados pelo Serviço Social nas atividades desenvolvidas com os grupos da "3ª idade".  
Entrega das propostas até às 14h do dia 18/11/2010  
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 03 de Novembro de 2010

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Processo de Licitação Nº 107/2010**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2010  
Edital de Pregão Presencial nº 47/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para a aquisição de gêneros alimentícios, utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica  
Entrega das propostas até às 15h30min do dia 18/11/2010  
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 03 de Novembro de 2010

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Processo de Licitação Nº 108/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TUNAPOLIS  
CHAMADA PÚBLICA 03/2010

Proc.108/2010. O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.21, da Resolução/CD/FNDE nº38, de 16/07/2009, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará realizando CHAMADA PUBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação escolar/ PNAE. A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda acontecerá de 11/11/2010 à 29/11/2010 das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 03/12/2010 às 9h no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº 111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 03 de Novembro de 2010  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

# Videira

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Inexigibilidade de Licitação Nº 05/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2010  
O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2010 - FMAS  
HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2010  
CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA RETORNO DAS PESSOAS QUE VÊM DE OUTROS MUNICÍPIOS A PROCURA DE EMPREGO E ACABAM FICANDO PELAS RUAS PASSANDO POR MUITOS RISCOS SOCIAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.064,64 (um mil, sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Novembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### Tomada de Preços Nº 23/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2010  
O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Informações na Avenida Manoel Roque, 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 22 de Novembro de 2010. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 29 Outubro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal.

### Extrato do Contrato n. 0419/10

Extrato do Contrato n. 0419/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ARIANNY DURLI FONSECA  
CPF: 070.535.619-17  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SANDRA TEREZINHA DE OLIVEIRA  
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2010 a 29 de setembro de 2010

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 846,43 (Oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos)

### Extrato do Contrato n. 0423/10

Extrato do Contrato n. 0423/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BERNARDETE CONCEIÇÃO DOS SANTOS  
CPF: 629.446.579-68  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À NEIDE REGINA DA SILVA  
VIGÊNCIA: de 06 de setembro de 2010 a 06 de dezembro de 2010  
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 846,43 (Oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos)

### Extrato do Contrato n. 0429/10

Extrato do Contrato n. 0429/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ADALBERTO BAILL DE ANDRADE SEGUNDO  
CPF: 848.899.859-72  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LUIZ EDUARDO BONDAN  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010  
FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 679,09 (Seiscentos e setenta e nove reais e nove centavos)

### Extrato do Contrato n. 0433/10

Extrato do Contrato n. 0433/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SUELI SAMISTRARO DALABRIDA  
CPF: 479.557.839-72  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

### Extrato do Contrato n. 0438/10

Extrato do Contrato n. 0438/2010  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SANDRA ROBERTI DEMICIANO  
CPF: 933.502.959-91  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À MARIA ISABEL DE SOUZA GENERO  
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2010 a 01 de novembro de 2010  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)



**Extrato do Contrato n. 0442/10**

Extrato do Contrato n. 0442/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CARLA CORREA DA ROCHA

CPF: 045.429.269-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SOLANGE PEREIRA  
DOS SANTOS ZUFFO

VIGÊNCIA: de 13 de setembro de 2010 a 13 de dezembro de 2010

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 846,43 (Oitocentos e quarenta e seis reais e  
quarenta e três centavos)